

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

RAFAEL DA ROCHA MASSUIA

**CRÍTICA LITERÁRIA, MARXISMO E INTERPRETAÇÃO DO
BRASIL: um estudo a partir dos pensamentos de Roberto Schwarz e
Carlos Nelson Coutinho**



ARARAQUARA – S.P.
2017

RAFAEL DA ROCHA MASSUIA

**CRÍTICA LITERÁRIA, MARXISMO E INTERPRETAÇÃO DO
BRASIL: um estudo a partir dos pensamentos de Roberto Schwarz e
Carlos Nelson Coutinho**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Bolsa: Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ARARAQUARA – S.P.
2017

Massuia, Rafael da Rocha
Crítica literária, marxismo e interpretação do
Brasil: um estudo a partir dos pensamentos de
Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho / Rafael da
Rocha Massuia – 2017
163 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: José Antonio Segatto

1. Roberto Schwarz. 2. Carlos Nelson Coutinho. 3.
marxismo. 4. teoria social. 5. literatura. I. Título.

RAFAEL DA ROCHA MASSUIA

CRÍTICA LITERÁRIA, MARXISMO E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: um estudo dos pensamentos de Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Bolsa: Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Data da defesa: 15/05/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto
Unesp – Araraquara

Membro Titular: Prof. Dra. Maria Célia de Moraes Leonel
Unesp – Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Júlio César Bastoni da Silva
UFSCar – São Carlos

Membro Titular: Prof. Dr. Cláercio Ivan Schneider
Unioeste – Marechal Cândido Rondon

Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Unesp – Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Às tias Conta (In Memoriam) e Neta,
base e fundamento de um ciclo.
Aos meus pais,
pelo carinho e confiança.
À Carolina,
para novos caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o Prof. Dr. José Antonio Segatto, pela contribuição, paciência e liberdade dadas, fundamentais, para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Maria Célia, Júlio César, Claércio e Milton Lahuerta, que gentilmente aceitaram o convite de participar da banca, pelas críticas e observações incisivas e por ajudarem a apontar caminhos para superar os problemas encontrados, em busca do aperfeiçoamento do presente trabalho.

Aos colegas e alunos do colegiado de Ciências Humanas da UFMA de São Bernardo, pela experiência compartilhada de amadurecimento.

Aos colegas do Departamento de História da Unicentro, campus de Irati, pela compreensão, apoio e estímulo de seguir em frente, independente dos desafios e dificuldades do dia a dia. Agradeço, também, aos meus alunos e alunas, por me incitarem a buscar o aperfeiçoamento constante.

Aos professores e professoras que pavimentaram minha formação. Dos professores de graduação da UEM, Walter Praxedes, Pedro Jorge, Antonio Ozaí, Eide Abreu, Nilson Yamauti, Maria de Annuniação, Simone Dourado, entre outros e também aos professores de pós-graduação da Unesp/Araraquara, Maria Orlanda Pinassi, Carlos Gileno, entre outros.

Aos amigos e amigas que contribuíram, direta ou indiretamente, nas muitas discussões que fundamentam o necessário acúmulo coletivo. Destaco aqueles que a memória permite recordar: Otávio Calegari, Leandro Paschoalotte, Luís Alexandre, Rodolfo Sanches, Gustavo Corral, André Gerônimo, João Vicente, Vivian Gombi, Rodrigo Belli, Patrícia Almeida, Maurício Gonçalves, entre outros.

Aos meus familiares, pelo inestimável apoio, mesmo nos momentos de maior instabilidade e incertezas.

À minha companheira, Carolina, pela incalculável ajuda, das revisões, sugestões, enfim, pelo imensurável companheirismo.

Aos funcionários da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, pela solicitude e paciência costumeiras.

A presente pesquisa contou com o fundamental apoio da CAPES.

“O que é substancialmente igual e invariável no ‘capitalismo moderno’ não nos deve levar a equívocos fatais. Não basta afastar o modelo ‘normal’ ou ‘clássico’ nas interpretações da formação do desenvolvimento do capitalismo na América Latina [...]. É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto do capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno [...]. Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos [...].”

(Florestan Fernandes)

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise da atuação crítica literária, situada no campo do marxismo, de Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho. Os referidos autores tratam de importantes escritores brasileiros e, ao fazerem-no, elaboram concepções originais sobre o processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Schwarz, analisando a obra de Machado de Assis, descobre o mecanismo privilegiado a partir do qual o escritor fluminense constrói sua obra madura, por meio do tratamento satírico do descompasso existente entre as elites brasileiras e sua incorporação contingencial do pensamento burguês europeu. Coutinho, estudando a obra de Lima Barreto e Graciliano Ramos, demonstra como esses escritores dialogam ativamente com seu contexto social, fornecendo ao leitor uma compreensão crítica e profunda da sociedade – marca de todo grande escritor. A fortuna crítica de Coutinho e Schwarz pressupõe um aprofundamento na realidade social brasileira – a partir de diferentes enfoques, num rico e contínuo debate com a teoria social marxista –, que objetivamos reconstruir os pontos centrais, destacando as possibilidades interpretativas que se abrem a partir de seus trabalhos para, por fim, pensarmos, para além de favoritismos teóricos, um necessário diálogo entre as duas teorias.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; Carlos Nelson Coutinho; marxismo; teoria social; literatura.

ABSTRACT

The present work performs an analysis of the literary critic activity, grounded in the Marxist field, of Roberto Schwarz and Carlos Nelson Coutinho. These authors deal with important Brazilian writers and, in doing so, elaborate original conceptions about the formation and development process of the Brazilian society. Schwarz, analyzing the work of Machado de Assis, discovers the privileged mechanism from which the writer from Rio de Janeiro constructs his mature work, through the satirical treatment of the mismatch between the Brazilian elites and their contingent incorporation of the European bourgeois thought. Coutinho, studying the work of Lima Barreto and Graciliano Ramos, demonstrates how these writers actively dialogue with their social context, providing the reader with a critical and profound comprehension of the society – mark of every great writer. The critical fortune of Coutinho and Schwarz presupposes a deepening on the Brazilian social reality – from different approaches, in a rich and continuous debate with the Marxist social theory –, that we aimed to reconstruct the central points, highlighting the interpretative possibilities that present themselves from their work to think, finally, beyond any theoretical favoritism, a necessary dialogue between the two theories.

Key-words: Roberto Schwarz; Carlos Nelson Coutinho; marxism; social theory; literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MARXISMO E CULTURA	16
1.1. Marxismo e cultura contra a 3ª Internacional	17
1.2. Dois momentos da articulação entre marxismo e cultura no Brasil	19
1.2.1. Gênese do marxismo acadêmico	20
1.2.2. Marxismo renovador e tradição pecebista	32
1.3. A questão da <i>mimesis</i>	41
2. MODERNIDADE PERIFÉRICA E LITERATURA EM ROBERTO SCHWARZ	44
2.1 Sociedade e ideologia no Brasil Império	44
2.2 Formação da literatura e criação de uma tradição	50
2.3 O primeiro Machado e a formação do romance brasileiro	60
2.4 Brás Cubas como alegoria do Brasil	92
3. MODERNIZAÇÃO CONVERSADORA E LITERATURA EM CARLOS NELSON COUTINHO	105
3.1. Problemas da modernização conservadora	106
3.2. O realismo de Lima Barreto	117
3.3. Graciliano Ramos: realismo e humanismo	126
3.4. Jorge Amado e o nacional-popular	143
4. PECULIARIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA	147
4.1. Crítica literária e marxismo	147
4.2. Teoria social e marxismo	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

A ideia, ou plano geral, do presente trabalho consiste em realizar um estudo comparativo das teorias de interpretação da literatura e da sociedade brasileiras desenvolvidas pelos pensadores marxistas Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho. Dito de outra maneira, este trabalho busca compreender **de que forma a atuação crítica literária marxista de Schwarz e Coutinho, ao abordar a literatura brasileira, possibilita (ou demanda, por exigência teórico-metodológica da vertente em que se embasam) interpretações sobre processo sócio-histórico brasileiro?**

Esse plano geral de pesquisa existe desde pelo menos o período que imediatamente antecede o início de nossa pesquisa de mestrado. No decorrer do desenvolvimento da referida pesquisa, porém, constatou-se que a limitação temporal não permitiria o desenvolvimento de uma análise satisfatória e optou-se pelo foco na tradição intelectual que se desenvolveu ao redor do PCB e que tem em Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder dois de seus principais representantes, tomando a recepção das ideias estético-literárias de György Lukács nos dois autores como fio condutor daquela pesquisa (MASSUIA, 2013).

Já no doutorado, a ideia original foi retomada e colocada à prova. O ponto de partida era uma espécie de intuição de que o fato de as reflexões formuladas por Coutinho e Schwarz partirem de uma referência intelectual comum, o marxismo (em específico, dos desdobramentos heterodoxos que se desenvolvem no interior do marxismo, em oposição ao marxismo-leninismo da 3ª Internacional, que Perry Anderson denominou marxismo ocidental – questão a que voltaremos), e alcançarem resultados distintos e, aparentemente, irreconciliáveis, evidenciavam uma situação no mínimo curiosa e que, por isso mesmo, valia possivelmente o esforço intelectual de insistir no cotejamento teórico.

Sobre o estudo comparativo dos dois autores, enfim, partíamos já de algumas impressões a que se somaram outras. Mas a ideia que começou a tomar forma era a da necessidade de superar, por um lado, a incapacidade da teoria do realismo de Lukács de apreender as importantes determinações postas pelo modernismo (menos pelo pós-modernismo) e, por outro, a limitação da teoria arte de Adorno para analisar as obras mais próximas à ideia do realismo clássico. E começamos a visualizar possibilidades inesperadas e que excediam o escopo da proposta de pesquisa, de Coutinho e Schwarz poderem servir como peças-chave no sentido de apontarem caminhos para a superação destas duas limitações estruturais subjacentes às teorias de Lukács e Adorno. Voltaremos a essa polêmica questão.

Para tanto, pretendemos ir além da teorização autorreflexiva – talvez uma das maiores dificuldades a se superar numa pesquisa acadêmica hoje – que, por buscar incorporar somente as referências costumeiras de seus intérpretes favoritos, não consegue vislumbrar e apontar elementos para um horizonte teórico e agenda prática em comum. O diferencial deste trabalho, em seus possíveis acertos e desacertos, é que ele pretende caminhar em direção a uma tentativa de síntese (articulada e não-mecânica) entre essas ricas teorias e interpretações sobre a literatura e realidade nacionais. O que já estabelece num patamar diminuído a alegada originalidade do presente trabalho, ciente de limitações e satisfeito de empenhar o modesto papel de apontar caminhos que por certo outros mais competentes poderão trilhar com maior desenvoltura.

Primeiramente, porém, cabe justificar a escolha de Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho, dentre outros recortes possíveis de ser adotados por essa pesquisa. No caso de Coutinho, acreditamos ser ele o mais emblemático pensador brasileiro a valer-se intensamente das ideias e conceitos de Lukács (que, por sua vez, estava em constante diálogo com as ideias e concepções de Lenin) e, posteriormente, de Gramsci, para entendimento do desenvolvimento da literatura e da sociedade no Brasil e, a partir das referidas referências, ter produzido reflexão incisiva e original. Uma menção honrosa a Leandro Konder também merece ser feita, ainda que seu escopo temático mais amplo não tenha permitido um desenvolvimento teórico dentro desse campo como o realizado por Coutinho. Ambos provém de um grupo de militantes políticos vinculados ao PCB e que se embasavam, no plano teórica, nas ideias de Lukács e que chegaram a produzir um livro conjunto, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira* (COUTINHO et al, 1974). A referida obra conta, ainda, com textos de Gilvan P. Ribeiro, José Paulo Netto e Luiz Sérgio Henriques (que acabaram se distanciando mais rapidamente da crítica literária lukacsiana) e cuja posição de destaque coube mesmo a Konder e, sobretudo, Coutinho.

Já no caso de Roberto Schwarz a escolha se dá pela reconhecida contribuição ao debate da literatura brasileira e pelo seu posicionamento no campo do marxismo. Proveniente da tradição uspiana, Schwarz realiza de modo fecundo a síntese entre uma posição marxista (via Lukács, Adorno e Benjamin, sobretudo) e a referência a Antonio Candido.

Em relação a Candido, cabe destacar que sua importante teoria foi construída a partir de diversas referências (entre elas, por certo, o marxismo). Com isso não queremos – e nem poderíamos, não importa quão colossal nosso esforço – reduzir a importância desse pensador que literalmente fez escola dentro da teoria, história e crítica literárias no Brasil. Justamente no sentido de concordar com a importância da contribuição de Candido ao debate, elegemos

Roberto Schwarz como autor central a conduzir nossa investigação. Partindo de Candido e, também, apoiando-se em autores de extração marxista, que à época em que Candido desenvolveu sua fundação teórica pouco eram estudados e discutidos nos meios internacionais (questão a que voltaremos mais adiante), Schwarz supera essas visões no sentido dialético, colocando o debate num patamar distinto, valendo-se do que há de melhor nas duas concepções para formular sua própria. Soma-se, ainda, a essas referências uma outra no que diz respeito a interpretação do desenvolvimento da sociedade brasileira, notadamente aquela desenvolvida no “Grupo do Capital” ou “Seminário Marx”, sobretudo por Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais. Assim fecha-se a tríade que orienta a constituição de sua interpretação sobre o desenvolvimento da literatura e da sociedade no Brasil, como o próprio Schwarz (2000b, p. 13) anuncia no prefácio de **Um mestre na periferia do capitalismo**.

Apesar da determinação das influências e inspirações teóricas da dupla brasileira abordada nessa pesquisa, optamos por dispensar uma análise mais aprofundada à obra de Lukács e Adorno, optando por centrarmo-nos nas obras de Coutinho e de Schwarz, até para podermos precisar de que forma incorporam e reprocessam as ideias e concepções daqueles autores. Posto que, pelo reconhecimento e originalidade dos brasileiros estudados – desnecessário dizer, mas vá lá, Lukács e Adorno não analisaram a literatura brasileira e a realidade social de onde ela se origina e a qual se vincula –, reconhece-se sem grande dificuldade que suas obras não são uma mera cópia ou reprodução das teorias lukacsiana e adorniana, mas uma síntese *sui generis* que se processa a partir de um misto de referências – que procuramos indicar –, avaliamos ser mais proveitoso o trato rigoroso de seus textos que uma exegese pouco produtiva da obra dos referidos expoentes do marxismo ocidental (que, no entanto, não ignoramos).

Porém, conforme a pesquisa prosseguia, novas inquietações se somaram à original, pois o seguinte questionamento ia tomando forma: e se os diferentes resultados alcançados por Coutinho e Schwarz, que partem do mesmo referencial teórico, apontam para além da escolha excludente entre duas alternativas, mas de um imperativo da necessidade de uma compreensão mais matizada de nosso processo histórico? Questão polêmica, ainda mais no campo do marxismo, cuja animosidade se manifesta, muitas vezes, de forma mais intensa no interior do campo teórico do que fora dele. Mas valia o risco – ou assim acreditávamos à época.

O Brasil era (e ainda é?) simultaneamente moderno e arcaico e a síntese que se processa dessa duplicidade que constituiu o seu ser é a realidade que vimos (e vemos) diante de nós. Desde a Colônia e dos esforços “civilizatórios” por parte dos ibéricos, o continente

americano vincula-se à dinâmica do mercado mundial capitalista. A barbárie da escravidão moderna não excluía a moderna civilização burguesa – ao contrário, a pressupunha. É o que afirma Octávio Ianni (1978, p. 4-6), quando constata que “[...] o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada.” E, por consequência, “[...] o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário.”

Logo, quando pensamos no processo pelo qual o Brasil converteu-se, para bem e para mal, em nação moderna, reportamo-nos a um processo extremamente complexo e matizado. Essa dificuldade impunha-se a todo intelectual, esteja ele munido de recursos abstratos-teóricos ou artístico-figurativos, que se colocava a tarefa de refletir sobre a sociedade brasileira. Não se espanta, portanto, que, partindo recortes distintos, esses intelectuais explorassem aspectos distintos, chegando a resultados idem – que, no entanto, reportavam-se ao mesmo processo histórico. As diferenças nos resultados alcançados usualmente se davam, também, pela diferença do enfoque teórico (ou artístico, pressupondo novas temáticas e técnicas). É claro que, mesmo dentro de um mesmo campo teórico, há possibilidade de se desenvolverem análises que chegam a resultados destoantes. Pensemos no campo específico do marxismo. Dentro desse campo, considerando, ainda, o marxismo como sendo uma filosofia da práxis (que pressupõe a compreensão como uma etapa necessária para a transformação da realidade social, como sintetizado na 11ª das Teses *ad* Feuerbach), quando vislumbramos diferenças interpretativas, usualmente estas resultam em diferentes táticas e procedimentos para a intervenção ativa na realidade, diferentes projetos políticos de transformação da sociedade. Ainda que a conversão entre teoria e prática, reflexão a intervenção política, não seja mecânica, ela existe e não faz sentido ignorá-la. Porém, **partimos do entendimento de que, se as teorias sociais formadas a partir da atuação crítica de Coutinho e Schwarz não se excluem, uma possível síntese que se processe a partir de ambas**, se é que ela é possível – no que acreditamos e procuramos demonstrá-lo ao longo do presente trabalho –, **oferece-nos uma compreensão mais complexa e matizada da realidade social** sobre a qual pretende-se atuar. Reforce-se que esse procedimento pressupõe um contorno aos procedimentos da lógica formal, por objetivar, a partir das contribuições de Coutinho e Schwarz, uma compreensão dialética do processo social brasileiro.

Mas centremos nossa atenção na literatura por um momento. Machado de Assis escreve no período do Império, mais especificamente do Segundo Reinado. Por meio de sua atividade intelectual, o escritor fluminense fornece-nos a possibilidade de atingir maior grau

de compreensão sobre o seu processo histórico, captando, usualmente, determinações e características que extrapolam o presente imediato, remontando a mecanismos cuja constituição é anterior e, ainda, a processos cujos desdobramentos e desenvolvimentos apontam para o futuro ainda não concretizado. Atuando em outro período, as primeiras décadas do Brasil republicano, Lima Barreto, valendo-se de outros meios artísticos, apresenta ao leitor a possibilidade de alcançar compreensão da sociedade. De modo que a realidade brasileira testemunhada por Barreto é distinta daquela vivenciada por Machado. Sua leitura conjunta enriquece, por permitir ao leitor uma compreensão mais ampla – por tratar de uma matéria social distinta – e também mais profunda – por tratar questões que, por certo, atravessam os dois períodos, mas por meio de óticas distintas. Os dois escritores, portanto, não se excluem; ao contrário, completam-se. Frisando que estamos tratando de dois grandes escritores.

No campo da ciência as coisas funcionam de forma distinta. Se no campo da arte, uma nova obra não supera a antiga, pois tratam de momentos distintos e/ou dando ênfase a outros processos (a *Divina comédia* não supera a *Ilíada*, da mesma forma que Tolstói não supera Dostoiévski – ainda que sempre seja possível a discussão sobre qual autor nos permite “ver” mais longe), no campo científico não é raro que uma teoria tenha sua validade questionada (a teoria da seleção natural de Darwin supera as teorias espontaneístas e criacionistas, da mesma forma que o modelo celeste ptolomaico é superado pelo modelo copernicano e, em chave mais polêmica, a teoria social de Marx supera a de seus predecessores – desnecessário acrescentar que isso não inviabiliza que outros autores possam ter ricas contribuições ao campo, inclusive, em alguns casos, mais significativas que as de Marx).

Mas, no nosso caso, estamos lidando com duas teorias situadas dentro do mesmo campo teórico. As diferenças mais significativas entre ambas não se explicam pela via habitual, mas por divergências sobre a avaliação, e consequente atuação, da e na realidade social. Lembremos, ainda, que o substrato teórico que embasa a visão de mundo marxista é a dialética hegeliana, segundo a qual o real processa-se por meio de sucessivos movimentos de negação e síntese – numa palavra, a realidade é contraditória. A isso, acrescenta-se a possibilidade de que as diferenças teóricas entre Coutinho e Schwarz possam iluminar-se a partir da ênfase dada por um ou outro a aspectos que pressuponham **continuidade** ou **descontinuidade** entre o desenvolvimento capitalista brasileiro e o europeu (acresce-se, ainda, a possibilidade de que esse mesmo procedimento também se manifeste no texto literário e os elementos a partir dos quais pretendemos construir nossa argumentação já estão todos lançados).

Do ponto de vista da estruturação deste trabalho, visando dar conta do que foi proposto, iniciamos por uma discussão mais ampla sobre marxismo e cultura, buscando situar a posição da discussão da cultura no âmbito do marxismo como um elemento de oposição sistemática às vertentes do marxismo oficial que tendiam a considerar a cultura e seus fenômenos como secundários e já avançando na tarefa de situar os movimentos intelectuais mais amplos que permitiram o surgimento das reflexões de Coutinho e de Schwarz. Num segundo e terceiro momentos, pretendemos traçar perfis fidedignos das teorizações de Coutinho e Schwarz, bem como lançar os principais elementos de sua interpretação sobre a literatura e a sociedade locais. E, por fim, esboçamos a referida tentativa de síntese provisória entre as duas concepções teóricas subjacentes aos autores estudados.

1. MARXISMO E CULTURA

A partir do início do século XX surge uma tradição, no interior do pensamento marxista, que o historiador britânico Perry Anderson designa *a posteriori* com o termo **marxismo ocidental**¹. Com esse termo, Anderson (1976, p. 42 e ss.) procura definir e delimitar o que entende como um movimento que busca efetuar críticas sistemáticas ao pensamento marxista empobrecido, encampado pela 3ª Internacional Comunista. Anderson identifica, ainda, três intelectuais que teriam atuado como progenitores desse movimento: György Lukács, Karl Korsch e Antonio Gramsci. Esses três intelectuais caracterizam-se – e esse ponto em comum não parece ser obra meramente do acaso – por terem desempenhado função de dirigentes políticos e de apresentarem profícua atuação intelectual a partir dos anos 1920.

Um dos temas recorrentes no seio do marxismo ocidental foi a aquela sobre a cultura e as artes, no geral excluída, ou reduzida a um segundo plano, no âmbito do “marxismo oficial”. Para além dos referidos intelectuais pertencentes à primeira geração do marxismo ocidental, outros que viriam depois, sobretudo aqueles ligados ao Instituto de Pesquisa Social, também conhecida como Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica, como Theodor W. Adorno e Walter Benjamin, trariam a reflexão sobre a cultura e a arte para o centro de suas preocupações teóricas. Anderson (1976, p. 99) identifica essa centralidade da reflexão sobre a cultura e a arte:

Foi sobretudo a Arte que, no domínio da própria cultura, mobilizou as energias e os talentos intelectuais mais importantes do marxismo ocidental. O que aqui se passou a este respeito merece que nos detenhamos um pouco. Lukács consagrou a maior parte da sua vida a trabalhar sobre a literatura, produzindo um conjunto de estudos críticos sobre a novela alemã e europeia, de Goethe e Scott a Mann e Soljenitsyn, culminando com uma obra monumental – *Estética* – a sua mais longa e ambiciosa obra publicada. Adorno escreveu uma dúzia de livros sobre música, incluindo tanto análises globais das transformações musicais do século vinte como interpretações de compositores individuais, tais como Wagner ou Mahler, para além de três volumes de ensaios sobre literatura; concluiu também a sua obra com uma *Teoria Estética*. O mais significativo legado teórico marxista de Benjamin foi um ensaio sobre “A Arte na Era da Sua Reprodução Mecânica”, e a sua

1 Reconhecemos que toda generalização corre o risco de reunir, sob uma única denominação, um conjunto de elementos que pouco tem a ver entre si. Porém, na falta de um melhor termo, optamos por recorrer à sugestão de Perry Anderson, por acreditarmos que é a que melhor expressa o conjunto de obras e autores que buscaram se opor ao marxismo-leninismo ortodoxo. Adicionalmente, cabe mencionar que o termo surge inicialmente, em 1930, em texto acrescido à segunda edição de *Marxismo e Filosofia*, de Karl Korsch (2008) e, posteriormente, é utilizado por Maurice Merleau-Ponty, em seu livro de 1955, *As aventuras da dialética* (2006, p. 71 e ss.).

principal realização crítica foi um estudo, feito nos anos trinta, sobre Baudelaire; a obra de Brecht foi preocupação que sempre o acompanhou.

O autor prossegue citando a presença, em maior ou menor grau, do interesse teórico em discussões sobre arte e a literatura, também em Lucien Goldmann, Della Volpe, Marcuse, Sartre e mesmo Gramsci. Dito isto, é certo que a discussão sobre a cultura não encerra em si a compreensão da totalidade da mecânica do funcionamento da sociedade capitalista moderna. No entanto, subtraindo-se a essencial dimensão da cultura, abre-se mão de compreender uma parte essencial da dinâmica social.

Por certo o marxismo ocidental não pode ser resumido a uma única faceta, ou a um único grupo de pensadores. Acompanharemos com mais atenção a atuação crítica de Lukács e Adorno estritamente em função de recorte teórico, ou seja, como recurso investigativo. Para essa finalidade, concentraremos nossa discussão em torno do debate, travado com bastante paixão no interior do marxismo ocidental, sobre a literatura e a arte e, diante disso, são esses os autores – Lukács, Benjamin e Adorno – que oferecem uma contribuição mais duradoura para nosso problema, inclusive influenciando, como veremos, em grande medida, – que é o que mais nos interessa aqui – também os debates realizados em solo brasileiro.

1.1 Marxismo e cultura contra a 3ª Internacional

A arte e a literatura, como já observou Adorno (1998, p. 235-236), possuem a curiosa capacidade de “antecipar” as descobertas realizadas no âmbito das ciências sociais, em forma de teoria e abstrações. A arte, menos ligada à literalidade dos fenômenos, ajuda-nos muitas vezes a captar determinadas tendências, presentes na malha social, parcialmente ocultas ou mesmo em estado de dormência.

Daí que a relevância do fenômeno artístico não deve nunca ser relativizada ou colocada em segundo plano. Mas, sobre essa questão, há um algo a mais. Os continuadores de Marx e Engels, por diversas vezes, tenderam a uma redução unilateral do método materialista histórico-dialético às “determinações econômicas”, o que os impediu de compreender a dinâmica específica das demais dimensões da sociedade – com algumas notáveis exceções, que só atestam a regra. Nesse sentido, as discussões sobre a literatura e a arte não raramente eram reduzidas a um segundo plano, seja por considerarem o debate meramente ideológico (pois a arte seria meramente superestrutural e, portanto, determinada pelos fatores econômicos), ou seja em favor de “questões mais urgentes”. Dentro desse contexto, somente o fato de um pensador marxista buscar discutir de forma destacada a arte e a literatura, já seria

suficiente para operar uma espécie de resistência simbólica ao marxismo-leninismo soviético. É dessa forma, sem desconsiderar nenhum dos aspectos envolvidos na reflexão sobre a arte e a cultura em geral, que queremos conduzir a discussão que se seguirá.

Como não poderia ser de outra forma, a arte, enquanto objeto de debate teórico no interior do marxismo, remonta a textos, cartas e trechos de livros dos próprios fundadores dessa corrente teórica, Karl Marx e Friedrich Engels. Os textos dos teóricos alemães dedicados a esse tema são escassos, ainda que possuam grande valor – uns mais que outros, é verdade – para o desenvolvimento ulterior de toda uma tradição marxista de estudos sobre cultura e estética. Que se pense em Walter Benjamin, György Lukács, Theodor W. Adorno, Raymond Williams, para ficarmos somente entre pensadores protagonistas no debate entre sociedade e cultura – pois é esse aspecto que queremos destacar – ao longo século XX.

Sendo o marxismo uma corrente teórica preocupada centralmente com as implicações da dinâmica social, tendo sempre o homem e sua atividade como epicentro efetivo de sua visão de mundo, a cultura e a arte são nele entendidas como um fenômeno social. O marxismo não compactua com as visões metafísicas sobre a arte, ou mesmo com aquelas que acreditam-na um lampejo aleatório destinado a poucos indivíduos dotados de nascença de uma espécie de gênio. Para o marxismo, a arte é um fenômeno plenamente enraizado na malha da vida social e é a partir daí que surge, ganha sentido e pode ser compreendido.

O marxismo “oficial”, sobretudo após a ascensão de Stalin, como souberam detectar os teóricos do marxismo ocidental, atravessava uma grave crise interna. No entanto, para muitos, essa crise só passou a evidenciar-se após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956. Foi nesse congresso, realizado três anos após a morte de Stalin, que Nikita Krushev leu o relatório secreto que continha graves acusações ao período stalinista, como seu caráter autoritário e personalista (SEGATTO, 2003, p. 126).

Entretanto, se é certo que o XX Congresso do PCUS, constituiu-se como ponto arquimediano para o movimento comunista internacional, não é possível dizer que é a partir daí que se inicia a crise do movimento comunista em âmbito global. A atuação dos pensadores ligados ao marxismo ocidental, atuantes desde pelo menos os anos 1920 e opondo-se aberta e/ou indiretamente aos ditames do marxismo-leninismo, não nos deixam cair nessa ilusão simplista.

É nesse contexto que o debate sobre a cultura e a arte ganha importância, pois sinaliza a tentativa de romper com a tradição teórica esquemática e empobrecedora da corrente oficial, tanto da 2ª quanto da 3ª Internacional, na direção de uma reflexão que é amparada pelas bases

fundamentais legadas por Marx e Engels, mas que buscam ir além, trazendo novas questões e perspectivas para a discussão.

A bibliografia que trata do surgimento e constituição do marxismo enquanto *corpus* teórico plural é extensa. Interessa-nos aqui destacar duas das principais correntes teóricas surgidas dentro desse escopo mais amplo que se propuseram a pensar a arte e, sobretudo, a literatura:

1) aquela desenvolvida por György Lukács a partir dos anos 1930 (mas que não deixa de retomar temas e questões postas já em suas primeiras obras, como *A alma e as formas* e *A teoria do romance*, ambas escritas durante a primeira metade da década de 1910) e que culminaria na publicação, em 1963, de sua obra magna nesse campo, *Die Eigenart des Ästhetischen* (*A especificidade do estético*, em tradução livre);

2) os escritos da assim chamada Escola de Frankfurt sobre arte e literatura, sobretudo de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno. Entre os principais textos e obras do primeiro, podemos destacar *Origem do drama trágico alemão* (1925), “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1936, “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, do mesmo ano, entre muitos outros textos coligidos posteriormente em coletâneas. No caso do segundo, além dos textos e obras sobre música, como *Filosofia da nova música*, de 1949, destacam-se os quatro volumes de *Notas sobre literatura*, de 1958-74 e o seu grande trabalho póstumo, *Teoria Estética*, publicado em 1970.

Se – como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho –, de um lado, a obra de **Lukács** pode ser entendida como uma resposta crítica, uma espécie de **enfrentamento** ao marxismo da 2ª Internacional, de outro, as formulações da Escola de Frankfurt e, em especial, as de **Benjamin** e **Adorno** – que nos interessam mais de perto –, compõe grande operação de **contorno** à ortodoxia da mesma 2ª Internacional (SCHWARZ, 2012, p. 51). A partir dessa perspectiva, pode-se entender as obras de Lukács e Adorno também pelos pontos de aproximação existentes entre ambas, como respostas à ortodoxia, como tentativas lúcidas e enriquecedoras de oxigenação do pensamento marxista e, naturalmente, não é coincidência o fato de ambas terem se valido em grande medida do debate sobre a cultura nesse expediente.

1.2 Dois momentos da articulação entre marxismo e cultura no Brasil

Da igualmente interessante e relevante discussão sobre as circunstâncias de elaboração das teorias da arte de Lukács, Benjamin e Adorno, interessa-nos, sobretudo, a forma como essas correntes do pensamento marxista foram aqui recebidas e incorporadas, tornando-se

elementos centrais para a elaboração de reflexões críticas e originais sobre os processos de formação e desenvolvimento da sociedade e da literatura locais.

No Brasil, incorporado por jovens pensadores, situados tanto no interior do movimento comunista, quanto às suas margens (sobretudo na universidade), esse marxismo heterodoxo, nas suas diferentes matrizes, significava, portanto, uma tentativa de elaboração de uma reflexão marxista criadora e não-reducionista. Destacamos aqui a atuação crítica e as obras de Carlos Nelson Coutinho e de Roberto Schwarz, autores que nos propomos a acompanhar mais de perto para a finalidade específica deste estudo, que é a análise das teorias sociais que elaboram no âmbito da crítica literária, com amplas implicações para a compreensão do processo sócio-histórico brasileiro. Cabe assinalar que os pensadores aqui abordados possuem luz própria e não podem ser reduzidos às correntes que se filiam. Para além disso, tanto em um caso quanto em outro, as referências teóricas são plurais.

Cabe acrescentar que, naturalmente, a reflexão sobre a cultura e a arte sob a perspectiva marxista não são propriamente inéditas. Autores do quilate de um Astrojildo Pereira – que sempre insistiu na genialidade e importância fundamental da obra machadiana – e Nelson Werneck Sodré, para ficar em dois exemplos, já vinham tratando essas questões, longe de serem negligenciadas. O que se destaca aqui é a centralidade que a discussão sobre a arte ganharia no período posterior, não mais tratada como uma entre outras temáticas a serem abordadas pelo marxismo, mas como uma problemática central e cujos desdobramentos passam a contribuir ativamente para a compreensão das ideias e do processo sócio-histórico brasileiro.

Para os pensadores aqui abordados – notadamente Schwarz e Coutinho –, a história da cultura não se situa num vácuo atemporal, completamente livre das determinações sócio-históricas. Ao contrário, esses pensadores, dialéticos por convicção, visam sempre compreender os fenômenos culturais inseridos na realidade social na qual são concebidos e a partir da qual se constituem. Dito isto, fica claro que, no intuito de compreenderem a literatura brasileira, esses pensadores se viram compelidos a mobilizarem explicações sócio-históricas mais gerais, no interior das quais, ou a partir da qual, se estabelecem os objetos de nossa cultura – sempre devidamente mediatizados, o que é pré-condição para uma teorização precisa e não reducionista do fenômeno literário.

1.2.1 Gênese do marxismo acadêmico

Paralelamente a esse marxismo que gravitava em torno do PCB (não sem resistência e

polêmicas internas), uma série de outros intelectuais, ligados à universidade, entre os quais destacam-se Antonio Candido, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi, desenvolvem uma reflexão sobre a cultura, amparada, em maior ou menor grau, nas bases teóricas fundadas por Marx e seus continuadores.

A partir principalmente da segunda metade do século XX, essa modalidade de reflexão, pautada na discussão sobre a dimensão social da arte e da literatura, encontrou grande eco no cenário intelectual local. A partir daí, destaca-se a atuação de Antonio Candido, um pensador já consagrado, mas também de jovens intelectuais que posteriormente também alcançariam grande relevância. Nas palavras de um estudioso da questão:

Em consequência com o ânimo daqueles anos, em que, nas palavras de Schwarz, “o país estava irreconhecivelmente inteligente”, eram alguns críticos jovens que tentariam impulsionar a crítica dialética e a discussão da arte, inspirando-se no marxismo. No mesmo ano de 1965 em que Antonio Candido publicava *Literatura e sociedade*, saíram *A sereia e o desconfiado*, de Roberto Schwarz; *Razão do poema*, de José Guilherme Merquior; e a segunda edição (a primeira fora destruída pelos militares) de *Cultura posta em questão*, de Ferreira Gullar. Pouco depois, em 1967, apareceriam *Literatura e humanismo*, de Carlos Nelson Coutinho; e *Os marxistas e a arte* de Leandro Konder. (OTSUKA. 2009, p. 110)

O caso de Antonio Candido merece uma nota especial. Apesar de manter rico diálogo com a tradição marxista (no que *Literatura e sociedade*, bem como *Tese e antítese* são os maiores exemplos), suas bases teóricas são elaboradas a partir de outras fontes e referências intelectuais. A reflexão de Candido, no entanto, mostrou-se tão atenta ao seu objeto que isso o permitiu alcançar resultados semelhantes, ainda que partindo de caminhos distintos e embasando-se em outras correntes teóricas. Mas, devemos reforçar, a referência ao marxismo não está ausente no seu pensamento: é possível encontrar em seus escritos, inclusive, um recorrente diálogo com as proposições lukacsianas, o que se constata também, segundo Celso Frederico (1995, p. 218), por menções em “[...] salas de aula e em algumas breves referências”, em textos e palestras do fim da década de 1950 e início do período seguinte. Ainda segundo Frederico, porém, a incorporação das ideias de Lukács pelo crítico permaneceria periférica, o que se deveu ao fato de que Candido “[...] já havia desenvolvido uma teoria sobre as relações entre literatura e sociedade a partir da sociologia funcionalista, do *new criticism* etc.”² A relação entre os pressupostos teóricos que embasa a atuação crítica de Candido e o pensamento de Lukács é exposta de forma bastante clara e precisa na

2 Posição endossada por Schwarz (2009, p. 233), quando afirma que “[...] Antonio Candido não faz isso [colocar as peculiaridades nacionais na atualidade do mundo] a partir de um esquema marxista – e isso mostra que talvez o esquema marxista não fosse tão importantes [...]”.

transcrição de conferência ministrada pelo brasileiro na ocasião do II Encontro Nacional de Professores de Literatura, realizada no Rio de Janeiro em 1975. O referido texto encontra-se disponível no volume **Textos de Intervenção**, organizado por Vinicius Dantas. Nas palavras de Candido (2002, p. 53-54):

Mas com Lukács ela [a crítica literária] assume matizes novos, que abrem para outras perspectivas, sobretudo porque ele se interessava não apenas pela transposição do fato em tema, mas pela função deste processo na estruturação da obra. Neste caso, o elemento social se torna fator de constituição da estrutura, não modelo do conteúdo, e o paralelismo se atenua até eventualmente desaparecer. [...] Sobretudo porque, graças ao conceito de infra-estrutura e de ideologia, os marxistas desconfiavam da camada aparente e procuram vê-la como afloramento, manifestação superficial de significados profundos, que podem ser diferentes e que, estes sim, exprimem as relações reais com a sociedade. Forma-se portanto no texto um primeiro nível de articulação formal, produto sobretudo da independência do autor e de sua adequação às normas estéticas vigentes, e um segundo nível de articulação propriamente estrutural, devido a impregnações vindas da sociedade e escapando ao governo racional do autor. Ao distinguir um plano profundo de significado e insistir na sua decisiva importância, o marxismo não apenas abre caminho para a análise das ideologias, mas permite estratificar a compreensão do texto, estabelecendo a possibilidade da existência de mais um nível de significado e, sobretudo, da divergência dialética entre ambos, o que enriquece muito a visão crítica, devido ao senso das tensões.

Porém, no mesmo texto, um pouco mais adiante, Candido lamenta o que identifica como sendo um influxo de influências políticas negativas à teorização lukacsiana, em função do peso político que suas ideias ocupavam no debate internacional no contexto da Guerra Fria. O que, para além de assinalar distância entre os pensamentos, demarca uma posição crítica e uma pertinente exigência teórica sem, no entanto, cancelar o tom respeitoso ao filósofo húngaro. Nos dizeres do crítico:

Preocupado com as consequências políticas das suas ideias, nem sempre Lukács explorou devidamente esta seara estimulante; e chegou a dar o exemplo negativo de uma leitura meramente temática, revertendo ao paralelismo, mesmo em estudos tão famosos mas tão insatisfatórios quanto os que dedicou a Balzac. Isto não impediu outros momentos de grande plenitude crítica, e algumas das suas ideias fundamentais, ricas de possibilidade, foram desenvolvidas por autores inspirados nele – haja vista Adorno, com sua concepção de forma como verdadeira manifestação do social na obra, ou (em nível mais modesto) Goldmann, com a concepção extremamente lukácsiana da homologia [...]. (CANDIDO, 2002, p. 53-54)

Candido soube, ainda, no âmbito da estruturação de uma narrativa para a compreensão

dos processos de formação e desenvolvimento do país, valer-se de fecundo diálogo com as estão existentes análises sociais sobre o país, com grande destaque, pela proximidade teórica e pessoal, com as teorias formuladas por Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*, de 1936, entre outros textos e obras. A noção da existência de desajuste entre os padrões mentais de matriz europeia e as relações sociais brasileiras, esboçado em “Dialética da malandragem” e posteriormente explorados por Roberto Schwarz, devem muito à produção teórica do historiador paulista³.

O caminho percorrido por Roberto Schwarz, que foi aluno de Candido, é distinto. Em vez de, como Candido, aproximar-se objetivamente da reflexão marxista, Schwarz, desde muito jovem alinhado ao pensamento marxista, desenvolveu sua reflexão a partir de Marx e seus continuadores (Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht). O fato de ter se valido dos escritos de Candido sobre a literatura brasileira não assinala contradição, justamente pelo fato de as “afinidades eletivas” nutridas entre *praxis* teórica candidiana e a reflexão dialético-materialista serem evidentes. Em conhecido ensaio, “Pressupostos, salvo engano, de Dialética da malandragem”, Schwarz (2006, p. 142-143) indica como o programa da crítica dialética já estava implícito em Antonio Candido.

Conteúdos de romance não são conteúdos reais, e vê-los esteticamente é vê-los no contexto da forma, a qual por sua vez retoma (elabora ou decalca) uma forma social, que se compreende em termos do movimento da sociedade global. [...] Dizendo o mesmo de outro modo, é um procedimento que busca superar a incompatibilidade entre os estudos chamados **interno** e **externo** da obra de ficção. [...] Ora, uma vez encontrado aquele nexo real, cuja lógica veio a ser um elemento de estruturação do romance, o passo entre os domínios externo e interno está dado.

Nesse trecho, Schwarz retoma quase textualmente a já clássica formulação de Candido em “Crítica e sociologia”, primeiro ensaio de *Literatura e sociedade*. Para Candido (2008, p. 17): trata-se de buscar as referências sócio-históricas no movimento do texto, evitando um enclausuramento na forma, como queriam os teóricos da tradição crítica do *Close reading*:

3 O seguinte trecho da *magna opera* de Holanda (1995, p. 160) é emblemático e deixa bastante clara a grande influência exercida sobre a concepção de processo histórico brasileiro de Candido: “Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.”

“Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o **externo** se torna **interno** e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica.”

E mais: partindo da interpretação, melhor desenvolvida por Candido em *Formação da literatura brasileira* (2009)⁴, de 1959, de que a literatura nacional só experimentaria um acabamento efetivo na obra literária de Machado de Assis, Schwarz encontra um solo fértil para desenvolver e defender essa noção, o que realiza em seu consagrado estudo, que divide em dois volumes, dedicado ao grande escritor fluminense: *Ao vencedor as batatas* (2000a)⁵ e *Um mestre na periferia do capitalismo. Machado de Assis* (2000b), de 1977 e 1990, respectivamente.

Um dos maiores méritos da atuação crítica de Antonio Candido, segundo Schwarz, foi o de trazer para o debate a especificação de nosso vínculo ideológico – primeiramente enquanto Colônia, e posteriormente com as consequências do desenvolvimento ulterior, a partir desse vínculo colonial – com os países de “centro”. A partir dessa visão, a determinação da experiência brasileira se faz necessária para um melhor aprofundamento e entendimento de nossa dimensão intelectual. Um dos grandes méritos de Candido, portanto, teria sido justamente retomar a questão da experiência social brasileira (cujo entendimento depende do justo equacionamento das relações entre centro e periferia), apresentando-a de forma coerente, e procedendo com sua reinserção no debate:

Assim, é natural que a melhor peça da crítica dialética brasileira – aquela em que pela primeira vez a dialética de forma literária e processo social deixava de ser uma palavra vã – esteja vazada numa terminologia e mesmo em noções de outra órbita. [...] Assim, o ensaio retoma o esforço de interpretação da experiência brasileira, que havia sumido da crítica exigente, e talvez se possa dizer que inaugura a sondagem do mundo contemporâneo **através** de nossa literatura. (SCHWARZ, 2006, p. 154-155)

Outra grande influência teórica, presente ao longo de toda a obra de Schwarz, é a de intelectuais ligados à Escola de Frankfurt, sobretudo Theodor W. Adorno e Walter Benjamin. Do primeiro, Schwarz retém, centralmente, o conceito de impulso mimético e o, do segundo, entendimento da arte como uma construção caleidoscópica reforçaram no crítico o imperativo de auscultar o conteúdo profundo da obra literária, buscando seus mecanismos e significados

4 “Antonio Candido, ao analisar a formação da literatura brasileira, procura demarcar seus momentos decisivos (Arcadismo e Romantismo) ‘como síntese de tendências universalistas e particularistas’. Entre o primeiro momento (mais cosmopolita) e o segundo (que busca peculiaridades locais) haveria um movimento dialético de continuidade e ruptura, mas com o mesmo solidário objetivo: a **missão** de criar a literatura brasileira e de construir a nação.” (SEGATTO; LEONEL, 2012, p. 166)

5 Originalmente apresentado na forma de tese doutoral em Estudos Latino-Americanos na Universidade de Paris III, sob o título *Forme littéraire et processus social aux débuts du roman brésilien*.

não-evidentes. Para além do categorial estético, o papel que a Escola de Frankfurt ocupa dentro do campo marxista, de oposição ativa ao marxismo soviético e seus desdobramentos, encaixa-se perfeitamente com o tipo de atuação teórica desenvolvida por Schwarz (sabidamente, como é fácil de constatar-se pelos seus textos, ele sempre manteve distância do PCB e das teorias que ao seu entorno se desenvolviam).

Assim como no caso de Lukács em relação aos intelectuais ligados ao PCB, interessa-nos sobremaneira a forma como suas ideias foram recebidas no cenário local. E, nesse sentido, interessa-nos mais ainda a incorporação das ideias e concepções formuladas pelos autores da Escola de Frankfurt, pelo então jovem Roberto Schwarz. Sobre como entrou em contato pela primeira vez com as ideias dos referidos autores, relata-nos Schwarz (2012, p. 47-49):

Vi a *Dialektik der Aufklärung* [Dialética do Esclarecimento] numa estante de livraria em 1960, quando era estudante de sociologia. São Paulo, naquele tempo tinha duas ótimas livrarias alemãs. Que eu saiba, Adorno era desconhecido como crítico e filósofo, pois não estava traduzido e sua influência na Alemanha estava apenas no começo. [...]. Mas voltando à *Dialética do Esclarecimento*, eu não tinha ideia do que pudesse ser e abri porque simpatizava com tudo que tivesse dialética no título. Logo vi que o livro ia me interessar muitíssimo, embora fosse difícil demais para mim, por conta da densidade e intensidade da exposição. Durante algum tempo me impregnei mais do clima argumentativo e dos tópicos do que propriamente da sua substância. Pouco depois comprei as *Notas de literatura*, que estavam começando a sair e que me eram mais acessíveis, e também os ensaios sobre música, que em fim de contas foram os que mais me marcaram, ainda que de música eu não sabia nada. É que neles a discussão sobre o funcionamento da forma, de sua substância sócio-histórica, de sua revolução moderna, de seu caráter construído e exploratório, e sobretudo de sua lógica objetiva, está mais abstrata e clara. Um ano antes eu havia começado a ler a crítica literária de Lukács, e a comparação com Adorno naturalmente punha em evidência o sacrifício intelectual cobrado pelo stalinismo.

Encontrando um espaço propício para a elaboração e propagação de suas ideias, ou seja, sob o amparo do Instituto de Pesquisa Social e nos círculos acadêmicos, o enfrentamento dos intelectuais da Escola de Frankfurt foi muito menos direto e intenso do que aqueles travados por Lukács com os autoproclamados defensores da doutrina oficial. De modo que as referências teóricas dos autores varia com facilidade, por exemplo, de Søren Kierkegaard a Friedrich Nietzsche. Com isso queremos indicar as diferenças presentes nas próprias condições de elaboração intelectual de autores como, por exemplo, Adorno e Benjamin e Lukács – este último sempre preocupado em concentrar suas referências dentro do campo marxista, pois de forma contrária poderia ser acusado de traidor, correndo sério risco de morte

(como, de fato, aconteceria em, pelo menos, duas oportunidades, em que esteve a beira de ser executado). Talvez sejam essas as diferenças notadas por Schwarz na comparação entre os textos de Adorno e Lukács, ainda que, para complicar um pouco mais, os referidos textos, no caso de Adorno, foram publicados a partir do fim dos anos 1950 e os de Lukács, no geral, escritos durante os anos 1930, durante estadia em solo soviético. É fato conhecido que os textos posteriores de Lukács tenderiam a ser menos “duros”, pois em muitos textos daquele período, “citações protocolares” a Stalin, onde buscava-se apoiar em citações do líder soviético, que pouco ou nada tinham a ver com a argumentação central do texto, mas que conferiam, ao conteúdo geral, ares de “adequação” à ortodoxia.

A influência de Lukács no pensamento marxista do século XX chega a ser quase tão ecoante quanto a do próprio Marx. Ainda maior, talvez, se pensarmos especificamente no campo das discussões sobre arte e literatura. Há Lukács em Candido, nos pensadores da Escola de Frankfurt (sobretudo o jovem Lukács de *A teoria do romance e História e consciência de classe*); nos dois casos, é notável que o apoio em Lukács se dê, sobretudo, em seus trabalhos pré-marxistas e em *HCC*, obra posteriormente renegada pelo próprio autor – o que não a impediu de influenciar em larga medida a reflexão frankfurtiana. Num primeiro momento, cabe realçar o expediente de recorrer à afirmação do jovem Lukács, feita em 1909, na época em que se dedicava ao seu *História e desenvolvimento do drama moderno*, de que: “A forma é o verdadeiramente social na literatura [...]” (LUKÁCS apud MACEDO, 2000, p. 175). Para dar mais complexidade à questão, também é notável a presença do Lukács de *HCC* (em edição não-autorizada pelo autor, traduzida para o francês) entre os frequentadores das reuniões realizadas no âmbito do Seminário Marx.

A terceira grande influência teórica de Schwarz, portanto, que consiste no conjunto de reflexões realizadas a partir das discussões ocorridas no âmbito do Seminário Marx – espécie de reflexão coletiva – também estão pautadas na teoria do pensador alemão e seus continuadores. Schwarz (1999, p. 87), resumindo a formação e composição do grupo, realiza as seguintes observações:

Qual a origem do seminário? Como tudo que é antediluviano, ela é nebulosa e há mais de uma versão a respeito. Giannotti conta que na França, quando bolsista, freqüentou o grupo *Socialisme ou Barbárie*, onde ouviu as exposições de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética. De volta ao Brasil, em 1958, propôs à sua roda de amigos, jovens assistentes de esquerda, que estudassem o assunto. Fernando Novais achou que era melhor dispensar intermediários e ler *O capital* de uma vez. A anedota mostra a combinação heterodoxa e adiantada, em formação na época, de interesse universitário pelo marxismo e distância crítica em relação à União Soviética.

[...] Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando H. Cardoso. Com estatuto de aprendizes, apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado Jr., Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e eu. A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, e estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia.

A ideia de que o capitalismo desenvolve-se de forma sistêmica, porém desigual está presente já nas reflexões marxianas. Porém, quem avançou nesse campo e foi responsável por conferir-lhe destaque foi o revolucionário russo Leon Trótski (1977, p. 25) que observa o seguinte: “Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento desigual e combinado**, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.”⁶

As referências teóricas dos autores, para além do próprio Marx, giravam em torno de pensadores marxistas vinculadas à heterodoxia, como Sartre e Lukács. O grupo contava com a condução central do filósofo e professor uspiano José Arthur Giannotti, cujas indicações metodológicas, inclusive, serviram como fio condutor das discussões do grupo. A importância do referido Seminário realça-se pelas importantes obras e teorias desenvolvidos pelos seus membros, que influenciariam fortemente os seus campos de atuação, da História à Economia, da Crítica Literária à Sociologia. Conforme aponta Schwarz (1999, p. 93):

Este o quadro em que a ruminação intensa de *O capital* e do *18 Brumário*, ajudada pela leitura dos recém-publicados *História e consciência de classe*, de Lukács, e *Questão de método*, de Sartre, dois clássicos do marxismo heterodoxo, iria se mostrar produtiva. O fato é que a certa altura despontou no seminário uma ideia que não é exagero chamar uma intuição nova do Brasil, a qual organizou os principais trabalhos do grupo e teve repercussão considerável. Sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem.⁷

6 Para uma discussão mais aprofundada sobre os impactos da teoria de Trotski à historiografia literária periférica, consultar: WAIZBORT, 2007.

7 Em texto mais recente, diz-nos Schwarz (2017, p. 24-25): “Digamos que a conceituação e os esquemas marxistas estavam entrando em contato com as formas locais de sociabilidade e dominação, características de nosso chamado atraso histórico e da peculiaridade de nossa fisionomia social de ex-colônia. Por um lado, eram passos da aclimação do marxismo em terra brasileira. Por outro, mais importante, eram verificações do arcabouço do pensamento marxista **à luz das realidades locais**, de que ele discrepava bastante. Assim, havia aqui burguesia, mas ela não era igual à europeia; havia nação, mas ela não tinha se completado; e também a classe operária era diferente. Apenas o capital era um só. Como era de esperar, iam surgindo as questões de adequação e inadequação dos nomes, diante das quais havia duas saídas óbvias: dispensar o marxismo, porque ele não coincidia com os fatos brasileiros, ou dispensar os fatos, porque eles não coincidiam com o marxismo. Pois bem, o seminário [de Marx] teve a inteligência dialética, ou teórica, de não fazer nem uma nem outra coisa, mas de reter os dois termos, entendendo os descompassos como realidades históricas importantes elas mesmas.”

A tripla influência de Schwarz, portanto, embebedada-se da fonte marxiana em todas as suas correntes: a crítica literária materialista de Antonio Candido (nas condições que expomos acima), o marxismo frankfurtiano e a teoria social que se constitui na tradição acadêmica do país, que tem no Seminário Marx um de seus principais momentos e polos irradiadores. Nas palavras do autor:

Devo uma nota especial a Antonio Candido, de cujos livros e pontos de visto me impregnei muito, o que as notas de pé-de-página não têm como refletir. Meu trabalho seria impensável igualmente sem a tradição – contraditória – formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx. (SCHWARZ, 2000b, p. 13)

A essas influências centrais, já discutidas brevemente nas páginas anteriores, acrescentaríamos portanto, como o próprio autor assinala, a da reflexão conjunta elaborada no âmbito do Seminário Marx, da qual a elaboração teórica de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo suas páginas dedicadas ao fenômeno da escravidão moderna, são fonte de grande inspiração à teoria schwarziana (ARANTES, 1992, p. 63). Nas palavras de Schwarz (2009, p. 232, grifo nosso):

De modo geral, os estudos sobre as peculiaridades brasileiras eram voltados para o Brasil, e os estudos sobre o mundo contemporâneo eram voltados para o mundo contemporâneo. O seminário, em particular o Fernando Henrique [Cardoso], desenvolveu a ideia de que é preciso articular a estrutura de classes interna, que do ângulo “civilizado” era uma anomalia, com o movimento geral da atualidade e enxergar nessa articulação um problema, seja histórico, seja político, seja teórico. **Surgia a noção da funcionalidade moderna do atraso, o qual se reproduz em vez de desaparecer.** Isso foi o início de certo tipo de reflexão sobre o Brasil ligada aos primórdios da globalização. [...] Isso foi algo muito inventivo e politicamente importante, porque dizia, por um lado, que a ordem do mundo contemporâneo não se impõe diretamente ao país, sem passar pela mediação das relações sociais internas e, por outro, que não adianta analisar a dinâmica das relações sociais internas sem ver a articulação com o movimento geral da atualidade.

Embasando-se, portanto, nas formulações do Cardoso de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* – obra escrita em 1962 –, Schwarz (2000a, p. 11) inicia o capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas*, “As ideias fora do lugar”, com a seguinte afirmação: “Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato ‘impolítico e abominável’ da escravidão.” Essa constatação, da contradição entre escravismo e ideias liberais, constituir-se-ia como momento

privilegiado para o entendimento do ambiente ideológico do século XIX.⁸ Esse mesmo movimento seria identificado por Schwarz na obra dos escritores brasileiros. O descompasso existente, essa inadequação entre os valores periféricos e as normas e paradigmas europeus, de centro, identificado por Schwarz (2000a, p. 51) na obra literária do escritor fluminense, leva-o a afirmar que “[...] passando a pressuposto sociológico uma parte das condições históricas originais reaparece, [...] no plano da ficção e do resultado formal. Neste sentido, formas são o abstrato de relações sociais determinadas [...]”.

A coexistência entre ideias liberais, importadas da Europa, e a escravidão moderna gera uma situação de incoerência ideológica, posto que ambas as ideias excluem-se no plano dos princípios. Dito de forma direta: o Liberalismo, na Europa, servia como invólucro espiritual que visava encobertar as relações de exploração (noção do salário como justa troca), no Brasil, nem isso, pois a exploração era aberta, evidente e naturalizada (escravidão num polo e dependência clientelista no outro).⁹ No entanto, como se sabe, a ambas foi possível a coexistência, o que reforça a concepção schwarziana de descompasso ideológico entre ideias “centrais” e sua validade na realidade periférica. Isso só foi possível pelo fato de o nosso próprio modo de ser enquanto nação comportava essa fratura, aquilo que Arantes (1992, p. 38) identifica com a ideia de “**dualidade sem dualismo**”. Essa dualidade mal resolvida, portanto, **dialética**, era – e, segundo Arantes e Schwarz, ainda é – característica central e vinculada à particularidade da experiência histórica brasileira.¹⁰

A reposição do antigo sistema produtivo pela nova ordem do capitalismo industrial, articulando Antigo Regime e civilização burguesa, lançava as bases histórico-mundiais de nossa dualidade. **A razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática.** O Brasil é dois em virtude do passo conservador da Colônia à nova periferia organizada pelo imperialismo. Agora sim podemos voltar a falar em **dois Brasis**, complementares e articulados, um colonial e outro

- 8 Contradição ideológica que deriva de uma contradição real, como formulada por Cardoso (2003, p. 226-227): “Desse ângulo o trabalho escravo numa economia capitalista (a escravidão moderna) apresenta-se como uma contradição em si mesmo quando o sistema capitalista em que ela se insere tende ao crescimento. As tensões criadas por esse tipo de organização do trabalho não conduzem à supressão do sistema capitalista; colocam apenas o problema do término da escravidão como requisito para a formação plena do sistema mercantil-industrial capitalista.”
- 9 Ou, posta a questão de forma mais espirituosa: “No Brasil, a discrepância entre igualitarismo teórico e desigualdade real era visível a olho nu: para saber que o liberalismo mentia, bastava olhar um escravo andando na rua. Na Europa, para chegar ao mesmo resultado, era preciso ser Marx; no Brasil, qualquer passante podia realizar essa proeza.” (ROUANET, 1993, p. 314)
- 10 Como esclarece Arantes: “Nestes termos, não haverá inconveniente nenhum em se voltar a falar em ‘dualidade’, salvo a evidente confusão terminológica com os dualismos antigos cuja impropriedade a ciência social uspiana foi das primeiras a assinalar. Quem tornar a falar de **dois Brasis** depois de passar por essa renovação do assunto, está certamente pressupondo um nexos contraditório, que os sintetize numa unidade maior, sem contudo apagar o sistema de ambiguidades de que tal unidade se alimenta.” (ARANTES, 1992, p. 74)

burguês [...], com o acréscimo de que a convivência prática dessas esferas comunicantes confunde o juízo e provoca a intersversão permanente que estamos chamando de dialética. (ARANTES, 1992, p. 89)

O dualismo (ou a dialética, como preferirem), como característica central de nossa sociedade que, em vez de produzir a existência de dois “Brasis”, um “moderno” e outro “atrasado”, reabilitando as teses conservadoras sobre o país (o que Maria Sylvia de Carvalho Franco alegara em relação a Schwarz), constituir-se-ia como a própria fundamentação de nossa peculiaridade histórica.¹¹ A referência a Cardoso para a elaboração de uma visão original do Brasil, sobretudo buscando apanhar as peculiaridades ideológicas do Brasil do século XIX, contudo, complementa-se com uma outra: e é à obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco que o crítico recorre buscando resolver o impasse (sem poder adivinhar a polêmica ulterior). Nas palavras de Schwarz:

Havia, de um lado, Fernando Henrique Cardoso, com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, que procurava mostrar que a escravidão – o desvio – não era o contrário do capitalismo – a norma internacional –, ao qual até certo momento ela foi útil. Portanto, a oposição entre capitalismo e escravidão não era o que parecia. Atrás da fachada liberal havia um mundo mental quase clandestino, sobretudo do ângulo europeu oficial. Ruminei bastante a tese de Fernando Henrique, mas faltava algo para chegar em Machado. Aí apareceu o livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco.¹² (BOTELHO; SCHWARCZ, 2008, p. 149)

Apesar da alegada existência de uma contradição insuperável entre escravidão e liberalismo, para Schwarz não é no trabalho compulsório que radica a peculiaridade de nosso passado ideológico. O fato social fundamental, aquele que serviria de vínculo primário para nossas relações sociais de outro tipo, é o do favor, o que levaria o mesmo Schwarz (2000a, p. 16) a considerá-lo “[...] **nossa mediação quase universal** [...]”.

Sendo a relação entre latifundiários e escravos mais ou menos estática, são as variações da terceira grande classe social do período que fundamentava as nossas relações

11 O próprio Schwarz, em entrevista a Eva Corredor (2001-2002, p. 17), retoma a discussão sobre aquilo que identifica como “o dualismo da própria estrutura social”.

12 Acresce que Schwarz se refere à tese da autora, defendida em 1964, com título *Os homens livres na velha civilização do café*, realizada sob a orientação de Florestan Fernandes, que posteriormente sairia em livro com o título que o consagrou, *Homens livres na ordem escravocrata*, publicada em 1969. Schwarz (1991, p. 83) resume a obra da seguinte forma: “O trabalho dela tem como documentação os processos-crime em Guaratinguetá, em São Paulo. Ela faz uma observação que me esclareceu e acertou o meu estudo, um estudo que é sobre Machado de Assis e nada tem a ver com Guaratinguetá. Num determinado momento, ela diz mais ou menos o seguinte: o fazendeiro – que tem lá os moradores, os agregados da fazenda dele –, quando lhe convém se conduz segundo os seus vínculos morais, quer dizer, se conduz de maneira paternalista com os moradores, como protetor. Agora, quando ele precisa fazer negócio, quando o papel de protetor não convém a ele, ele vende a terra e eles se ferram. Ali eu entendi o movimento. Em São Paulo, o fazendeiro se comportava como um burguês ou como um senhor paternalista, conforme a sua conveniência.”

ideológicas, a dos “homens livres”; esta classe, pela inexistência no Brasil de uma sociedade capitalista de tipo tradicional, não conseguia se estabelecer a partir dos procedimentos padrão, pautado na concepção liberal do mérito pessoal, mas via-se antes submetida a um esquema de relações de outro tipo, aquilo que Schwarz, amparando-se em Maria Sylvia de Carvalho Franco, identifica como a lógica do “favor”.

Nesses meandros, o liberalismo europeu se metamorfoseia em ideologia de segundo grau, pois, expressa algo distinto em solo nacional do que no local de origem. Esse é o panorama ideológico do século XIX, recolhido da produção machadiana, já processado e devolvido, no plano literário, em forma de “**comédia ideológica**”, apanhado e reconstruído no plano teórico por Schwarz (2012, p. 172).

No entanto, cabe acrescentar, à guisa de melhor compreensão: trata-se de comédia ideológica, gerada pelo descompasso entre local e universal apanhada pela fineza crítica e pela ironia ácida de Machado, e traduzida teoricamente para nós por Schwarz. Como resumem-nos o próprio:

Sumariamente, a causa do mal-estar ideológico mencionado está no processo internacional iniciado com a descolonização, ou, trocando o ângulo, com a Independência. Como todos sabem, esta se apoiou em ideias e instituições variadamente liberais, de inspiração europeia e norte-americana, ao mesmo tempo que conservou muito das formas econômicas da Colônia, como não podia deixar de ser, produzindo um desajuste de base. Noutras palavras, as novas elites nacionais, de cuja identidade o liberalismo e as aspirações de civilização e modernidade faziam parte nalguma medida, buscavam inserir-se no concerto das nações modernas mediante a continuação e mesmo o aprofundamento das formas de exploração colonial do trabalho, aquelas mesmas que o ideário liberal deveria suprimir. [...] Digamos então que as ideias modernas entre nós estavam numa constelação prática *sui generis*, que era tanto uma feição própria como uma característica do presente mundial, de cuja ordem assimétrica decorria mais ou menos diretamente e a qual expressava. (SCHWARZ, 2012, p. 168-169)

Combinando as diferentes referências – ou seja: a teoria sobre a literatura brasileira de Antonio Candido, os importantes momentos dos pensadores da Escola de Frankfurt (e Lukács) e da reflexão coletiva do Seminário Marx –, Schwarz desenvolve uma concepção que, apesar de possuir partes identificáveis nas contribuições dessas referências, não se resume a elas, pois configura-se como síntese original dessas variadas tendências teóricas, que, de comum, possuem somente a inspiração dialética. Esse é o nosso ponto de maior interesse no pensamento de Schwarz: sua concepção original sobre os processos de gênese e desenvolvimento da sociedade e literatura locais.

Portanto, ainda que localizadas em correntes distintas do marxismo e para além do fato

de reservarem espaço privilegiado em suas análises para outros escritores (e, talvez, por esse mesmo motivo), acreditamos que suas teorias – frutos do que há de mais elevado e desenvolvido no âmbito da reflexão marxista sobre a literatura brasileira – se complementam no sentido de abrirem a possibilidade de pensarmos em uma teoria marxista dessa mesma literatura a partir dos alicerces que ajudam a construir e solidificar, como pretendemos demonstrar ao longo do presente trabalho.

1.2.2 Marxismo renovador e tradição pecebista

No Brasil, os movimentos de esquerda viram-se, na maioria das vezes (com algumas notáveis exceções), sujeitos às mesmas inflexões globais já mencionadas, ou seja, orientações teórico-práticas de cunho altamente problemático. No entanto, após a referida denúncia, ocorre uma relativa abertura do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que também propiciou o surgimento de novos quadros, ligados a pensadores marxistas heterodoxos, antes vistos com desconfiança. Foi um movimento bastante positivo, sinalizando a possibilidade de uma profunda reformulação das bases da esquerda nacional. Nas palavras de José Antonio Segatto (2005, p. 205):

Com as mudanças políticas e de concepções, o PCB a partir de 1958, não só atrairá, como formará uma “nova safra” de intelectuais, que teriam significativa incidência na vida cultural e política. [...] [Esse movimento é] fruto do processo de renovação do pensamento marxista no Brasil, que ocorre em função do impacto do XX Congresso do PCUS e das mudanças levadas a cabo pelo PCB, além de outras transformações político-culturais que se processavam no país e no mundo naquele momento.

Cabe acrescentar que, por volta de meados do século passado, o PCB passa a contar com amplo prestígio, sobretudo entre as camadas sociais medianas. Uma inserção mais intensa e extensa das ideias desses pensadores teve início nesse período, que foi extremamente favorável ao aparecimento de possibilidades teóricas mais abertas, que, no período anterior, eram tidas como demasiadamente heterodoxas (contrastando com a ortodoxia stalinista).

É nesse contexto específico, com marcada inserção no movimento renovador, que se dá a divulgação da obra desses autores marxistas, com centralidade para Antonio Gramsci e György Lukács (na época com a grafia usual da tradição editorial germânica, “Georg”). Mencionamos esses autores por terem ocupado maior centralidade nesse processo, o que não

significa dizer que eram os únicos. Nomes como Lucien Goldmann, Karel Kosik, Jean-Paul Sartre (SEGATTO, 1998), entre outros, também representaram importantes tentativas de rompimento com a hegemonia teórica do marxismo ortodoxo.

Em relação a Lukács, a recepção de suas obras e ideias deu-se nesse contexto geral, mas atendendo demandas locais específicas; inserindo-se nesse movimento que propunha uma ampla renovação do marxismo, mas não nele se encerrando (cabe lembrar que, fora as referências dos pensadores europeus, que se encontravam aqui radicados, data de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 as primeiras menções à obra lukácsiana, por uma série de outros pensadores, inseridos nos mais diversos grupos intelectuais).¹³ Nas palavras de Celso Frederico (1995, p. 188):

É somente após o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em 1956, quando se inicia, ainda que parcialmente, com o rompimento com a ortodoxia stalinista, que Lukács começa a ser conhecido pelo movimento comunista e, conseqüentemente, pela esquerda brasileira.

A denúncia dos crimes do regime stalinista fez alastrar-se no cenário socialista global uma série de incertezas. No Brasil, esse movimento foi parcialmente revertido pela *Declaração de março* de 1958, que sinalizou um movimento de ruptura e afastamento das posições stalinistas. Como sintetiza-nos Segatto (1989, p. 129):

Em 1956, o PCB é abalado de cima a baixo pelo XX Congresso do PCUS, que dá início à desestalinização. A isto juntam-se os problemas internos acumulados durante vários anos e vindos à tona nesse momento. Depois de uma certa perplexidade, abre-se um debate intenso, cujos desdobramentos terão como frutos uma mudança na política do partido, que já se manifestam na *Declaração de março de 1958* e num texto de Luís Carlos Prestes, onde o PCB faz sua autocritica e começa a esboçar a definição de uma política diferente daquela seguida anteriormente.¹⁴

13 “A descoberta de György Lukács no Brasil, simultaneamente com a de Ernst Bloch, começou por Guerreiro Ramos em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB] no Rio de Janeiro, em conferência intitulada ‘A Problemática da Realidade Brasileira’, reunida, com outros textos de Guerreiro Ramos, no livro *O Problema Nacional do Brasil*. [...] A obra lukácsiana ali citada é a tradução italiana *Il marxismo e la critica letteraria* pela editora Einaudi de Turim, 1953. [...] [Portanto,] a recepção de Lukács no Brasil principiou através da Itália.” (CHACON, 1992, p. 416)

14 Nas palavras de Jacob Gorender (2007, p. 19-20), um de seus redatores: “Eu participava de um grupo chamado ‘abridistas’, ou seja, os favoráveis à abertura da discussão. Tornei-me diretor da *Imprensa popular*, jornal favorável à discussão. Quando voltei ao Brasil, formamos um grupo que se reunia no apartamento de um intelectual do partido, muito culto, chamado Alberto Passos Guimarães. Eu, Mário Alves, Armênio Guedes, Giocondo Dias – que fazia a ligação com Prestes, ainda sob clandestinidade moderada – e o Alberto. O Jorge Amado participou de uma ou duas reuniões, mas depois se afastou. O Apolônio se integrou depois, quando voltou ao Brasil. Nessas reuniões surgiu a idéia de elaborarmos um documento que viria a ser conhecido como *Declaração de março de 1958*. A declaração teria de romper com a linha do chamado *Manifesto de agosto de 1950*, que pregava a luta armada, e oficialmente ainda estava em vigor. Nós estávamos no governo de Juscelino, não havia um único preso político, a imprensa era livre, os jornais do

Na prática, no entanto, um movimento de renovação já estava em andamento, mesmo no período anterior ao XX Congresso de 1956. As obras de autores como Luiz de Aguiar Costa Pinto, Nelson Werneck Sodré e, sobretudo, Caio Prado Jr., atestam o perigo da realização de uma *tabula rasa* entre o pré e o pós movimento renovador (ainda que algumas fragilidades de suas obras possam ser destacadas). Porém, cabe destacar que no contexto no qual se inseriu, a *Declaração* possuía inegáveis méritos, sendo o maior deles a recolocação da centralidade da questão democrática. Como afirma Celso Frederico (1995, p. 190):

No plano internacional, iniciava-se um debate nos partidos comunistas ainda perplexos com o processo de desestalinização. Internamente, os grupos renovadores já haviam obtido uma importante vitória política com a *Declaração de março* de 1958, documento aprovado pela direção do PCB, que acena pela primeira vez para a centralidade da questão democrática na construção do socialismo, rompendo assim, com a estratégia insurrecionista e com o dogmatismo fomentado pela importação de modelos teóricos (no caso: o modelo de revolução para os países coloniais, elaborado pela Internacional Comunista de 1928 e, desde então, seguido pelo PCB).¹⁵

O período que antecedeu o golpe militar de 1964 caracterizou-se pela intensificação desse processo de acumulação cultural, iniciado no período anterior, e pela constituição de um ambiente de efervescência cultural sem precedentes no nosso país. As condições econômicas favoráveis proporcionaram uma ampliação da classe média, o que impulsionou a criação de uma indústria cultural local e promoveu o fortalecimento de movimentos editoriais mais à esquerda, chegando mesmo a garantir, nas palavras de Roberto Schwarz, uma relativa hegemonia cultural que, inclusive, sobreviveria ao golpe.

Em 1964 instalou-se no Brasil o regime militar, a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo. [...] Entretanto, para a surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. **Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país.** (SCHWARZ, 2008, p. 71)

partido circulavam abertamente, então a nossa linha estava fora de sintonia. Assim, redigi a declaração, que foi uma obra coletiva proposta por nós e aprovada pelo Prestes. Essa declaração passou a ser a linha do partido. Em 1960 se reuniu o V Congresso do Partido, que corroborou a linha da *Declaração de março* e ampliou o contexto e abordou outros assuntos, resultando em um livreto.”

15 Coutinho, de acordo com essa visão, escreve que: “Na esteira do XX Congresso e da consequente renovação do PCB, teve lugar entre nós uma abertura do marxismo, uma quebra do monopólio quase exclusivo dos manuais soviéticos de ‘marxismo-leninismo’.” (COUTINHO, 2009, p. 12)

Outras formas de protesto também surgiram, como a bossa nova, o Centro de Cultura Popular (CPC), o Cinema Novo, etc., configurando um momento único na história brasileira mais recente. Esse cenário, favorável ao pensamento crítico e ao desenvolvimento cultural, numa veia igualmente crítica, criou as condições para que surgisse no país a publicação das primeiras traduções de obras e textos de Lukács.

Com a deflagração do golpe militar, contraditoriamente – mas não sem uma explicação razoável – o interesse pela obra de Lukács aumentaria gradativamente. Com o fechamento das “[...] portas da participação política institucional, o golpe militar de 1964 fez da resistência cultural um polo de aglutinação dos opositores do regime.” (FREDERICO, 1995, p. 192). Em decorrência desse fenômeno, o engajamento crescia com a expansão do nível cultural geral, o que culminou na formação de um verdadeiro polo de articulação e oposição ao regime ditatorial em diversos campos. Como resume-nos José Paulo Netto (2009, p. 13-14):

O golpe de 1º de abril de 1964 não interrompeu o acúmulo ídeo-cultural que vinha dos anos precedentes, anos de precipitação democrática; ao contrário, dinamizou-o, aglutinando o melhor da intelectualidade brasileira no campo da democracia e dos projetos revolucionários – sabe-se que raros foram os intelectuais de peso que aderiram de forma aberta à ditadura. Realmente, na segunda metade dos anos 1960 condensou-se um caldo de cultura progressista que, entre os segmentos intelectuais mais jovens, tinha um claro sentido revolucionário.

A tese defendida por Netto ganha eco nas posições de Frederico (2007, p. 344), ao afirmar que “[...] no imediato pós-1964, os artistas e intelectuais ligados ao PCB deram inicialmente o tom na produção artística”. Cabe acrescentar aqui que essa resistência se estruturou de diversos grupos e, ainda que o PCB tenha sido um dos mais importantes focos de resistência, poderíamos mencionar os grupos de resistência no interior da igreja católica (sobretudo os mais vinculados à Teologia da Libertação e à Ação Popular) e, dos que nos interessam mais em função do recorte proposto para esta pesquisa, grupos de intelectuais ligados às reflexões mais críticas surgidas no âmbito universitário. Dentre esses, adquire destaque o grupo de professores e alunos (muitos dos quais atuando também na Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP) gravitando em torno do grupo de estudos d'*O Capital* da Universidade de São Paulo (USP), realizado entre os anos 1958 e 1964 (GIANNOTTI, 1998).

Ainda da perspectiva do PCB, esse contexto de crise permitiu a ascensão de jovens pensadores que, insatisfeitos com o empobrecido e empobrecedor marxismo oficial soviético,

buscavam suas origens em intelectuais até então tidos como heréticos, caso de Lukács e Gramsci.

Para melhor situarmos a posição e importância de seu pensamento, cabe destacar que, no final do século XIX às primeiras décadas do século XX, a referência central do marxismo no campo da cultura foi Georgi Plekhanov, autor de *A arte e a vida social*. A posição teórica do pensador russo era típica do marxismo fatorialista, dominante na 2ª Internacional, que não permite a exploração da rica dialética entre base e estrutura; o que significa, naturalmente, um empobrecimento em suas análises de arte e a literatura. Outro autor que procurou se inserir nesse campo teórico, também sem alcançar resultados mais duradouros, foi o alemão Franz Mehring. Ambos os pensadores possuem em comum a referencial central no referido marxismo fatorialista, que os impossibilitava objetivamente de procederem a pesquisas férteis no campo artístico.

Segundo Oldrini¹⁶ e Tertulian¹⁷, ambos os autores não viam a possibilidade da edificação de uma teoria da arte marxista e, em função disso, recorriam a outras correntes teóricas, visando suprir essa falha teórica que julgavam encontrar. Enquanto Mehring teria proposto uma incorporação de concepções estéticas kantianas (via, sobretudo, a *Crítica do julgamento*), Plekhanov teria insistido na referida simplificação da teoria de Marx, cujo escopo teórico posteriormente ficaria conhecido, de forma depreciativa, como sociologismo, ao buscar adequar mecanicamente o fenômeno literário às manifestações econômico-políticas. Lukács, em texto autobiográfico, tratando dessa questão e do impacto sofrido com a leitura de textos de Marx e Lenin até então inéditos, faz as seguintes considerações:

Plekhanov e Mehring achavam que era necessário completar Marx quando eram debatidas questões diversas das econômico-sociais. [Como consequência] [...] Mehring insere a estética kantiana na teoria de Marx, e Plekhanov, uma estética em substância positivista. [...] Logo, devia haver

16 “Plekhanov, os pseudomarxistas em geral da Segunda Internacional recaem, segundo Lukács, num ecletismo incoerente. Céticos acerca da capacidade do marxismo de resolver, no seu bojo os problemas da imanência estética da obra de arte, pretendem de fora completá-lo em estética, com Kant, como faz Mehring, ou com o positivismo.” (OLDRINI, 1999, p. 76)

17 “Podemos fazer as mesmas considerações, *mutatis mutandis*, a propósito de seus escritos estéticos e de crítica literária. Ele criticava, por exemplo, a Mehring e sobretudo a Plékhanov, uma aproximação demasiadamente retilínea das relações entre a base econômica e a ideológica, e por consequência entre as concepções filosóficas dos escritores e a estrutura de suas obras. Mesmo demonstrando uma grande estima pelo marxista alemão Mehring por sua corajosa atividade, Lukács achava que na análise das obras de Lessing, Hebbel ou Nietzsche, ele estabelecia correlações muito diretas. [...] [Escapam] a ele as mediações mais sutis da expressão ideológica: a dialética interna das obras não era suficientemente posta em relevo, sua especificidade estética ou filosófica negligenciada em favor da expressão ideológica direta, a complexidade das relações entre posição sócio-histórica e sublimação literária ou filosófica, por vezes sacrificada (no caso de Hebbel, por exemplo).” (TERTULIAN, 2007, p. 19)

uma estética marxiana própria, que o marxismo não tomava nem de Kant, nem de nenhum outro. Essas ideias foram elaboradas por Lifschitz e por mim. Naquele tempo eu trabalhava com ele no Instituto Marx-Engels. Com a elaboração dessas ideias teve início todo o nosso desenvolvimento subsequente. A constatação não é comum hoje na história da filosofia, no entanto o fato é que fomos os primeiros a falar de uma estética marxiana específica, e não desta ou daquela estética que completasse o sistema de Marx. (LUKÁCS, 1999, p. 87-88)

Concordando com a originalidade e a importância da obra de Lukács, o pensador português Adolfo Casais Monteiro, no texto “A crítica sociológica da literatura” (1963), realiza uma breve síntese das posições teóricas anteriores ao período de atuação do pensador húngaro. Para Monteiro, Lukács é o primeiro teórico interessado pela dimensão sócio-histórica (em oposição aos esteticistas) que, efetivamente, consegue conceber, no plano da teoria, o fenômeno literário em sua especificidade, conjugando harmonicamente as dimensões estética e sócio-histórica (sem cair num determinismo de tipo plekhanoviano).

No contexto de hegemonia do já referido marxismo de tipo fatorialista, seja através de Mehring ou Plekhanov, a obra de Lukács significou um grande avanço no sentido da apreensão da literatura por uma posição teórica calcada no marxismo. Contudo, tendo em vista as dificuldades políticas encetadas pelo esforço do regime stalinista de – sob a égide cultural de Jdanov – estabelecer uma orientação artístico-cultural oficial, os problemas encontrados pelos pensadores que ousassem desafiar os fundamentos do “realismo socialista”, por vezes os forçavam a situações indesejadas.¹⁸

Desde 1930, ou seja: desde que Lukács iniciou uma obra a todos os títulos notável, tendo em vista formular uma interpretação realmente marxista da literatura... Porque este é, na verdade, o único testemunho válido duma teoria e duma crítica, não só de inspiração marxista, mas que atende à básica exigência de não se confundir literatura e fatores sociais – ou antes, de não se afirmar a dependência daquele em relação a estes, mas sim a interdependência respectiva, num plano que até então tinham evitado quantos manifestarem idênticas ambições. [...] A surpresa de quem aborda os trabalhos de Lukács de teoria e crítica literárias é encontrar uma linguagem inteiramente diversa de que exemplificamos com os textos de Plékhanov. **Pela primeira vez em toda a história do marxismo, Lukács aborda a literatura como literatura.** (MONTEIRO, 1963, p. 44-45, grifo nosso)

Se no plano teórico havia a predominância de uma certa corrente marxista de extração

18 “Na ausência duma doutrina que fosse, ao menos, apreensível, suscetível de ser analisada, o jdanovismo limitou-se a impor noções vagas, e muito concretas excomunhões. Nada tem a ver com qualquer posição crítica, marxista ou não. Por isso mesmo um Lukács nem sempre teve a possibilidade de exprimir as suas ideias, e o exprimi-las valeu-lhe sérios riscos, por mais que uma vez.” (MONTEIRO, 1963, p. 45)

positivista, no que diz respeito à política cultural a situação era ainda mais problemática. Seguindo as determinações gerais jdavonistas, os partidos comunistas de todo o mundo encabeçavam uma campanha que tinha como consequências o empobrecimento das correntes artísticas em nome de uma suposta defesa da “cultura proletária”; aqueles que não se adequassem às exigências eram imediatamente tidos como traidores de classe.

A reflexão lukacsiana, que seria incorporada com mais vigor nesse primeiro momento – e, em especial, seus textos que tratam de arte e literatura –, inserido no contexto dos impactos do XX Congresso do PCUS, encontraria grande eco entre jovens intelectuais do PCB, com notável destaque para Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Nesse sentido, formou-se entre nós uma tradição apoiada num marxismo heterodoxo, essencialmente lukacsiano e, a princípio, voltado principalmente à análise da literatura brasileira. Suas posições teóricas exerceram grande influência também no campo da política cultural, em função do peso das posições teóricas do Partido – que se intensificou com a articulação do mencionado *front* anti-ditatorial.

A atividade desse grupo de intelectuais, com o notável protagonismo de Konder e Coutinho, resultou também na tradução de diversos livros de Lukács e outros pensadores, a partir dos anos 1960. Cabe mencionar a importância que tiveram as traduções das obras do pensador húngaro para idiomas mais acessíveis ao público brasileiro (sobretudo as traduções espanholas, francesas e italianas). Netto, sublinhando a importância da atividade crítica de Konder e de Coutinho, lamenta-se ainda do obscurecimento que as obras desse período sofreram, assim como do seu esquecimento no debate contemporâneo – o que, esperamos, essa pesquisa possa ajudar a remediar. De acordo com a observação de Netto (2010, p. 237, grifo nosso):

De um ponto de vista histórico, parece inteiramente consensual que devemos a Leandro Konder e Carlos Nelson o trabalho sistemático, nos anos 1960, de trazer a referência lukacsiana à cultura brasileira – na verdade é impossível estudar a recepção das ideias de Lukács em nosso país sem levar em conta o protagonismo de Leandro Konder e Carlos Nelson. **No entanto, não tem a mesma evidência o trabalho crítico – literário e filosófico – realizado por Carlos Nelson, de meados dos anos 1960 à primeira metade da década de 1970, sob a direta influência de Lukács.**

Na contra-corrente do sectarismo artístico instaurado no período stalinista, hegemônico no movimento comunista internacional, esses jovens queriam sobretudo expurgar essas influências retrógradas (ligadas às correntes de extração stalinista) do PCB e para isso se valeram das ideias lukacsianas de maneira inteligente e agregadora. De tal forma

que, nas palavras de Frederico (1995, p. 193):

O destino de Lukács esteve inicialmente vinculado, como vimos, ao projeto de um pequeno grupo de intelectuais comunistas não ligados profissionalmente à vida acadêmica. Os ventos da renovação do movimento comunista internacional e a situação específica da esquerda brasileira, derrotada, frustrada e inquieta com os rumos do regime militar, favoreceram a aproximação e a adesão às ideias lukascianas, que haviam [...] começado a ser digeridas ainda no pré-64.

Com isso, a recepção de Lukács recebeu uma verdadeira impulsão. Setores do PCB, sobretudo entre os jovens comunistas, viam no filósofo húngaro a possibilidade de edificação de uma política cultural abrangente que serviria para a articulação do referido *front* anti-ditatorial. Mas, numa outra chave, ainda tinha a função estratégica de manter um combate em outras duas frentes: tanto ao stalinismo quanto ao existencialismo, cada um em suas peculiaridades, mas ambos significando um retrocesso à reflexão marxiana.

Para a esquerda brasileira [...] Lukács surgiu como um pensador capaz de impulsionar a renovação do marxismo, exigência que entrou na ordem do dia após o XX Congresso do PCUS. [...] [Essa] tarefa foi levada à frente por uma jovem intelectualidade comunista que concentrou sua atuação no encaminhamento da política cultural do PCB. O encontro com o pensamento de Lukács servia tanto para superar o catecismo stalinista quanto para fazer frente ao enorme prestígio então desfrutado pela filosofia existencialista. (FREDERICO, 1995, p. 223)

Entrando na discussão mais específica sobre as bases teóricas de Carlos Nelson Coutinho, poderíamos citar, além dos pensadores marxistas centrais, como – e além, é claro, de Marx e Engels – Lenin, Gramsci e Lukács, um grupo de pensadores locais que, valendo-se do referencial marxista, se propuseram a pensar a realidade brasileira, segundo sua avaliação, de uma perspectiva de desenvolvimento “não-clássico”; é o caso de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, entre outros. Ainda que nem sempre concordando totalmente com suas concepções, Coutinho valeu-se de suas indicações para a formulação de sua visão própria do Brasil.¹⁹

Também Leandro Konder, interlocutor e companheiro intelectual de Coutinho, trata da questão da “via prussiana”, de forma bastante clara e didática. Retomando, no livro *A democracia e os comunistas no Brasil*, de 1980, a linha argumentativa do pensador baiano, que propõe a já referida retomada do conceito leniniano de “via prussiana”, alarga para a

¹⁹ É nesse sentido que afirma: “Nesse mesmo eixo é que se situam os ensaios sobre Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni: o objetivo central das obras dos três escritores paulistas me parece ser a compreensão conceitual dessa via ‘não clássica’ de transição para o capitalismo, bem como de suas deletérias consequências no presente brasileiro.” (COUTINHO, 2011, p. 11)

compreensão do caso brasileiro. Konder, apesar de não ter escrito nenhuma obra de caráter mais sistemático sobre a particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, parece, através de indicações registradas em diversos momentos, concordar com a tese de Coutinho (KONDER, 2009, p. 142). No livro citado, Konder (1980, p. 18-19) faz o seguinte resumo dessa concepção:

Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultaram de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares. [...] As mudanças eram realizadas mediante acordo entre os grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria ensejar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparelhos burocráticos de dominação direta). [...] Quando era necessário, produzia-se entre nós uma “modernização conservadora”. Esse caminho foi chamado por Lenin de “caminho prussiano” (ou “via prussiana”, como se prefere dizer agora); a partir do exame da evolução da economia agrária alemã, Lenin descobriu a universalidade dessa “via”, sua função como meio de evitar a revolução. Lukács analisou os efeitos da “via prussiana” sobre a supra-estrutura política e cultural da Alemanha e da Hungria. Nestes últimos anos, diversos pesquisadores vêm observando as formas assumidas pela “via prussiana” no Brasil.

Em contraponto aos países europeus, que vivenciaram um desenvolvimento histórico mais ou menos característico, ou “clássico”, – com exceção da Rússia e outras nações do Leste –, e onde se observou o florescimento de verdadeiras tradições literárias realistas (que se pense no realismo inglês do século XVIII, no realismo francês do XIX e no realismo russo da virada do século XIX para o XX), o caminho dos países coloniais é distinto. No caso destas nações, que não atravessaram, portanto, um caminho clássico de desenvolvimento capitalista, ao contrário de se observar a formação de tradição literária realista, o que se constata é a formação de forte tendência anti-realista, onde as poucas exceções provam a regra. O que não impediu, observa Coutinho, de existirem tentativas de relativizarem esse fenômeno, sobretudo por parte da intelectualidade conservadora: “O país ingressara na era capitalista (que já atingia no plano mundial a fase imperialista) sem ter resolvido os impasses históricos da ‘via prussiana’”. (COUTINHO, 2011, p. 105)

Com o marco da passagem do Império para a República, as formas sociais antes revestidas de relações “paternalistas”, passariam a demonstrar a sua real faceta “burocrático-ditatorial”, e a ironia de corte machadiano não mais poderia representar de forma realista a essência desse período histórico. Lima Barreto, com seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, segundo Coutinho, é o grande exemplo de escritor realista que soube extrair motivos profundamente verdadeiros do seu tempo, e retratá-los de forma crítica no plano literário.

Nessa altura, cabe mencionar que Coutinho realiza, no livro-coletânea *Cultura e sociedade no Brasil*, no ensaio homônimo, um diálogo aberto com Roberto Schwarz, mais especificamente no subitem “Subordinação formal e subordinação real: ou como as ideias ‘entram no lugar’”. Trata-se de um momento bastante raro no interior do pensamento marxista, em que se busca estabelecer um diálogo entre duas correntes teóricas de extrações distintas e que produz, em nosso entendimento, possibilidades teóricas riquíssimas, que pretendemos explorar de forma mais detida nos capítulos seguintes, pois, para fazerem sentido, é preciso que se esboce previamente as linhas gerais da teoria schwarziana sobre a gênese e desenvolvimento da literatura brasileira.

Portanto, as obras e ideias levadas a cabo por Coutinho constituem um panorama de originalidade e complexidade teórico-crítica que não só extrapolaram os limites de uma simples reprodução das ideias de Lukács no Brasil, mas que, também, projetam-se para além da mera utilização politicista desse arcabouço teórico para fazer oposição ao regime autoritário que se instaurava, ou mesmo para fundamentar e fortalecer um movimento que propunha a mudança de eixos da orientação política mais geral do PCB – ainda que a polivalente obra coutiniana tenha também cumprido esses papéis nos momentos históricos mencionados.

1.3. A questão da *mimesis*

Uma questão importante que, se não poderá ser tratada de forma exaustiva, devido ao limite temporal do presente trabalho, precisa ser ao menos referida. Trata-se do amplo e longínquo debate sobre a questão da *mimesis* (transliterado do grego *μίμησις*, significando “imitação”). O debate remonta à clássica *Arte poética*, de Aristóteles. Nesse texto, o filósofo grego realiza uma categorização dos gêneros literários existentes em sua época, classificando-os como “imitação”: “A epopeia, a tragédia, assim como a poesia ditirâmbica e a maior parte da aulética e da citarística, todas são, em geral, imitações” (ARISTÓTELES. 2008, p. 103). As três últimas formas de poesia mencionadas, respectivamente, poesias em homenagem a Baco, poemas acompanhados por instrumentos de corda e, por último, pela flauta, podem ser compreendidos como pertencentes ao gênero lírico.

O que não significa dizer que Aristóteles propunha uma redução das obras literárias ao contexto em que surgiram. É o que adverte Lukács, lembrando que, para o filósofo grego, não há identificação do procedimento mimético próprio da arte com a noção de cópia mecânica do real.

Aristóteles deu ao desenvolvimento da estética um impulso duradouramente salutar, na medida em que, por um lado, colocou no centro da estética o reflexo da realidade objetiva e não o reflexo das ideias, como no neoplatonismo; por outro lado, porém, e ao mesmo tempo, este reflexo foi por ele energicamente diferenciado da cópia puramente mecânica da realidade. (LUKÁCS, 1968, p. 127)

O debate sobre a natureza da obra literária, enfim, diz respeito a tentativa de compreender a arte, em geral e a literatura, em específico, como forma de conhecimento da realidade social possuidora de mecanismos e características peculiares e que se diferenciam com os modos e procedimentos próprios da ciência.

Para Marx e seus continuadores, a questão fulcral sempre foi a busca por estabelecer de que forma se dá a articulação entre a legalidade imanente da obra de arte com o contexto social mais amplo onde se insere; em outros termos, como se dá a dialética entre literatura e sociedade. Ou, ainda, a questão do desenvolvimento desigual da superestrutura ideal em relação à materialidade social, que Marx retoma por meio da discussão sobre a arte grega. Em suas palavras:

Na arte, é sabido que determinadas épocas de florescimento não guardam nenhuma relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, portanto, com o da base material, que é, por assim dizer, a ossatura de sua organização. [...] Se esse é o caso na relação dos diferentes gêneros artísticos no domínio da arte, não surpreende que seja também o caso na relação do domínio da arte como um todo com o desenvolvimento geral da sociedade. A dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas. (MARX, 2011, p. 62)

Dito isto, Marx formula uma importante questão, que norteará sua concepção sobre a arte. O pensador alemão formula uma falsa questão, ao sugerir que a resposta para o enigma artístico está na compreensão da formação social sob a qual surgem as expressões artísticas correspondentes; se encerrasse aqui, a busca pelo “equivalente sociológico” de cada obra de arte coincidiria com sua análise artística ou crítica, mas Marx vai além, indagando-nos sobre a causa da perdurabilidade do deleite e fruição (e testemunho, poder-se-ia acrescentar) que as grandes obras suscitam-nos:

Mas a dificuldade não está em compreender que a arte e o epos gregos estão ligados a certas formas de desenvolvimento social. A dificuldade é que ainda nos proporcionam prazer artístico e, em certo sentido, valem como norma e modelo inalcançável. (MARX, 2011, p. 64)

Esses importantes escritos de Marx – um dos mais expressivos, daqueles que tratam diretamente sobre arte e literatura –, defendem que a abordagem histórica não deve escamotear os aspectos estéticos, o que endossou em Lukács a compreensão da autonomia relativa da arte em relação à sociedade. A partir das indicações de Marx, torna-se fundamentada, por um lado, a crítica às concepções da arte como produto mecânico da sociedade; por outro, das concepções idealistas da arte, que a veem como produto de uma dialética própria, sem relação com as demais esferas.²⁰

No caso brasileiro, conforme já dito, foi Antonio Candido o autor pioneiro em oferecer um tratamento materialista e dialético para a obra literária. Ainda que, como vimos, Candido tenha percorrido um caminho próprio, o fato é que chegou a resultados muito similares àqueles que outros autores de vinculação marxista preocupados com a compreensão dialético-materialista da obra de arte chegaram.

Em relação a Lukács, é de bastante valor o trecho onde Candido reconhece na concepção literária do filósofo húngaro um procedimento semelhante, que visa compreender o fenômeno de forma dialética e não-reducionista – o que não exime Lukács de alguns deslizes cometidos em algumas de suas análises. Nesse sentido, salvo as exceções em que as imposições políticas a um exilado se fizeram mais contundentes, pode-se concluir que a compreensão de Lukács sobre o fenômeno estético alinha-se à boa tradição inaugurada por Marx. Como o próprio Schwarz (2001, p. 34) destaca: “Eu acho que Lukács está certo quando insiste que trabalha com a forma. Suas análises de conteúdo sempre levam à consequências composicionais. Nesse sentido, ele procura as energias formais do conteúdo, verificando a consistência de sua realização literária.”

Portanto, estamos convictos de que o fator determinante para subsidiar uma análise de escritores brasileiros a partir de uma perspectiva marxista não é a discussão teórico-conceitual – que, por vezes, assume contornos de puro bizantinismo – sobre a *mimesis*, mas a compreensão prática de como cada artista absorve e plasma a realidade social para o plano literário. De modo que é isso que tentaremos compreender: de que forma Schwarz e Coutinho articulam – ou não – explicações convincentes para as relações estabelecidas entre literatura e sociedade que são resultado das obras de alguns de nossos maiores escritores.

20 Como Lukács formulou posteriormente: “É imprescindível determinar o lugar do comportamento estético na totalidade das atividades humanas, das relações humanas ao mundo externo, assim como a relação entre as formações estéticas que daí surgem, sua estrutura categorial (forma, etc) e outros modos de reação à realidade objetiva.” (LUKÁCS, 1982, p.11)

2. MODERNIDADE PERIFÉRICA E LITERATURA EM ROBERTO SCHWARZ

No presente capítulo abordaremos a interpretação que Roberto Schwarz realiza da obra machadiana. Apesar de se dirigir mais atentamente à análise da obra de Machado de Assis, a análise empreendida por Schwarz não se restringe a esse autor, pois busca apreender um aspecto mais amplo do desenvolvimento de nossa sociedade, a saber: os impactos e reflexos da Modernidade em nossa sociedade e, por consequência, em nossas formas ideais, entre as quais a literatura.

Feita essa ressalva, o objeto central da análise de Schwarz é a obra machadiana, considerada por ele, com justiça, o ponto mais alto da literatura brasileira. Diante da difícil equação entre a sociedade local e a matriz europeia, onde se expressa com mais força a relação entre sociedade e literatura, aos escritores brasileiros impunha-se a tarefa adicional de endereçarem à questão das possíveis implicações da transposição da forma literária, do romance em especial, ao contexto local. É nesse quadro que a obra do escritor fluminense surge como figura de exceção, por ter sido ela a responsável por inaugurar o momento de “desabrochar” da literatura brasileira.

Seguiremos, nessa exposição, a divisão utilizada pelo próprio autor, que estabelece dois momentos da obra machadiana: o jovem Machado, tratado em *Ao vencedor as batatas* (2000a), de 1977 e o último Machado (o da trilogia realista: *D. Casmurro*, *Quincas Borba* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*), discutido em *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000b), de 1990.

Nas páginas que se seguem buscaremos, portanto, acompanhar os eixos centrais da argumentação schwarziana, que propõe uma instigante e original interpretação da obra de nosso maior escritor, a partir das referências já mencionadas no *Capítulo I*; o que significa dizer, resumidamente, o marxismo, ou uma vertente específica do marxismo que se desenvolve no país.

2.1 Sociedade e ideologia no Brasil Império

Schwarz, já no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *Ao vencedor as batatas*, “As ideias fora do lugar”²¹, enuncia a questão central que acompanhará o restante de seu

21 O referido texto (SCHWARZ, 1973), antes, havia sido publicado de forma isolada, primeiramente no periódico francês *L'Homme et la Société*, em 1972 e, posteriormente, no brasileiro *Estudos CEBRAP*, na edição de janeiro de 1973. Acresce que as discussões que se seguiram foram muitas, garantindo desde antes da publicação do estudo completo, bastante destaque no cenário intelectual brasileiro, tanto pelas concordâncias quanto pelas discordâncias em relação às ideias expressas no texto.

estudo: ao contrário do continente europeu, de onde, à época, emanavam as Luzes e as relações econômicas assentavam-se no trabalho livre, em terras brasileiras, a base dessas mesmas relações era a escravidão.

O recurso a uma espécie de história das ideias do Brasil do século XIX, justifica-se pelo autor na tentativa de, ao identificar a dinâmica essencial que regula o vai-e-vém ideológico do período, captar o momento em que essas ideias, exteriores portanto, tornam-se internas a partir da pena figurativa machadiana. Segundo Schwarz (2000a, p. 29), em oposição ao recurso de traçar o “[...] ‘panorama’ e da ideia correlata de impregnação pelo ambiente, sempre sugestiva e verdadeira, mas sempre vaga e externa, tentei uma solução diferente: especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura [...].”

Diante de um fato tão abominável, de ter a vigência da escravidão em uma nação que então se pretendia moderna, criava-se uma situação incontornável de incongruência do discurso liberal, no qual se apoiavam nossos pensadores e adeptos das ideias modernas em geral, com a mesma base econômica fundamental dessa sociedade. Um grande problema, para dizer o mínimo.

Por outro lado, apesar dos inconvenientes que essa dupla instância gerava no plano ideológico, no mundo burguês onde impera o cálculo e o lucro, tudo ia bem. Ninguém via muita necessidade de consultar a Declaração dos Direitos Humanos na hora de calcular os lucros e os dividendos.

Não é de se estranhar que a classe pensante do país encontrasse dificuldade para dar sentido a tudo que se testemunhava na vida do país. Apoiando-se em estudo seminal de Maria Sylvia de Carvalho, o autor observa que, durante o período colonial, existiam três grandes classes: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. É nesta última categoria social, marcada na verdade por relações de profunda dependência em relação aos latifundiários, que a inteligência do país vai encontrar sua razão de ser e o seu nexos e a mediação fundamental entre essas duas classes é, notadamente, o favor e as dinâmicas que dele derivam.

Por sua mera presença a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexos da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como todo. Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende

materialmente do **favor**, indireto ou direto, de um grande. [...] **O favor é nossa mediação quase universal** – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (SCHWARZ, 2000a, p. 16-17)

A dinâmica do favor, portanto, constituía o chão ideológico a partir do qual se assentavam as visões sobre o Brasil formuladas no período, sejam elas científico-conceituais ou artístico-sensíveis. Num paralelo com a realidade europeia coetânea ao Brasil colônia, é perceptível como o predomínio do favor como nexos ideológico de nossa sociedade criava situações embaraçosas e incongruentes. Se, na Europa, o Liberalismo surge como oposição crítica aos valores feudais, afirmando a universalidade da lei, o respeito às liberdades individuais, o trabalho assalariado, no Brasil, ele não pode se opor a esses elementos, pois eles inexistem, ou existem só de forma parcial, na sociedade local.

Como o Brasil surge como consequência e desdobramento do capital comercial, é sob a égide das ideias liberais que se constituem nossos pressupostos mentais. Mas, na prática, a realidade, com o predomínio do favor, é outra. Os fatores aos quais o liberalismo se opõe como sua razão de ser, prevaleciam na sociedade brasileira, a despeito desse inconveniente ideológico. Segundo Schwarz (2000a, p. 17-18),

[...] no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia europeia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno.

A despeito da – para dizer o mínimo – contradição fundamental existente entre liberalismo e arbítrio, arranjou-se, por razões de necessidade, sua coexistência ou, para dizer de outra forma, forjava-se aí uma espécie nova de liberalismo, um liberalismo à brasileira, o que não servia para diminuir o problema, mas somente colocava-o sob nova luz e apontava para caminhos diversos daqueles percorridos pelo liberalismo europeu. Schwarz (2000a, p. 18), porém, aponta com razão como, no plano das ideias, essa contradição não se resolvia sem deixar sequelas, pois “[...] **adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviam como justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor.**”

Assim, o liberalismo, no Brasil, constituía-se não como simples ideologia, mas sim, segundo o autor, como ideologia de segundo grau – que mais acima chamamos de “liberalismo à brasileira” –, pois aqui o liberalismo sequer correspondia à falsa consciência da realidade. Alterando o funcionamento que é característico às ideologias, ter-se-ia também sua própria eficácia, porque tornada despropósito, absurda.

Apesar disso, o favor cumpria perfeitamente sua função social. Garantia às elites a manutenção de sua posição superior e, aos “homens livres”, a diferenciação e distinção em relação ao escravo. Dessa relação, surge a cumplicidade, que retroativamente, de um lado, garante aquela mesma sensação de distinção e, de outro, garante a permanência e estabilidade da estrutura de dominação social.

Se 1848 é o marco de transição das ideias burguesas do rol progressista ao da apologia e da conservação de si enquanto classe dominante, ainda que mantendo a presunção de universalidade, no Brasil, devido ao arranjo *sui generis* que as ideias liberais adquiriram, não se observou o mesmo.²² Aqui, as ideias liberais não correspondiam nem ao avesso dos valores “universais” burgueses; ou seja, não correspondiam nem aos valores feudais, nem aos valores burgueses e nem aos valores, que começavam a despontar e encontrar organização e expressão próprias, que se opunham à nova classe dominante.

Assim, posto de parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele “desconcerto” que foi o nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar. (SCHWARZ, 2000a, p. 20-21)

O autor cita diversos exemplos desse fenômeno, dessa sensação de decalque que, por vezes, adquire nossa dinâmica social, dentre os quais destacamos aquele que consideramos bastante direto e emblemático. Em *Quincas Borba*, de Machado, Rubião, ao receber uma herança, como forma de distinção social, substitui seu escravo por um cozinheiro francês e um criado espanhol. No entanto, o efeito inesperado é que diante dos novos empregados Rubião não consegue se sentir à vontade.

Persiste, portanto, a sensação de despropósito que adquiriam em terras brasileiras as ideias estrangeiras. Não que as ideias liberais não tivessem problemas no seu local de origem

22 Lukács sugere que, tratando especificamente do caso da Rússia, que o processo de cisão definitiva entre a emergente burguesia e as camadas populares teria ocorrido numa temporalidade distinta do restante dos países europeu. Enquanto na Europa ocidental o marco desse movimento deu-se pelos movimentos revolucionários de 1848, a Rússia só conheceria efeito semelhante em 1905. É a partir desse período, portanto, que estaria em vigência o período de “decadência ideológica” burguesa em solo russo.

– voltaremos à questão –, mas lá, ao menos, elas cumpriam eficientemente o propósito social de encobrir as relações de exploração (enquanto aqui, complementando o argumento, as ideias liberais não correspondiam nem à falsa consciência do processo social). Mas o fato que chamava atenção, até hoje, é essa sensação que não cessava, de que essas ideias vindas de fora não se encaixavam em nossa sociedade.

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as ideias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. Largamente sentido como defeito, bem conhecido mas pouco pensado, este sistema de impropriedades decerto rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances da reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face das ideologias, por vezes bem completo e descansado, e compatível aliás, com muito verbalismo. Exacerbado um nadinha, dará na força espantosa da visão de Machado de Assis. (SCHWARZ, 2000a, p. 26-27)

A dificuldade, portanto, residia no fato de que esse desajuste entre as ideias e as aparências, estava mais acessível, para dizer como Schwarz, à intuição que à reflexão racional. Até por isso, coube a um escritor, por meio da figuração desse complexo mecanismo, a missão de desvelar esse mesmo arranjo a partir do qual se emaranhava a vida do país. Assim, justificava-se a desconfiança que alguns começavam a nutrir contra as ideias que vinham de fora. Assim como artigos de luxo, essas ideias estavam sujeitas a modismos mais ou menos passageiros e, na dúvida, rechaçava-nas em bloco – e quem haveria de discordar da legitimidade dessa desconfiança e condenar essa abordagem?

Nesse ponto, Schwarz traça um importante paralelo entre nosso caso com o vivido pela Rússia nas proximidades da mesma transição ao século XX. Os expoentes do grande realismo russo, ao incorporarem a realidade histórica de seu país que, como elo fraco da cadeia do capitalismo global, desfrutava dos amálgamas geradas pelo mesmo sem tirar muito proveito das vantagens, desvelava em toda sua crueza o outro lado do capitalismo global. O

discurso do progresso, vocalizado por meio de personagens propositalmente caricatos, colocam a nu a sua falsidade. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 27-28):

Está-se vendo que este chão social é de consequência para a história da cultura: uma gravitação complexa, em que volta e meia se repete uma constelação na qual a ideologia hegemônica do Ocidente faz figura derrisória, de mania entre manias. O que é um modo, também, de indicar o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais. Algo de comparável, talvez, ao que se passava na literatura russa. Diante desta, ainda os maiores romances do realismo francês fazem impressão de ingênuo. Por que razão? Justamente, é que a despeito de sua intenção universal, a psicologia do egoísmo racional, assim como a moral formalista, faziam no Império Russo efeito de uma ideologia “estrangeira”, e portanto localizada e relativa. De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizante, francófilo ou germanófilo, de nome frequentemente alegórico e ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o Capital.

Ainda a partir desse paralelo, Schwarz destaca a ironia e o cinismo machadiano diante das ideias estrangeiras, algo próximo ao movimento realizado pelos grandes nomes do realismo russo em seus melhores momentos. A proximidade dos contextos de atraso social favorecem o rico paralelo.

Também na Rússia a modernização se perdia na imensidão do território e da inércia social, entrava em choque com a instituição servil e com seus restos –, choque experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo. Na exacerbação desse confronto, em que o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha, está uma das raízes profundas da literatura russa. Sem forçar em demasia uma comparação desigual, há em Machado [...] um veio semelhante [...]. Em suma, a própria desqualificação do pensamento entre nós, que tão amargamente sentíamos, e que ainda hoje asfixia o estudioso do nosso século XIX, era uma ponta, um ponto nevralgico por onde passa e se revela a história mundial. (SCHWARZ, 2000a, p. 28-29)

Levados a um extremo, a uma situação absurda, os pressupostos do universalismo burguês, escancaravam-se os limites e o pseudo-universalismo de suas ideias e, sobretudo, de seu projeto social. Cai o véu da ideologia e a verdade revela-se a quem quer, ou pode, testemunhar. Retomando a fórmula de Marx, proferida sobre o fenômeno da escravidão moderna, a colônia revela o segredo da metrópole; ou seja, o caráter cruel da produção e reprodução do sistema capitalista.²³

23 Como resume a questão Paulo Arantes (2017): “Ora, no caso de Machado de Assis, Roberto Schwarz não pensou mais nesses termos, quer dizer, nos termos de uma boa superação. O que ele descobriu? Que a

No campo da cultura e, mais especificamente, da literatura, essa questão não era secundária. Ao buscar interpretar e compreender de forma convincente o Brasil, o escritor precisava dar uma resposta, conscientemente ou não, a essa questão. Não havia alternativa, a sensação de desajuste entre Brasil e Europa era paralisante. Em suma: responder à questão da sensação de desajuste entre as ideias europeias e a realidade local era *conditio sine qua non* para a realização de uma interpretação profunda de nossa sociedade.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação. (SCHWARZ, 2000a, p. 29)

2.2 Formação da literatura e criação de uma tradição

Identificados, portanto, os meandros e funcionamento próprios à vida ideológica brasileira do século XIX, Schwarz demonstra grande interesse, sobretudo, pelo modo como Machado, como mestre nessa matéria, incorpora essa dinâmica social peculiar por meio de sua práxis literária. Interessa a Schwarz e seus leitores a forma como se processa a *mimesis* machadiana, figurando por meio de imagens sensíveis à dinâmica essencial²⁴ da sociedade brasileira.

Ora, a gravitação cotidiana das ideias e das perspectivas práticas é a matéria imediata e natural da literatura, desde o momento em que as formas fixas tenham perdido a sua vigência para as artes. Portanto, é o ponto de partida também do romance, quanto mais do romance realista. Assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba

idiossincrasia, a originalidade e a genialidade de Machado permitiram pela primeira vez verificar que a crítica da civilização burguesa, o que os clássicos chamaram de crítica da ideologia, estava funcionando de maneira diferente. Para Roberto, a razão pela qual a *Ideologiekritik* funcionara até então coerentemente na Europa liberal mas não no Brasil não estava no fato de que a experiência periférica da coexistência sistêmica de capitalismo e escravidão falseava a própria vigência dos padrões civilizatórios da idade liberal burguesa. O que ele está dizendo é o seguinte (e é isso que tento dizer no texto citado por vocês): nós temos a possibilidade, através de Machado, de entender o que está acontecendo na Europa. E o que estava acontecendo na Europa, na época de Machado, era a derrocada da civilização liberal burguesa. Para Roberto, os dois termos da crítica da ideologia, o universal e a sua realização particular, como que se relativizam e rebaixam mutuamente. [...] Dessa forma, não era porque éramos atrasados, coloniais, escravistas etc. Que estropiávamos a universalidade do programa liberal burguês. É porque ele já estava contaminado desde a raiz, isto é, a nossa experiência demonstrava o formalismo da civilização liberal capitalista, mostrava que ela podia conviver com não importa qual tipo de barbaridade, como a escravidão, por exemplo.”

24 Essencial no sentido de dinâmica-chave, pois, a partir dela, tomada em sua essencialidade, revela-se a dinâmica mais ampla do arranjo social brasileiro.

ou não, queira ou não queira. Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é **resultado** histórico, e que pode ser **origem** artística. (SCHWARZ, 2000a, p. 30)

Machado, porém, não encontrou vida fácil para alcançar a maestria literária. O problema do desajuste das ideias europeias era uma espécie de maldição exercida sobre a intelectualidade brasileira. O escritor fluminense não logrou êxito em sua primeira – e nem na segunda – tentativa. A partir do recurso do reexame de seus insucessos e, também, do paralelo com a obra de José de Alencar, Schwarz reconstrói a saga da autorrealização desse fenômeno, que só encontraria plenitude – se é que é possível alcançá-la – no Machado de Assis da trilogia realista.

Quem, no entanto, deu um largo passo no sentido de produzir uma síntese original na dimensão do romance brasileiro – de que, inclusive, Machado saberia se aproveitar – foi José de Alencar. Acompanharemos, nas linhas que se seguem, a argumentação schwarziana sobre a migração da forma romanesca, as particularidades que adquire em solo brasileiro e as repostas dadas por Alencar aos impasses fundamentais que colocou.

A migração do romance, enquanto forma literária típica da era burguesa²⁵, para o continente americano não passaria imune ao processo descrito por Schwarz. Como bem observa o autor, “[...] nossa imaginação fixara-se numa forma cujos pressupostos, em razoável parte, não se encontravam no país, ou encontravam-se alterados.” E prossegue: “Em suma, a mesma dependência global que nos obriga a pensar em categorias impróprias, nos induzia a uma literatura em que essa impropriedade não tinha como aflorar.” (SCHWARZ, 2000a, p. 35-36). A questão do deslocamento de sentido das ideias europeias em nossa vida social, portanto, apareceria na literatura, direta ou indiretamente e a despeito da intenção de seu autor.

A transposição da forma romanesca colocava em dúvida a transferência de temas que, centrais ao romance da época na sociedade europeia (como destaca o autor: a carreira social, a força dissolvente do dinheiro, o embate entre aristocracia e vida burguesa, o antagonismo entre amor e conveniência, vocação e ganha-pão, etc.), entre nós poderia realçar sua sensação de impropriedade, pois, quando existiam, não se expressavam socialmente de maneira

25 Nas palavras de Lukács (2009, p. 193): “O romance literário é o gênero mais típico da sociedade burguesa. Embora nas literaturas do Oriente antigo, da Antiguidade e da Idade Média existam obras sob muitos aspectos afins ao romance, os traços típicos do romance aparecem somente depois que ele se tornou a forma de expressão da sociedade burguesa. Por outro lado, é no romance que todas as contradições específicas desta sociedade são figuradas de modo mais típico e adequado. Ao contrário das outras formas artísticas (por exemplo, o drama), que a literatura burguesa assimila e remodela em função de seus próprios objetivos, as formas narrativas da literatura antiga sofreram no romance modificações tão profundas que, neste caso, pode-se falar de uma forma artística substancialmente nova.”

idêntica, posta a diferença mais ou menos substantiva entre as sociedades europeia e pós-colonial.

Para que se estabeleça uma tradição literária rica e digna de nota, Antonio Candido (2010, p. 33 e ss.) já insistia na necessidade de maturação do sistema literário, que implica a tríade escritores, receptores e meio de transmissão (uma linguagem, estilo, mais ou menos comum e aceita), Schwarz compreendeu bem a lição de Candido e afirma o mesmo sobre o surgimento entre nós de uma tradição realista. De Candido, também, Schwarz (2000a, p. 38-39) parece ter emprestado a noção de que toda a literatura brasileira que o precedeu encontra expressão e realização plena com o Modernismo.

Nesse sentido, os erros identificados na obra de José de Alencar, apontariam antes para a insuficiência de, a partir da forma romanesca europeia, expressar os problemas típicos que brotavam do seio de nossa sociedade. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 39):

[...] é preciso reconhecer que sua obra nunca é propriamente bem-sucedida, e que tem sempre um quê descalibrado e, bem pesada a palavra, de bobagem. É interessante notar contudo que estes pontos fracos são, justamente, fortes noutra perspectiva. Não são acidentais nem fruto da falta de talento, são pelo contrário prova de consequência. Assinalam os lugares em que o molde europeu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi simpatizante ardoroso, produzia contra-senso.

É, sobretudo, nos romances urbanos de Alencar que Schwarz identifica as referidas fragilidades involuntárias, que só conseguiriam encontrar resposta adequada em Machado de Assis. A polêmica entre Alencar e Joaquim Nabuco, para o autor, é inclusive um indicativo do acerto em ter se aproximado do problema real da cultura brasileira sem que, contudo, tenha podido oferecer a esses problemas reais uma solução convincente.

Fiel à realidade observada (brasileira) e ao bom modelo do romance (europeu), o escritor reedita, sem sabê-lo e sem resolvê-la, uma incongruência central em nossa vida pensada. Note-se que não há consequência simples a tirar desta dualidade; em país de cultura dependente, como o Brasil, a sua presença é inevitável, e o seu resultado pode ser bom ou ruim. (SCHWARZ, 2000a, p. 42)

É em *Senhora*, publicado em 1874, romance alencariano, que compõe um conjunto de romances dedicados à ambientação urbana, que Schwarz identificará um exemplo bastante elevado da impossibilidade da realização crítica e plena do romance entre nós. Como o autor destaca, o modelo é romance balzaquiano, que se choca e não combina com as questões locais

que traz à tona – por uma espécie de chamado do real, que pressupõe fidelidade ao seu movimento. Resume-nos o autor:

Trata-se de um romance em que o tom varia marcadamente. Digamos que ele é mais desafogado na periferia que no centro: Lemos, pelintra e interesseiro tio da heroína, é gordinho como um vaso chinês e tem ar de pipoca; o velho Camargo é um fazendeiro barbaças, rude mas direito; dona Firmina, mãe-de-encomenda ou conveniência, estala beijos na face da menina a quem serve, e quando senta, acomoda “a sua gordura semi-circular”. Noutras palavras, uma esfera singela e familiar, em que pode haver sofrimento e conflito, sem que ela própria seja posta em questão, legitimada que está pela natural e simpática propensão das pessoas à sobrevivência rotineira. Os negociantes são espertalhões, as irmãzinhas abnegadas, a parentela aproveita, vícios, virtudes e mazelas admitem-se tranquilamente, de modo que a prosa, ao escrevê-los, não perde a isenção. Não é conformista, pois não justifica, nem é propriamente crítica, pois não quer transformar. O registro sobe quando passamos ao círculo mundano, limitado aliás à mocidade casadoura – o que tem seu interesse, como se verá. Aqui presidem o cálculo do dinheiro e das aparências, e o amor. A hipocrisia, complexa por definição, combina-se à pretensão de exemplaridade própria desta esfera, e à de espontaneidade, própria ao sentimento romântico, saturando a linguagem de implicações morais. Espontaneamente, estas obrigam à reflexão normativa, à custa dos prazeres simples da evocação. A matriz distante são a sala e a prosa de Balzac. (SCHWARZ, 2000a, p. 42-43)

É, no entanto, com Aurélia que a trama do livro adquire real envergadura. Ainda que a dialética do dinheiro esteja presente em *Senhora*, é bastante perceptível a insistência daquela sensação de despropósito que o autor identifica acertadamente repetidas vezes. Ausentes os mecanismos próprios da generalização da lógica do lucro – ainda que fossem em sua forma falseada, ideológica e ideologizante –, a questão central do livro parece se resumir ao dilema individual em que a preponderância recairá sobre a virtude ou a corrupção da ação do dinheiro sobre a personagem central. Nas palavras de Schwarz (2000a, p 45):

Para esta herdeira bonita, inteligente e cortejada, o dinheiro é rigorosamente a mediação maldita: questiona homens e coisas pela fatal suspeita, a que nada escapa, de que sejam mercáveis. Simetricamente, exaspera-se na moça o sentimento da pureza, expresso nos termos da moralidade mais convencional. Pureza e degradação, uma é talvez fingida, uma é intolerável: lançando-se de um a outro extremo, Aurélia dá origem a um movimento vertiginoso, de grande alcance ideológico – o alcance do dinheiro, esse “deus moderno” – e um pouco banal; falta complexidade a seus polos. A riqueza fica reduzida a um problema de virtude e corrupção, que é inflado, até tornar-se medida de tudo.

O problema da prosa de Alencar, seguindo de perto o argumento schwarziano, é então o fato de transpor, sem a devida mediação, ideias formadas a partir do contexto social

específico europeu e que, apesar da coincidência terminológica, não correspondem, na prática social brasileira, com sua definição etimológica. Ao adotá-las acriticamente, endossa o seu despropósito e normaliza a incongruência. A mediação ausente seria justamente a ironia, cuja identificação e utilização coube a Machado de Assis.

Adotando forma e tom do romance realista, Alencar acata a sua apreciação tácita da vida das ideias. Eis o problema: trata como sérias as ideias que entre nós são diferentes: como se fossem de primeiro, ideologias de segundo grau. Soma em consequência do lado empolado e acrítico – a despeito do assunto escandaloso – desprovido da malícia sem a qual o tom moderno entre nós é inconsciência histórica. Ainda uma vez chegamos ao nó que Machado de Assis vai desatar. (SCHWARZ, 2000a, p. 47)

A trama central, para relembrar – seguindo resumo feito pelo próprio Schwarz (2000a, p. 52) –, desenrola-se em volta de Aurélia e Seixas, dois enamorados. Aurélia é moça pobre e virtuosa, Seixas rapaz modesto e fraco. Seixas propõe Aurélia em casamento, mas desfaz o compromisso diante de uma oportunidade de melhor dote com outro arranjo. Decepcionada com Seixas, a moça elabora uma vingança: fazer uma proposta de casamento às escuras ao antigo noivo com promessa de generoso dote. Diante de situação financeira complicada, o rapaz acaba por aceitar. Nas palavras do autor: “Para humilhar o amado e vingar-se, mas também para pô-lo em brios e finalmente por sadismo – de tudo isso há um pouco – a Aurélia passa a tratar o marido recém-comprado como a uma propriedade [...]” (SCHWARZ, 2000a, p. 52). O procedimento adotado por Aurélia daí em diante passa a ser aquele que geralmente se destina a relações mercantis.

Num resultado e consequência mais amplos é possível identificar que, mesmo um assunto tão caro e central ao romance realista europeu, a dialética do dinheiro, em *Senhora*, desempenha um papel dúbio. A questão é incorporada ao centro da trama, pois Aurélia, por meio de sua ação, coloca sua virtude à prova, mas curiosamente os demais personagens parecem imunes às consequências deletérias do dinheiro. Fica bastante nítido que a incorporação da dialética do dinheiro tem finalidade muito distinta daquela que desempenha no realismo europeu e que esta se dá apesar da acentuação do tom postiço que adquire.

Esse fenômeno, porém, ao contrário do que se poderia imaginar, não parte da identificação do romance urbano de Alencar como literatura de menos expressão, mas antes identifica um problema real com o qual se depara a intelectualidade brasileira novecentista e que Alencar, se não resolve o problema, ao menos tem o grande mérito de apontá-lo

continuadamente; ainda que, ao que tudo indica, sem se dar conta do fenômeno em sua real dimensão e em todas suas implicações.

Noutras palavras, o problema artístico, da unidade formal, tem fundamento na singularidade de nosso chão ideológico e finalmente, através dele, em nossa posição dependente-independente no concerto das nações – ainda que o livro não trate nada disso. Expressa literariamente a dificuldade de integrar as tonalidades localista e europeia, comandadas respectivamente pelas ideologias do favor e liberal. [...] Nesse sentido, formas são o abstrato de relações sociais determinadas, e é por aí que se completa, ao menos a meu ver, a espinhosa passagem da história social para as questões propriamente literárias, da composição – que são de lógica interna e não de origem. (SCHWARZ, 2000a, p. 50-51)

Em oposição às personagens do romance realista europeu, que a partir do cálculo racional planejam golpes com o intuito de alçarem posições mais favoráveis para si – reunidas em torno da simbologia do pacto demoníaco, as personagens alencarianas não obedecem mesma lógica, pois as estruturas mestras de nossa sociedade não correspondiam àquelas onde se observava a vigência do realismo europeu.

Mesmo Seixas, um neto atenuado de Rastignac, faz um cálculo desse tipo: tratam-no como mercadoria? aceita o papel, e com tal rigor, que Aurélia exasperada e finalmente derrotada pela sua obediência acaba implorando que ele volte a se comportar como um ser humano. – Em termos de nosso problema: são fábulas que devem a sua força simbólica a um mundo que no Brasil não tivera lugar. Sua forma é a metáfora tácita da sociedade desmitologizada (*entzaubert*, na expressão de Max Weber) e mistificada que resulta da racionalidade burguesa, ou seja, da generalização da troca mercantil. (SCHWARZ, 2000a, p. 56)

A referência, portanto, a valores e ideias que só faziam sentido pleno em sociedades capitalistas tradicionais, cobravam um tributo da intelectualidade brasileira o que também pode ser identificado em nossa literatura, mesmo quando relevante e sincera, como a obra romanesca de José de Alencar. Se a literatura alencariana aponta os problemas e contradições das ideias e pressupostos que fundamentam a ordem burguesa, não consegue fazer o mesmo com a ordem do favor, que é a forma como se manifesta no país, síntese que chamamos de “liberalismo à brasileira” e que, no plano das ideias e pela ótica de seus defensores (ou ideólogos), poderia também ser entendido como uma espécie de “paternalismo esclarecido”, a que já voltaremos.

Como aponta Schwarz, o encaminhamento final de *Senhora* está mais ligado ao romance de conciliação social (cujas referências citadas são Feuillet e Dumas Filho) do que à

literatura brasileira. Nesse ponto, o apoio e referência do autor está em texto de Antonio Candido (2008, p. 16), que transcorre da forma que se segue:

A heroína, endurecida no desejo de vingança, possibilitada pela posse do dinheiro, inteiriça a alma como se fosse agente duma operação de esmagamento do outro por meio do capital, que o reduz a coisa possuída. E as próprias imagens do estilo manifestam a mineralização da personalidade, tocada pela desumanização capitalista, até que a dialética romântica do amor recupera a sua normalidade convencional. No conjunto, como no pormenor de cada parte, os mesmos princípios estruturais enformam a matéria.

Alencar, como ideólogo involuntário da ordem do favor, é incapaz de identificar a lógica negativa desse fenômeno, ainda que ele insista em comparecer mesmo assim, dada a fidelidade ao movimento da realidade que a lupa de Alencar realça²⁶. Também em seus aspectos formais e de composição, a prosa alencariana diverge de pontos centrais que se universalizavam no realista europeu:

Se em Balzac os medianos olham medusados para os radicais, que são a sua verdade concentrada – os “tipos”, de que fala Lukács – em Alencar olham com espanto para Aurélia, cuja veemência parece despropósito a alguns, gracinhas de sala a outros, literatura importada aos dois. O aspecto programático dos sofrimentos dela, que lhes deveria avalizar a dignidade mais que pessoal, faz efeito de veleidade isolada, de capricho de moça. Ora, amor, dinheiro ou aparências não sendo absolutos e exclusivos, nada mais razoável que levar em conta os três aspectos, e mais outros, na hora de casar; o conflito que os absolutiza parece desnecessário e sem natural. Idem para a prosa, que parece exagerada. E mesmo do ponto de vista da coerência linear, haverá dificuldades, pois embora seja boa moça, compassiva e desprendida, Aurélia despede chispas de fulgor satânico e aplica rigorosamente a moral do contrato. (SCHWARZ, 2000a, p. 62-63)

Ainda que incapaz de identificar e destacar plenamente os problemas e contradições postos e repostos pela ordem do favor, como já dito, Alencar terá o mérito de indicar, ainda que involuntariamente, a sua vigência e relevância. A forma encontrada para lidar com as

26 Sobre essa questão, são sempre válidas as palavras de Engels sobre Balzac: “Considero que uma das maiores vitórias do realismo, um dos traços mais valiosos do velho Balzac, é que ele se viu forçado a escrever contra as suas próprias simpatias de classe e preconceitos políticos, que tenha visto o caráter inevitável da ruína dos seus aristocratas prediletos e os tenha descrito como homens que não mereciam sorte melhor e que visse os verdadeiros homens do futuro precisamente onde eles se encontravam.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69). Ainda sobre a noção de ideia de vitória do realismo, parece-nos que, a despeito da distância histórica e geográfica, o mesmo se aplica a Alencar: “Daí o efeito de desproporção, de dualidade formal, que procuramos assinalar [...], e também a sua consonância profunda com a vida brasileira. Apagada no primeiro plano da composição, que é determinado pela adoção acrítica do modelo europeu, a nossa diferença nacional retorna pelos fundos, na figura da inviabilidade literária, **a que Alencar no entanto reconhece o mérito da semelhança**. Assim, o tributo pago à inautenticidade inescapável de nossa literatura é reconhecido, fixado e em seguida capitalizado como vantagem. Esta a transição que nos interessa estudar, do reflexo involuntário à elaboração reflexiva, da incongruência para a verdade artística.” (SCHWARZ, 2000a, p. 70).

contradições da referida ordem do favor, porém, só será encontrada por Machado que, a quebrar com o tom de pretensa seriedade e isonomia em favor de uma espécie de ironia autocrítica e autorreferente, trará as contradições típicas da ordem do favor – e daquela outra que formalmente pressupõe – para o centro da literatura.

A boa sociedade fluminense é referida sucessivamente como elegante, atrasada e vil, sem que seja assinalada a contradição. Também o narrador não é sempre o mesmo. Ora fala a linguagem conivente do cronista mundano, ora fala como estudioso das leis do coração e da vida social, ora é um duro moralista, ora um homem evoluído, ciente do provincianismo brasileiro, ora enfim é respeitador dos costumes vigentes. Afinal, para uso do romance, a verdade onde estará? E no entanto, **um pouco de autocrítica e humor transformariam esta incoerência dos juízos, que se verifica de frase a frase, na inconstância abissal da narrativa machadiana.** (SCHWARZ, 2000a, p. 65, grifo nosso)

De volta a Alencar, a imagem que produz da sociedade fluminense, a que chama “tamanho fluminense”, por fidelidade à captação da verdade poética de seu objeto, revela para além daquilo que a primeira impressão deixa perceber²⁷. Esse “reflexo involuntário” constitui o verdadeiro achado e o ponto mais alta da literatura alencariana. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 70-71, grifo nosso):

Alencar não insiste na contradição entre a forma europeia e a sociabilidade local, mas insiste em pô-las em presença, no que é membro de sua classe, que apreciava o progresso e as atualidades culturais, a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência. Não se trata de indecisão, mas de adesão simultânea a termos inteiramente heterogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso “**paternalismo esclarecido**”.

É esse conceito, de paternalismo esclarecido, que Schwarz identifica como a síntese entre favor, assentado em valores pré ou para-capitalistas – notadamente, no paternalismo e no clientelismo – e o Liberalismo europeu, que entre nós adquiria função meramente decorativa, em nome justamente da preponderância da lógica e mecanismos do favor como nexos de nossa sociedade. Assim, estava posto o problema, em todas as suas nuances e

27 Schwarz (2000a, p. 70) define a questão de forma mais extensiva nos seguintes termos: “De fato, a fratura formal em que insistimos, e que Alencar insistia em produzir, guiado pelo senso do ‘tamanho fluminense’, tem extraordinário valor mimético, e nada é mais brasileiro que esta literatura mal-resolvida. A dificuldade, no caso, é só aparente: em toda forma literária há um aspecto mimético, assim como a imitação contém sempre germes formais; o impasse na construção pode ser um acerto imitativo – como já vimos que é, nesse caso – o que, sem redimi-lo, lhe dá pertinência artística, enquanto matéria a ser formada, ou enquanto matéria da reflexão.”

complexidades mas que, talvez de tão comum e óbvio, escapava à apreciação racional de Alencar. Como indica Schwarz (2000a, p. 71),

[...] repetindo sem crítica os interesses de sua classe, Alencar manifesta um fato crucial de nossa vida – a conciliação de clientelismo e ideologia liberal – ao mesmo tempo que lhe desconhece a natureza problemática, razão pela qual naufraga no conformismo do senso comum, de cuja falsidade as suas incoerências literárias são o sintoma. Noutras palavras digamos que forma europeia e sociabilidade local são tomadas tais e quais, com talento e sem reelaboração. Frente a frente, no espaço estreito e lógico de um romance, contradizem-se em princípio, ao passo que a sua contradição não é levada a diante por... senso de realidade.

E é justamente esse senso de realidade, que também se compreende pela ideia de fidelidade ao movimento do real, que confere à obra alencariana todo seu peso e importância. Mas também, é sobretudo o tratamento mais refinado e profundo que Machado dará aos seus achados ao mesmo tempo sociais e artísticos, que se acentua o peso e o local privilegiado que, também retrospectivamente, ocupa a obra de Alencar no nosso passado literário. A Alencar faltou aquilo que sobrará ao último Machado: o tom de ironia e mesmo zombaria diante do despropósito de querer aplicar, sem as devidas mediações, os “elevados” princípios e pressupostos ideológicos que sustentavam, no plano das aparências, a sociedade europeia de então.

A inconsistência agora é vista não como fraqueza duma obra ou dum autor – como repetição de ideologias – mas como imitação de um aspecto essencial da realidade. Não é efeito final, mas recurso ou ponto de passagem para outro efeito mais amplo. Trata-se de uma leitura de segundo grau, que recupera para a reflexão a verdade do “tamanho fluminense”. Note-se também que o defeito formal é ingrediente, aqui, a mesmo título que os ingredientes que o produzem a ele, defeito. De forma a inconsistência passa a matéria. Tanto assim que em lugar da combinação de dois elementos – forma europeia e matéria local – que resulta precária, temos uma combinação de três: o resultado precária da combinação de forma europeia e matéria local, que resulta engraçado. (SCHWARZ, 2000a, p. 72)

Esse veio que, segundo o autor, Machado saberá explorar com maestria na segunda fase. Mas, desnecessário afirmar mais uma vez, é somente com os avanços e indicações fornecidos por Alencar que se torna possível e viável o profundo realismo da obra machadiana. Sobre a questão, complementa Schwarz (2000a, p. 73):

Reduzida, rotinizada, estilizada como unidade rítmica, a desproporção entre as grandes ideias burguesas e o vai-vém do favor transforma-se em dicção,

em música sardônica e familiar. Da inconsistência formal à incoerência humorística e confessa, o resultado tornou-se ponto de partida, matéria mais complexa, que outra forma irá explorar.

Retomando a indicação de Antonio Candido, é preciso reafirmar a necessidade da criação e maturação de um sistema literário para o surgimento de grandes autores e obras – pois elas não surgem ao acaso, sujeitas aos ditames e inconstância das Musas – ou, nas palavras de Schwarz (2000a, p. 73): “[...] a formação de um substrato literário com densidade histórica suficiente, [que seja] capaz de sustentar uma obra-prima.” E é justamente na figura de José de Alencar que nossa literatura encontra um grande impulso no sentido dessa maturação, criando condições e viabilidade para o surgimento de um Machado de Assis entre nós. Ou, melhor dizendo, segundo o Crítico:

Neste sentido, para uso do escritor, o “tamanho fluminense” pode ser um vago critério nacionalista e imitativo, que dispensa de maiores definições; objetivamente, contudo, produz algo como uma ampliação do espaço interno da matéria literária, a qual passa a comportar uma permanente referência transatlântica, que será sua pimenta e verdade. Noutros termos, para construir um romance verdadeiro é preciso que sua matéria seja verdadeira. Isto é, para nosso caso de país dependente, que seja uma síntese em que figure com regularidade a marca de nossa posição diminuída no sistema nascente do Imperialismo. Por força da imitação, da fidelidade ao “cunho nacional”, as ideologias do favor e liberal estão reunidas em permanência, formando um quebra-cabeças que ao ser armado – a força de lógica, e já não de mimetismo – irá dar uma figura nova e não-diminuída da diminuição burguesa, cujo ciclo ainda hoje nos interessa, pois não se encerrou. (SCHWARZ, 2000a, p. 75)

Ainda sobre *Senhora*, o autor aponta como, apesar de todos os méritos de Alencar, o resultado formal do livro mais reforça do que resolve as contradições da sociedade fluminense do novecentos. Caberá mesmo ao último Machado o movimento de incorporação efetiva e correspondente superação dessas contradições, tratadas agora num outro patamar e com nova consciência crítica.

Isso posto, a consequência formal com que Alencar desenvolve o seu assunto fortalece – em lugar de eliminar – a dualidade formal que viemos estudando: coloca no centro do romance a coisificação burguesa das relações sociais. Onde Antonio Candido aponta uma superioridade que existe, há também uma fraqueza. A utilização instrumental e portanto o antagonismo absoluto é o modelo, aqui, da relação entre os indivíduos. Ora, esse é um dos efeitos ideológicos essenciais do capitalismo liberal, assim como é um dos méritos do romance realista significá-lo em sua própria estrutura. Mas não era o princípio formal de que precisávamos, embora nos fosse indispensável – como tema. (SCHWARZ, 2000a, p. 79)

2.3 O primeiro Machado e a formação do romance brasileiro

Se, em José de Alencar, a questão nacional recebeu um tratamento sério e convincente, no primeiro Machado a questão se inverteria. No lugar da visão arguta que preza por descortinar o movimento do real, entra o conservadorismo desavergonhado. Nas palavras de Schwarz (2001a, p. 83):

O problema põe-se de maneira diferente nos primeiros romances de Machado de Assis. Também eles trazem na composição a marca da dependência nacional. Falta-lhes no entanto a simpatia, que a ingenuidade – para olhos de hoje – dá ao rompanete de Alencar. São livros deliberada e desagradavelmente conformistas. Onde Alencar alinhara pelo Realismo, pelas questões do individualismo e do dinheiro, vivas e críticas ainda em nossos dias, Machado se filiava à estreiteza apologética da Reação europeia, de fundo católico, e insistia na **santidade das famílias** e na **dignidade da pessoa** (por oposição ao seu direito).

Porém, ao afastar-se da perspectiva crítica que o apoio na crítica liberal, oferecido pela abordagem do Realismo e problema real e relevante, Machado abria possibilidades até então inexploradas. Na mudança de foco, entrava em cena e ganhava destaque o paternalismo conservador, que tinha por premissa conceder às elites os argumentos para a justificação de sua situação dominante. Ainda mais irônico constatar que o próprio Machado de Assis, ainda quando jovem, chegou a se aproximar e mesmo apoiar as ideias liberais em alguns textos. Já em seus primeiros romances, porém, o tom adotado será claramente antiliberal.

A recusa conservadora do liberalismo e, no limite, da modernidade, ofereciam a vantagem de propiciar que essa dimensão própria à nossa realidade social e suas dinâmicas ganhassem destaque na obra machadiana. É claro que, como aponta Schwarz (2000a, p. 86), o resultado literário de suas primeiras obras estava longe de ser satisfatório, “[...] pois dava palavra ao atraso histórico do Brasil, cujo efeito, enquanto não se produzia um distanciamento analítico qualquer, que o abrisse e ventilasse, só podia ser o provincianismo.” Ou seja, para tratar dos assuntos e problemas locais, Machado, nesse primeiro momento, viu-se forçado a abandonar as questões mais gerais que a modernidade recolocava em nível global, de que o liberalismo era um dos desdobramentos. Em relação ao próprio estilo literário a adotar, o escritor fluminense passou a se posicionar de forma bastante crítica em relação ao Realismo, que, no geral, centrava-se na dimensão da vida cotidiana que a industrialização e a

urbanização fomentavam e modificavam radicalmente²⁸; Machado, ao contrário, estava em busca do assunto elevado, para além da frivolidade das relações ditadas pelo ritmo do capital – e, de quebra, assim evitava abordar diretamente a profunda miséria social a que o país se submetia.

No entanto, havia da parte de Machado uma intenção realista neste anti-realismo conservador, se o considerarmos expressão de experiência e ceticismo – o que não era na Europa, onde representava um recuo intelectual – em face do cabimento das ideias liberais no Brasil. Destinado a esfumar os antagonismos do regime burguês, o anti-realismo não os postulava, e nos poupava a ilusão de sermos a França... Mesmo a exclusão do assunto baixo, em espécie as misérias modernas, ocasionadas pelo Capital, era para nós a exclusão de um assunto com tropismos frívolos. Enquanto que a eleição dos assuntos decorosos – paternalismo antes que dinheiro – levava para mais perto da vida popular que a dialética do dito Capital. São confusões que não havia como escapar, marcas genuínas da inautenticidade de nosso processo cultural. (SCHWARZ, 2000a, p. 87)

O enfoque machadiano, portanto, não censurava a modernização e seus corolários por ignorância, mas por opção crítica. A resposta a ser dada ao deus capital já estava dada pela própria dinâmica social brasileira, muito mais humana e calorosa que a impessoalidade calculista que vinha por influência europeia. Como argutamente observa Schwarz (2000a, p. 87-88), o passo é importante, mas ainda restava ir além:

A Machado já agora só faltava a desilusão da desilusão: desiludir-se também do conservantismo paternalista. – Enfim, a despeito de sua inteligência e do engenho, que não vamos esquecer, são quatro romances enjoativos e abafados [*Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*], como o exigem os mitos do casamento, da pureza, do pai, da tradição, da família, a cuja autoridade respeitosamente se submetem. [...] E de fato, um dos sinais da segunda e grande fase no romance de Machado será a reintegração abundante do temário liberal e moderno, das doutrinas sociais, científicas, da vida política, da nova civilização material – naturalmente à sua maneira dele.

No primeiro romance de Machado, *Ressurreição*, de 1872, a trama gira em torno de um casamento, enquanto que nos outros três romances a questão central será a da desigualdade social. Nesses romances, para Machado “[...] **a família de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida.**” (SCHWARZ, 2000a,

28 Ian Watt (2010) fornece um quadro bastante detalhado sobre a questão da apropriação do cotidiano pela forma romanesca. Outra referência para a questão são os ensaios de cunho mais histórico de György Lukács, como, por exemplo, “O romance como epopeia burguesa” (2009). Aliás, sobre a questão, cabe uma nota curiosa: como argutamente aponta Edward Said (2003), há uma “presença espectral e não reconhecida” de Lukács em *A ascensão do romance*; a razão por trás desse “descaso” teórico é desconhecida.

p. 89).²⁹ Caberá, portanto, a uma família respeitada e posição privilegiada exercer o papel de reparadora das injustiças, das desigualdades sociais e ainda:

Agente civilizador, ou refúgio dos incivilizados, é ela [,a família,] o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas, e seus desencontros – que são dificuldades, mas não problemas – formam o centro reflexivo destes livros, confinados quase inteiramente ao seu círculo. (SCHWARZ, 2000a, p. 89)

Em oposição ao papel ponderado, justo e decisivo da instituição familiar para a manutenção do equilíbrio social, o dinheiro e aquele sentimento que deriva do seu apego excessivo, a cobiça, aparece como a característica exclusiva dos vilões que, centralmente, estarão em antagonismo em relação à família e aos valores que representa.

O escopo machadiano realçava uma dimensão da realidade que os seus antecessores (entre eles Alencar) não conseguiam captar de forma tão clara. Uma vantagem imediata é a de que, ao trazer para o centro da trama a dinâmica social local, o enfrentamento com os seus problemas bastante reais tornava-se iminente: “É como se o conformismo nas coisas essenciais autorizasse, para proveito e edificação gerais, a investigação das razões às vezes insólitas que ocorria serem as verdadeiras da vida familiar.” (SCHWARZ, 2000a, p. 92). Estavam aí postas as diferenças centrais da transferência do enfoque individualista para o familiar, numa espécie de inversão na roda da história.

Ora, a inspiração familiar não dá o mesmo resultado literário que a inspiração individualista. Ganha-se em verossimilhança brasileira, no plano mais íntimo, do movimento da análise e da construção, e perde-se em desenvoltura crítica – há perda, de fato, se concordarmos em que a dicção desinibida e audaciosa do individualismo, de que Alencar tinha alguma coisa, e de que os realistas franceses e o segundo Machado têm muita, era e é um ideal estético. (SCHWARZ, 2000a, p. 92-93)

Como ainda não éramos uma sociedade plenamente desenvolvida em termos capitalistas, convivendo ainda com elementos antiliberais evidentes, não estavam generalizados entre nós todas as suas consequências. A resposta de Machado é conservadora, mas não deixava de apontar para elementos e valores que pouco ou nada tinham a ver com a

29 Sobre o que liga as próximas obras de Machado, desenvolve Schwarz (2000a, p. 88): “Nos três romances seguintes, trata-se da desigualdade social. As heroínas são moças nascidas abaixo do seu merecimento, e tocará às famílias abastadas elevá-las, reparando o ‘equivoco’ da natureza. A questão é tratada aprovativamente, no limite da grosseria, em *A mão e a luva* (1874); na perspectiva da suscetibilidade em *Helena* (1876), e com muito desencano em *Iaiá Garcia* (1878). A despeito desta evolução o denominador comum dos quatro livros é a afirmação enfática da conformidade social, moral e familiar, que orienta a reflexão sobre os destinos individuais. Uma reflexão que não amplia nem generaliza as contradições em que assenta, mas ao contrário, as considera enquanto caso particular, que pede remédio também particular.”

nova dinâmica socioeconômica capitalista e que regiam e compunham as vigas mestras de nossa vida social. Como aponta Schwarz (2000a, p. 93):

A perspectiva individualista sublinhara, como vimos, a degradação progressiva de tudo e todos, ligada aos efeitos do dinheiro e da competição. Já Machado insiste no respeito e no decoro com que os conflitos se devem solucionar. Conformismo? certamente. Senso de realidade? também, pois a generalização da forma mercantil, que é o fundamento do radicalismo crítico do romance francês, não se produzira entre nós.

Buscando ilustrar a diferença entre os enfoques individualista e familiar, que podem servir de pedra angular para a composição romanesca, Schwarz (2000a, p. 93) traz um exemplo que contempla essas duas visões sobre o fenômeno comum da ascensão social: se, no primeiro caso, o fenômeno é visto meramente do prisma individual e do cálculo econômico, “[...] no outro estudam-se as condições em que ela, em si mesma desejável, se completa com dignidade, para bem do próprio carreirista mas também das boas famílias, que beneficiam de seu talento [...]” e, por fim, “[...] de nossa sociedade brasileira, que precisa aparar as suas irregularidades e aproveitar o elemento humano de que dispõe.”

Ora, no lugar da frieza do cálculo, o calor humano das relações sociais de interdependência ou, em outras palavras, o favor e sua dinâmica de cooptação social. O risco de cair numa literatura menor de tom apologético era grande, mas será justamente o movimento de superação dialética dessa dinâmica social, digamos, *sui generis* que constituirá a principal característica das grandes obras de Machado, que o alçarão ao posto de maior e mais importante escritor brasileiro. Como sintetiza Schwarz (2000a, p. 94), na sua primeira fase,

[...] afastando-se da tradição forte do Realismo – em que se inspirava Alencar – e apoiando-se na literatura francesa recente, de segunda, Machado montava um dispositivo literário mais chegado à nossa realidade. De fato, a ideologia familista recorta a sociedade segundo linhas que a evolução europeia tornara obsoletas e mentirosas, razão pela qual só o romance apologético a tomara por fundamento. Já no Brasil, longe de disfarçar o processo de proletarização, que era mínimo, a idealização da família move a narrativa em linhas que guardavam contato com a prática multiforme e quase universal do paternalismo.

A mão e a luva, de 1874, é o segundo romance de Machado. Após *Ressurreição*, de dois anos antes, é perceptível uma alteração no assunto que, como destacado anteriormente, estará centrado nas relações familiares e seus desdobramentos. A personagem principal, Guiomar, inicialmente moça simples, mas que depois vira “protegida” de uma baronesa, vê-se

entre três pretendentes que são descritos por Schwarz (2000a, p. 95) da seguinte forma: “[...] o primeiro é romântico e fraco, o segundo é sem graça e sobrinho da baronesa, e o terceiro é forte, além de conquistar o coração à sua amada.”

A protagonista, observa Schwarz, apesar de se mostrar moça correta, não raramente se vale de cálculos e até de uma certa frieza. Em oposição ao Romantismo, que via o cálculo como antagônico ao sentimento, Machado não identificará como problemática a incorporação dessa dimensão ao caráter de Guiomar.

Os lados ignóbeis desta “harmonia” estarão entre as matérias favoritas do segundo Machado. Já o primeiro tem nela um ideal. **Assim, o desmentido que a realidade inflige às apreciações românticas veio a ser um elemento formal, algo como um timbre de prosa.** (SCHWARZ, 2000a, p. 98)

Ou seja, ao construir a personagem Guiomar, Machado aponta para um problema real: na realidade social brasileira, em função da dinâmica do favor e da cooptação, o casamento passa a ser meio privilegiado de ascensão social e, como tal, pertence tanto à dinâmica do sentimento quanto à do cálculo (pois flerta com a ascensão social). Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 98): “A solução é um pouco fácil, mas não é superficial: trata-se de uma posição refletida, em que se reivindica a realidade das relações locais contra os sentimentos ‘literários’ vindos da Europa.”

Machado, ao se opor aos valores caros ao Romantismo, entregava-se com raro realismo à captação do movimento real da sociedade brasileira de então. Ao insistir nessa abordagem, o escritor fluminense principiava a formulação de uma visão bastante particular (e conservadora) da realidade social:

Contra as ideias sem pé na terra, e além do mais estrangeiras, e contra o tradicionalismo cego, Machado defende o interesse bem compreendido da sociedade brasileira: é preciso promover uma gente moderna, com iniciativa, dura se necessário, para... construir família segundo princípios positivos, da conveniência dos ricos e dos pobres mais dotados. (SCHWARZ, 2000a, p. 98)

O solo ideológico que Machado começa a revirar é aquele onde predomina o paternalismo e a decorrente lógica do favor. Porém, em oposição ao “paternalismo autoritário”, Machado propõe uma espécie de “paternalismo esclarecido” que, por sua vez, teria a vantagem de aproveitar “[...] os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-los.” (SCHWARZ, 2000a, p. 99)

Concebendo já de entrada o Romantismo como ideologia de segundo grau, Machado escapava às implicações desse percurso, que fica distendido, incorporava à sua literatura um dado essencial da vida brasileira, e via-se a braços com um problema novo e capital, para o qual só mais tarde acharia solução: qual a curva própria à vida de suas figuras? Qual a forma para seu enredo? (SCHWARZ, 2000a, p. 99-100)

À diferença do estilo alencariano – que partia da fórmula mais ou menos definida do realismo europeu –, Machado colhia da sociedade fluminense sua inspiração que, aliás, muitas vezes, o levava para caminhos inesperados. Ao fazê-lo, porém, problemas surgiam e Machado era forçado a dar alguma resposta a eles. Ao se ver diante de dilemas típicos da tradição romântica, ele prontamente questiona sua validade e seu caráter universal, pois claramente não encontra eco pleno naquilo que observa no meio social.

O que em Alencar era convívio esporádico e sem necessidade interna, em Machado é problema e sobretudo premissa posta na própria construção: já não se trata de encontrar aqui e ali incongruências entre as ideias românticas e o tecido da sociedade local, mas de reunir estes termos no plano durável e generalizador das formas, onde a sua discórdia será elemento de vida. (SCHWARZ, 2000a, p. 100)

A própria motivação de Machado para formular essa visão sobre a necessidade de socorrer aos desfavorecidos que porventura apresentem algum talento, pois seu melhor aproveitamento servirá para o bem comum, como aponta Schwarz, vem de sua situação pessoal. Neto de ex-escravos, Machado procurava inserir-se e, de alguma forma, contribuir com a sociedade brasileira, por meio de sua atuação como escritor.

Puxando as ideias liberais para dentro de seu campo de gravitações, dão origem a um território com problemas, conflitos, prioridades e meandros próprios. Esta lógica reitera uma lógica real, naturalmente sem reproduzir a realidade inteira. Aqui o fundamento da tão singular brasilidade sem pitoresco, que todos reconhecem a Machado, e que ele próprio ambicionava. (SCHWARZ, 2000a, p. 100-101)

Como destaca Schwarz, o escritor fluminense tinha o mínimo de consciência do que buscava e do que almejava alcançar como escritor, um “[...] certo sentimento íntimo, que o torne [o escritor] homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS apud SCHWARZ, 2000a, p. 101).

Ao recolher, portanto, da própria realidade social a inspiração para seus romances, Machado começava a (re)construir no plano literário a essência da sociedade brasileira. O resultado, porém, nem sempre era o desejado e os seus primeiros romances não conseguem

alcançar um patamar mais elevado no conjunto da literatura que os precedia, possuindo claros problemas, que Schwarz (2000a, p. 101-102) assinala da seguinte forma:

O ajustamento formal a que assistimos solucionava inconsistências anteriores, mas produzia também outras novas, com a diferença para estas últimas de serem agudas e carecerem de ingenuidade. Quando é acertada, a assimilação de contradições sociais no esqueleto romanesco cria um contexto mais exigente, de que a racionalidade do processo real é um elemento – elemento que lhe infunde a especial seriedade, particular ao romance realista. Inconsistências passam, neste caso, a ser questões de lógica literária tanto quanto social, e nesta qualidade mesclada elas vêm a ser intoleráveis. A irritação deixada pelos romances da primeira fase machadiana é ligada a esta espécie mais substancial de inconsistência, e assinala, além do defeito, a constituição de um realismo brasileiro.

Exemplificando as contradições presentes na tentativa de harmonizar sentimento e cálculo, Schwarz cita um trecho de *A mão e a luva* em que o narrador expõe os pensamentos de Guiomar, onde os dois extremos, opostos em teoria (ao menos ao Romantismo), coexistem perfeitamente. Não que Guiomar fosse proibida de amar, mas o que se evita é justamente o sentimento cego e irrefletido:

Repisando um pouco, sentimento espontâneo e fria eleição do espírito não estão opostos, como o positivo ao negativo, mas aliados, e a sua conciliação não é obra apenas de um acaso feliz. Ao contrário, ela é representativa da reciprocidade natural à prática paternalista, em que a espontaneidade não é toda boa, o cálculo não é todo ruim, e os dois são imprescindíveis. (SCHWARZ, 2000a, p. 103)

No período da redação do segundo romance de Machado, como observa Schwarz, o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro, começava a conhecer o processo de “burgueização” da vida nacional de forma mais intensa e acelerada. No entanto, por estarem as relações sociais regidas pela lógica do favor, as relações burguesas entravam antes como apêndice da primeira do que como algo qualitativamente novo e desvinculado.

Machado destrincha no detalhe a vida social brasileira, mas dedica suas linhas mais duras e críticas aos valores que vinham atrelados à nova sociedade burguesa que, por não existirem separadamente no Brasil de sua época, faziam o alvo acertar o vazio, ao passo que das relações paternalistas, o real “x” da questão, passa ao largo. Este mesmo paternalismo passaria a incorporar as vantagens da sociedade moderna, sem se comprometer com seus lados negativos (abolição, direitos humanos, etc.).

Do ponto de vista de nossas elites não era possível pedir mais: o paternalismo é sutil, complexo, flexível, não é atrasado, as novas formas de propriedade não são imorais, e as duas esferas não se chocam, antes se completam [...] Em suma, a crítica das fantasias críticas – fantasias em que o reboquismo ideológico brasileiro de fato está refletido – vem dar aquiescência pura e simples, mas aprofundada e algo cínica, com a ordem real. Um conformismo inteligente, que busca dar coerência e mais apuro à expressão dos interesses de nossas classes dominantes. (SCHWARZ, 2000a, p. 105)

As elites e aqueles que cobiçavam uma posição social mais elevada não podiam deixar de pagar tributo à nova sociedade, pois almejavam o luxo que podia propiciar. Em uma passagem espirituosa, Schwarz destaca que Guiomar se mostra cética aos valores do Romantismo, mas se mostra bastante crédula em relação a um vaso de Sèvres. Era preciso que essas vantagens e outras fossem desfrutadas pela elite.

Ainda em relação ao romance, a fidelidade de Machado ao movimento da sociedade brasileira cobrava dele que desqualificasse as ideias românticas e, para o seu lugar, formula uma espécie de paternalismo esclarecido, “[...] flexível na cooptação e aberto para vantagens modernas. Um paternalismo que reaproveita a injustiça antiga e a nova em um todo que se quer progressista e sem preconceitos.” (SCHWARZ, 2000a, p. 108). Em oposição a Alencar, o romance machadiano avançava no descortinamento da matéria brasileira, mas não superava os dotes literários do antecessor.

Retomando as motivações pessoais da protagonista, Schwarz realiza o seguinte questionamento, partindo de trecho onde Machado afirma que “Guiomar amava deveras”: “Guiomar amava deveras, **mas** até que ponto era involuntário o seu sentimento? era-o **até o ponto** de não lhe ficar desbotado o coração, de não lhe diminuirmos a força afetiva, **até aí só; daí por diante** começava a fria eleição do espírito.” (SCHWARZ, 2000a, p. 109)

Agarrando-se na conveniência e contando com a proteção do narrador, Guiomar transita com desenvoltura e sem restrições da dimensão do sentimento à do cálculo, pois Machado falha em acentuar a contradição contida nesse expediente – ou, melhor dizendo, a sociedade permitia e, de certa forma, impunha essa necessidade para aqueles “de baixo” que quisessem “vencer”. Essa questão seria matéria do segundo Machado, agora adotando um tom abertamente debochado e não deixando de assinalar as inconsistências e incongruências desses momentos. Como destaca Schwarz (2000a, p. 112):

Como o próprio Machado mais tarde riria – naturalmente a propósito dos outros – do odor de mérito e virtude que acompanhava esta galeria de sofismas, podemos descontá-lo: o leitor verá que passa do ruim ao excelente,

e que está diante da boa literatura machadiana da maturidade. No esforço de dar coerência e foro literária às idas e vindas da cooptação, Machado elaborava um percurso em que a espontaneidade era sucessivamente enaltecida, confinada, ironizada e desnaturada, em que a ambição consta como baixeza, necessidade, naturalidade e qualidade social eminente, sem que entre essas estações pareça haver conflito. Mas basta despregá-las da premissa edificante, para reconhecermos a fixação literária do oportunismo vivaz e rasteiro que, em coisas de ideologia, o liberal-escravismo paternalista não podia deixar de suscitar, e que seria um dos temas dominantes da segunda fase de Machado.

A junção entre paternalismo e individualismo, em favor da mediação da família, se dá, portanto, de maneira relativamente harmônica (ao menos no plano literário) e evidentemente funcional e realizável, pois “[...] o quadro familiar beneficia da desenvoltura utilitária dos indivíduos, ao mesmo tempo que a subordina e lhe tira o veneno; a família é penhor de altruísmo, o egoísmo é penhor de inteligência, e os dois juntos são a perfeição.” (SCHWARZ, 2000a, p. 112-113).

No entanto, a despeito das intenções de Machado, que via a instituição familiar como a viga mestra da sociedade, ao tratá-la no detalhe, acaba revelando os seus problemas. Se, em teoria, deveria opor-se ao individualismo, acaba por revelar-se ela mesma como uma forma de particularismo e não como a solução para o primeiro. Daí a dificuldade em se alcançar o ideal discursivo de Machado.

Longe de redimir o cálculo das personagens e o luxo burguês a que aspiram, a ordem familiar revela-se ao seu contato, e aparece como o que é, uma outra forma de particularismo. Em suma, existem o pragmatismo e o progresso recomendados por Machado, mas são para poucos, e a tentativa de irmaná-los com a justiça e o interesse geral é um sofisma quase ostensivo. Em consequência, os momentos em que a intenção do livro adquire mais relevo são simplesmente horríveis (embora fortes, enquanto que o resto além de ruim é apagado). (SCHWARZ, 2000a, p. 113)

Schwarz cita dois exemplos de episódios descritos em *A mão e a luva*, tratados de forma inteiramente séria por seu autor de que, futuramente, o próprio não deixaria de destacar o caráter despropositado e cômico. Logo após Luís Alves dizer para si que Guiomar era ambiciosa, instantes após começa a enaltecê-la, considerando-a “uma alma grande e nobre”. Também o fim do livro, em que a metáfora da luva que se ajusta perfeitamente à mão pretende aludir ao casamento de Guiomar com Luís Alves, que alia o sentimento ao conforto material e à posição social. Esses episódios e outros serão recorrentes na obra da segunda fase machadiana, mas, desnecessário dizer, tratados numa outra chave. Ainda sobre *A mão e a luva*, Schwarz (2000a, p. 115) conclui sua análise do romance da seguinte forma:

O ascenso social é visto com olhos de quem está em cima, por alguém que vem de baixo: oferece talvez dificuldades, que cabe aos fortes contornar, mas não é revelador de injustiça nem é propriamente um problema. Já em seu próximo romance, que é bastante idealizado sob vários aspectos, Machado seria menos otimista e mais profundo neste ponto. A cooptação estará vista na perspectiva da suscetibilidade.

É, portanto, ao romance *Helena* a que Schwarz se refere. A curiosa vantagem da proximidade do assunto entre os dois romances, o que de antemão viabiliza sem muitas dificuldades a comparação entre ambos. Para Schwarz, porém, há uma ruptura significativa entre as duas narrativas e, apesar da similaridade em relação ao assunto, o tom é bastante distinto. Em suas palavras:

Também aqui Machado procura contribuir para o aperfeiçoamento do paternalismo. Mas o ponto de partida mudou, e a sua posição agora é defensiva. **Deixado a si mesmo, o jogo de cooptação e dos interesses burgueses dá resultados degradantes.** Esta a nova tese, segunda a qual é preciso discipliná-lo. Em lugar da anterior confiança – algo cínica – no apetite e no desembaraço dos fortes, está a vigilância do preceito cristão. (SCHWARZ, 2000a, p. 117)

O sentimento ambíguo nutrido em relação aos bens materiais, que permitiam a Guiomar andar sem embaraço entre as dimensões do paternalismo e do individualismo burguês – que, sempre bom lembrar, contavam com a convivência e aprovação do narrador –, em *Helena* não vai encontrar mais espaço. Pelo contrário, o tom adotado diante dessa ambiguidade será claramente o de reprovação. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 118): “Noutras palavras, cabe à servilidade do amor familiar e cristão moralizar as diferenças sociais e limpá-las das baixeiras que porventura elas inspirem.”. E prossegue: “Isto posto, trata-se de uma ideologia que não é artificiosa, pois prolonga o catolicismo que de fato está infuso nas relações paternalistas, as quais sem ele não se entendem, dimensão que por cinismo *A mão e a luva* havia preferido não tratar.”

A lógica paternalista trata de dar novo arranjo ao utilitarismo puro e simples. Passa-se o centro para a dimensão familiar, que tudo subjuga e reorganiza pelo seu prisma. É pela família, inclusive, que ocorre a real possibilidade de ascensão social das personagens. Assim, a pessoa não é reduzida a sua contraparte utilitarista, mas antes reinterpretada pela lógica – católica – da dimensão familiar. De modo que a “[...] ambiência católica faz ressaltar no paternalismo os aspectos que, segundo Machado, ela deveria coibir: a opressão, o desrespeito,

a venalidade, a desconfiança, a permanente disposição à violência etc.” (SCHWARZ, 2000a, p. 119)

Em relação a *A mão e a luva*, Schwarz aponta que o livro é um retrocesso que, porém, se justifica pela sensibilidade de captar um processo real de exploração e contradições latentes na vida social. Perde-se em direcionamento dos fatos pelo prisma do narrador, ganha-se em realismo pela extração mimética de um movimento rotineiro na dinâmica social e quase nunca captado pelo crivo intelectual da ciência ou da arte. Passa-se às páginas de *Helena* o sistema de contradições latentes da sociedade brasileira, que passam a ditar o movimento do próprio romance. Ainda sobre *Helena*, diz-nos Schwarz (2000a, p. 119-120:

A intenção morigerada e civilizatória alterna com a turbulência das personagens, que inopinadamente abandonam tudo, faltam ao bom-senso e à obrigação, e chegam a ser abjetas – sempre temporariamente, sem que a cinta do decoro e da moral se rompa de uma vez. Analogamente, o clima entre os bons é de muita virtude, ainda que a todo momento se suspeitem as piores indignidades, o que não deixa de surpreender. Como se verá, um ritmo em que as relações de favor se manifestem de maneira complexa e interessante.

A trama começa a se desenrolar quando no testamento do abastado Conselheiro Vale, consta expressamente a vontade de que Helena, a quem reconhece como filha natural, seja acolhida pela família, composta por Estácio e Dona Úrsula, seus filhos. O primeiro recebe Helena muito bem (bem até demais, como se constatará pelo sentimento proibido que é fomentado) e a segunda com bastante reserva, pois amparada pelos valores familiares tradicionais; sobre Úrsula, observa Schwarz (2000a, p. 121) que, para a personagem, “[...] não só a lei como também o sentimento são condenáveis, quando violam o quadro da família regular.”

Dr. Camargo, amigo da família, é da opinião de que a razão não deve ser posta à frente do sentimento, de modo que discorda de inclusão de Helena no testamento, defendendo que uma breve menção já teria bastado. Ao defender tal posição, age em próprio proveito, pois almeja casar sua filha Eugênia com Estácio, o que faz dele o vilão do livro, por deixar-se guiar por sentimentos mesquinhos.

Já Estácio é um tipo que acaba por demonstrar-se mais complexo do que aparenta num primeiro exame. Ainda que rapaz de sociedade e educado que, como observa Schwarz (2000a, p. 122), parece ter saído de “um manual de boas maneiras”, mostra-se capaz de fazer “todos os males imagináveis à sua nova irmã”. Há aqui um indício de que Machado começava lançar

uma nova perspectiva, realista e, até por isso, pessimista, que ganharia maior peso e centralidade somente na fase seguinte.

Diante da revelação posterior, de que não era de fato filha biológica do Conselheiro Vale e que, portanto, estava varrida qualquer perspectiva incestuosa no sentimento recíproco mantido entre a protagonista e Estácio, as coisas não se simplificam, pois Helena não se satisfaz com o que estipula a letra do testamento e quer conquistar a aceitação da nova família. A força interior de Helena é o que a move em direção ao almejado objetivo (função parecida com a desempenhada pelo “cálculo sincero” em *A mão e a luva*): “Dela depende que o ascenso social se faça sem degradação, nem da pessoa nem da ordem, como pura decorrência da estima em âmbito familiar.” (SCHWARZ, 2000a, p. 124) No entanto, este movimento não se dará sem algum embaraço:

Veja-se nesse sentido o episódio em que Estácio, apoiado em sua autoridade de irmão e chefe de família, procura forçar Helena à confissão de seus amores, para “ordenar o que fosse melhor”. Ela se revolta, e ele, que “possuía estas duas cousas, a retratação do erro e a generosidade do perdão” (se o “erro” é dele, por que seria dele também o “perdão”?), reconhece ter cedido a um mau impulso. Helena: – “Obrigada! Se não me dissesse isso, ver-me-ia disparar por esse caminho fora até o fim do mundo ou até o fim da vida. [...] Oh, não é vão melindre, é a própria necessidade da minha posição. Você pode encará-la com olhos benignos; mas a verdade é que só as asas do favor me protegem [...]. Pois bem, seja sempre generoso, como foi agora; não procure violar o sacrário de minha alma”. (ASSIS apud SCHWARZ, 2000a, 125)

A dupla faceta da dinâmica do favor expõe a sua falsa reciprocidade, pois amparada em lados que são desiguais, mesmo quando movimentos em contrário insistem em buscar anulá-las. Em outras palavras: “Onde uns enxergam o benefício da proteção, outros veem o espectro da sujeição, e entram em pânico. Antes o limbo social, ou mesmo a morte, que escorregar na direção em que o paternalismo empurra, direção inaceitável a seus próprios olhos.” (SCHWARZ, 2000a, p 125)

Ainda sobre a falsa reciprocidade, Schwarz destaca que a gratidão de Helena para com a nova família é sem limites e eterna, o que por si só desmancha qualquer possibilidade de uma reciprocidade eficaz, pois a torna impossível. Ainda sobre essa questão, desenvolve com mais minúcia o autor:

Igualmente ilimitado é o desejo de Helena de não dever nada a ninguém [...]. Por outro lado, note-se que uma dívida infinita não é só uma dívida grande, como é uma dívida por assim dizer fora do comércio, que não se paga nem se cobra, o que de certa forma reestabelece a dignidade do

devedor. Não obstante, a verdade da gratidão é a humilhação. (SCHWARZ, 2000a, p. 126)

Diante da difícil situação em que se vê e acometida de um “delírio purista” que visa erradicar toda e qualquer sombra de dívida em aberto, Helena opta por isolar-se de todos e só encontra na perspectiva da morte (no próximo romance o quadro muda diante da perspectiva do trabalho assalariado como possível fuga do paternalismo), a fuga máxima e definitiva da dinâmica do favor, a sua, digamos, absolvição sem pecado. A luta é por escapar da “dívida paternalista”, que pode se converter “do favor em mando ou obediência” (SCHWARZ, 2000a, p. 128)

Como é sabido, a sociedade brasileira da época era controlada por uma pequena elite, que detinha a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho (por meio da escravidão). Os homens livres, que não possuíam propriedade ou salário, estavam à mercê do favor dos poderosos para garantirem as condições de manutenção de sua posição na sociedade. Diante desse quadro social:

[...] condenam-se as concepções liberais da propriedade e do interesse, pois não havendo mercadoria (força de trabalho) a trocar, elas excluem a necessária reciprocidade. Entretanto, na qualidade mesma de tabu, as ditas concepções são parte do problema, e desagradam à distância o paternalismo ideal que as proíbe (e destroem a dignidade, como vimos em *A mão e a luva*, ao paternalismo que as aceita). (SCHWARZ, 2000a, p. 130)

Diante de uma situação sem nenhuma saída aparente, o jogo de insinuações, do dito pelo não dito, ganhava o peso da coisa-em-si: “Se os proprietários inevitavelmente suspeitam os motivos dos desfavorecidos [...], estes suspeitam a suspeita, e se defendem pela recusa absoluta do comportamento interessado, que vem a ser o seu pesadelo.” (SCHWARZ, 2000a, p.130) Daí decorria no romance, segundo Schwarz, a estranheza, sobretudo ao leitor moderno, de “[...] pobres que respeitam a propriedade mais que os ricos, e a filha natural escrupulosamente legitimista [...].”

O referido expediente assinala e acentua o distanciamento da lógica do individualismo burguês, pois a opinião alheia e não a moral é o metro da dignidade pessoal do indivíduo em questão. Dessa forma, a ideologia que guiaria todas essas relações é distinta daquelas que regiam as mesmas instâncias nos países europeus (tanto capitalistas, quanto, pensando antes disso, no feudalismo, realçando o caráter *sui generis* de nosso arranjo social) Nas palavras de Schwarz (2000, p. 131):

O reconhecimento paternalista, de que são inseparáveis o momento de arbítrio pessoal e os elementos de aparência que o possam impressionar, conta diretamente na posição efetiva da pessoa, o que é diferente dos altos e baixos da reputação burguesa, e não tem nada a ver com as normas da aristocracia.

Disso decorria a marca forte e insistente do arbítrio pessoal, que caracterizava a ideologia paternalista. A resposta que Machado procura formular atendia tanto a crueza do paternalismo “puro” quanto a baixeza inerente à nascente sociedade burguesa; era uma resposta completa, que julgava reduzir ambas as dimensões a uma única e satisfatória resposta aos dilemas nacionais.

Considerando o conjunto, digamos que *Helena* procura formular para o paternalismo uma via que tanto corrige a brutalidade da sujeição pessoal, quanto a baixeza do motivo econômico. São as nossas duas formas dominantes de alienação social, ressalvada a relação escrava, que é a principal, mas que o livro não corrige. Do ponto de vista dos homens livres, era uma ideologia completa: o sentimento cristão da família suprime os inconvenientes do paternalismo autoritário, bem como os efeitos degradantes do Capital, que não se tornam a razão de ser das pessoas. (SCHWARZ, 2000a, p. 131)

A crítica de Machado à faceta humilhante a qual estão sujeitos os favorecidos na relação paternalista, visa assegurar a eles uma situação de dignidade mínima. Pois, senão, de que forma poderiam ter seu talento aproveitado, para o bem de todo o arranjo social? Nesse ponto, fica claro que a posição de Machado é mediana entre as duas dimensões, o que acaba por apontar também as suas limitações, pois: “[...] pede ao poder que não mande, à riqueza mercantil que não seja interessada, e sobretudo aos motivos econômicos que não influam nos outros”. (SCHWARZ, 2000a, p. 132) Essas fragilidades da visão machadiana acabam por comprometer o resultado mais geral do livro, ainda que tenha o mérito de trazer à tona essas contradições muito reais. E, claramente, colocando numa balança, a situação de quem está embaixo será sempre desfavorável, mantendo a insustentabilidade já mencionada da reciprocidade do favor:

De fato, o paternalismo não-autoritário e a riqueza mercantil desinteressada são, além de contradições em si mesmas, ideias que termo a termo tendem à situação de classe dos homens dependentes – oprimidos e desprovidos – e neste sentido restrito são destilações e negações de tais impasses. [...] Enquanto ideologia, o ponto de vista é de baixo, e a vantagem é dos de cima. (SCHWARZ, 2000a, p. 133)

Diante da impossibilidade de realização da ascensão dos de baixo sem que isso lhes custe uma gratidão eterna e impagável aos de cima, o parâmetro moral some ou, nos termos de Schwarz, põe-se em fuga.

O metro da pureza tem esta vantagem, de elevar a pessoa acima das circunstâncias, sem criticá-las propriamente, embora as rebaixe um tanto. Daí a sensação permanente no livro, de que a virtude está sempre em fuga, indo para casa. Também do ponto de vista dramático, a depuração das alternativas com vista na moral – a exigência de um paternalismo “puro” – perde o contato com a dimensão real das questões, as quais vêm esboçadas em pano de fundo. (p. 134-145)

Onde, afinal, encontrar a moral se ela é estranha à realidade social do país? Como aponta Schwarz, a própria entidade familiar é colocada em questão, o trabalho do homem livre é ridículo, as eleições uma fraude mais ou menos escancarada, as heranças são eventos de merecimento de grande atenção, os escravos e a vida familiar se confundem, o casamento é tido como trampolim social e etc. Uma alternativa para escapar da baixeza cotidiana é a religião. No romance convencional, seria de esperar-se que o conflito moral ocupasse o centro do romance, de modo que os conflitos menores viessem às suas margens. No entanto, não é isso que acontece no romance, pois, nas palavras de Schwarz (2000a, p. 135-136): “[...] a despeito das exigências radicais, a contradição central de *Helena* é antes contingente e periférica, ao passo que o plano real e necessário está espalhado pelas franjas do romance – à espera de um romancista mais maduro.

No plano simbólico que deriva da dinâmica paternalista, o pobre recebe o favor do proprietário, o que de antemão estabelece uma relação desigual. Porém, essa desigualdade pode atenuar-se, desde que o seu desinteresse material estivesse claro e evidente, pois só assim teria a garantia de equiparação com o proprietário, ainda que só na dimensão da dignidade pessoal, que importa bastante no contexto. Como destaca Schwarz (2000a, p. 136-137): “Daí a suscetibilidade quanto aos motivos. Se o seu desapego for questionado, resta-lhe provar a sua independência e mesmo superioridade, renunciando de vez, enquanto disputar a riqueza seria uma diminuição da pessoa”.

Ou seja, segundo Schwarz, ainda que situado na plataforma global da sociedade capitalista, os valores que regiam a vida social brasileira eram distintos daqueles do liberalismo clássico, ideologia originária desse mesmo movimento socioeconômico mais amplo. Na realidade, ao adotar-se o raciocínio econômico entre nós, este “[...] apareceria

como o acúmulo da indignidade – embora a riqueza social já estivesse em forma mercantil.” (SCHWARZ, 2000a, p. 137) E prossegue, exemplificando:

A herança de Helena por exemplo consiste em duzentas e tantas apólices, o que na opinião de uma personagem secundária “merece um cumprimento de chapéu”. – O leitor recorda que *A mão e a luva* reivindicava o paternalismo ilustrado (algo como um eco local do novo espírito utilitário europeu), contra a estilização romântica dos impasses da vida moderna. Uma solução que repousava na harmonia “progressista” entre os pobres com talento, que mereciam subir, e as elites que saberiam reconhecê-los, ansiosas que estavam para melhorar a nossa sociedade, moral e materialmente. Esta mesma aliança continua desejável em *Helena*, que no entanto privilegia o estudo de seus possíveis conflitos. Onde *A mão e a luva* afirmava a diferença de nossa sociedade, e livrava do pessimismo da literatura romântica – daí a conclusão especiosa e “positiva”, de que entre nós riqueza, apetite e inteligência trabalham para o bem geral – *Helena* demora-se em seu interior, e chega a um pessimismo ajustado às condições locais: só através do mais estreito e inverossímil rigorismo cristão o paternalismo capitalista deixaria de ser degradante. Nem subordinadas ao sentimento familiar as concepções liberais do interesse e da propriedade são admissíveis. (SCHWARZ, 2000a, p. 137)

Ainda a partir da figura de Estácio Machado reafirma o elo inseparável existente entre paternalismo e arbítrio pessoal. Helena se vê várias vezes como refém das ações de Estácio que, não sendo muito religioso, tende a agir não sempre dando última palavra à virtude e, movido pelo desejo, o que poderá controlá-lo?

Ora, se o próprio do paternalismo é a falta de fronteira clara, no polo forte da relação, entre a autoridade social e a vontade pessoal, e se esta última é um conjunto mais ou menos contraditório de desejos inadmissíveis, de cegueira e de justificações infundadas, a situação do inferior ganha outra dimensão. A integração social deste se faz pela subordinação direta às servidões e confusões afetivas – que fazem autoridade e seria ingratidão não respeitar – da parte superior. (SCHWARZ, 2000a, p. 142)

O paternalismo garante a Estácio a ação livre para agir da forma que julga a melhor possível para o bem dos seus protegidos. Mas são as próprias ações de Estácio que ganham questionamento, pois movidas por um sentimento inconsciente. Respondendo a questão colocada acima: não há freios claros para a dinâmica paternalista fora aqueles que seja do interesse momentâneo incorporar.

Sobre o romance em si, Schwarz defende que, para além do amadurecimento no tratamento da temática, Machado passava muito claramente por uma espécie de laboratório pessoal, testando uma variedade de estilos aparentemente difusos que, posteriormente,

serviriam para compor o seu estilo único de escrita. Em suas palavras: trata-se de um “romance de passagem” – assim como os demais de primeira fase. Prossegue o autor, realizando um balanço do livro:

Isso posto, *Helena* é um romance de concepção mais descosida do que a nossa análise faz supor, e do que o enredo bem amarrado deixa ver à primeira leitura. Com maestria consumada e posição indefinida Machado circulava entre a intriga ultra-romântica, a análise social, a psicologia profunda, a edificação cristã e a repetição da mais triste fraseologia [...]. A impressão é de alguém que se exercita em várias línguas. É como se o escritor acumulasse recursos, que nesta altura já são excepcionais, mas para dar provas de competência em toda a linha e para se fazer aceito, mais que para ir até o fim dos problemas que propõe. (SCHWARZ, 2000a, p. 144)

Seria, portanto, somente na segunda fase que Machado estaria em plenas condições de desenvolver plenamente o seu estilo que, pela vantagem de adotar o tom satírico, completaria a “desilusão da desilusão” mencionada anteriormente, necessária para o próximo passo, onde adota posição única, sem precedentes em nossa literatura. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 146):

Por outro lado, levada mais longe e tratada em veia humorística, algo como um desnível de frase a frase, esta mesma diversidade ideológica e retórica será um ingrediente essencial da prosa machadiana ulterior, em que a frequência alexandrina e mercurial de todos os estilos acaba sendo o único estilo autêntico, um achado literário em que a salada intelectual do país encontra o seu registro imortal.

Por outro lado, Schwarz faz questão de reconhecer os méritos do romance. Se Machado ainda não estava em condições de realizar uma análise mais profunda das questões que abordava, ao menos teve o mérito de, em *Helena*, criar “[...] uma poesia inesperada e brasileira, nascida talvez da conjunção da forma romântica e do conflito paternalista.” (SCHWARZ, 2000a, p. 149) E prossegue ainda o autor, entrando nos detalhes da trama romanesca:

Desde os primeiros encontros, o vínculo entre Helena e Estácio está formado, inconsciente da parte do rapaz, dado o tabu, e consciente mas impossível da parte da moça. Daí por diante todos os episódios do romance banham nesta atração, que forma algo como uma correnteza nunca inteiramente represada. Assim, a ideologia decente e familiar, amiga de sacrifícios e estrangeira a todo romantismo, corre paralela a uma nostalgia subterrânea de satisfação individual completa, para além de quaisquer limitações, isto sem que os absolutos do romantismo sejam evocados explicitamente. Embora não seja desmentido nem posto em questão, o

decoro paternalista nesta companhia adquire uma componente sensível de renúncia. À ideia cristãmente positiva do sacrifício se acrescentam conotações negativas, de sufocamento e frustração da pessoa, em que está presente o individualismo romântico, mas refundido e dando expressão ao conflito local. (SCHWARZ, 2000a, p. 149)

Iaiá Garcia é a obra que marca o fechamento da 1ª fase de Machado. Schwarz constata que, após o cinismo ingênuo empregado em *A mão e a luva* e do purismo excessivo de *Helena*, em *Iaiá Garcia* predomina um tom de desencanto. Diante disso, Machado opera um artil de idealização artificiosa que, a despeito da perda relativa de verossimilhança, cumpre bem o papel de reabilitar a ideologia paternalista.

A idealização desta vez é pouca, mas suficiente para os seus fins: protegendo as pessoas contra as ilusões com que o paternalismo as logra e diminui, *o desencanto lhes preserva a dignidade humana*, e por esta via inesperada salva a dignidade também do próprio paternalismo. (SCHWARZ, 2000a, p. 152)

Em oposição às soluções adotadas nos livros anteriores, o tom adotado por Machado em *Iaiá Garcia* favorecerá a incorporação mais intensa e diversa da realidade histórica de seu tempo. Mesmo que ainda preso à ideologia paternalista, justamente por tratá-lo diretamente – ainda que em chave invertida – os meandros e mecanismos de seu funcionamento deixam de orientar somente os subterrâneos da narrativa e ganham espaço em primeiro plano. Ilustrando esse movimento, Schwarz (2000a, p. 153-154) colhe os seguintes exemplos: “[...] seu pai foi amigo de meu pai, eu fui amigo de sua família, devo-lhe obséquios apreciáveis; quem era ela para o afrontar assim?; [...] nem por isso era menos amigo de obsequiar [...]”; ou ainda, “[...] uma senhora que te fez um benefício [...]”. E, ainda, destaque-se a incorporação de episódios de grande relevo histórica à trama, “[...] oportunidade em que a forma literária presume abertamente ser a forma da realidade” (SCHWARZ, 2000a, p.154).

A incorporação literária da Guerra do Paraguai peca historicamente por carecer de justificação adequada. O intento machadiano de incorporar o importante episódio histórico à trama romanesca é antes, defende Schwarz, uma constatação de um problema mais amplo, ou seja, a inexistência da consciência histórica que precede a gênese da grande tradição literária do romance histórico europeu, de que fala Lukács.³⁰

30 Com a Revolução Francesa, em 1789 e as subsequentes Guerras Napoleônicas, ocorridas entre 1803 a 1814, a participação popular nos conflitos foi responsável por romper com o aparente imobilismo, efetivado (relativamente) e disseminado ao longo de toda a Idade Média, criando as condições para o surgimento de um novo sentido histórico às massas, alterando a percepção das camadas mais amplas da sociedade em relação aos fenômenos históricos. Segundo Lukács (2011, p. 38), esses acontecimentos “[...] fizeram da história uma **experiência das massas**, e em escala europeia. Entre 1789 e 1814, as nações europeias viveram mais

Para dar ideia da dimensão do problema, Schwarz propõe a comparação de *Iaiá Garcia* com *Marquis de Villemer*, romance de George Sand de 1860. No romance francês, a história do país e do continente, amplamente conhecidas e difundidas mesmo no âmbito do senso comum, conferem verossimilhança e força poética ao destino dos personagens, que podem recolher seus motivos individuais do processo histórico mesmo, pois, como aponta Schwarz (2000a, p. 157), “[...] os amantes encontravam uma justificativa ideológica do que sentem nas convicções intelectuais do herói [...]” e conclui: “Enfim, um efeito poderoso, ligado a um grau de consciência histórica sem nada de excepcional, que entretanto era inacessível, em relação ao seu próprio país, a um escritor culto, refletido e audacioso como era então Machado de Assis.”

O avanço realizado por Machado na caracterização típica da realidade social não deixa de ser notado. Assim, a obra ganha em densidade histórico-social e diversas personagens que expressam vínculos de dependência ganham figuração ao longo do romance. Raimundo, ex-escravo que continua a servir com dedicação e submissão o seu amo; Maria das Dores, a amade-leite cuja vida orienta-se pela dedicação semi-religiosa à filha de Luís Garcia; Sr. Antunes, que vivia encostado no Desembargador e nutria a grande esperança de casar sua filha Estela com Jorge, o filho do Desembargador. Mas, neste último caso, para a contrariedade do Sr. Antunes, a filha não partilhava das mesmas aspirações. Jorge, admirador da moça, não se conforma com a rejeição e indaga-se, perplexo: “Quem era ela para o afrontar assim?” (MACHADO apud SCHWARZ, 2000a, p. 159). A partir dessa relação, como destaca Schwarz, o paternalismo passa ao centro da trama.

Estela, enfim, casa-se com Luís Garcia, sem amor mas, também, sem constrangimento social. Seu marido, ainda que se veja ocasionalmente no meio de relações marcadas pelo favor, as evita sempre que pode. Após a morte de Luís Garcia, Estela passa a lecionar, garantindo sua independência de forma permanente.

Iaiá Garcia, que empresta o nome ao título do livro, é filha do primeiro casamento de Luís Garcia e se apresenta, segundo Schwarz, como uma versão mais amena de Guiomar e, apesar de origem simples, casa-se com Jorge e ingressa à alta sociedade. Já nesse ponto pode-se observar o complexo ritmo do jogo narrativo, que deriva do movimento da vida social mesma da época. Como resume o autor: “No todo, já se vê que a escala é complexa, pois nem a dependência é sempre indigna, nem a independência é sempre feliz.” (SCHWARZ, 2000a, p. 160)

revoluções que em séculos inteiros.” Um entre outros dos desdobramentos desses acontecimentos históricos, segundo Lukács, está, justamente, no surgimento do romance histórico, que tem por principal característica a incorporação da historicidade ao próprio centro da narrativa.

Do lado dos poderosos, Schwarz busca-lhes esboçar também seu perfil. Valéria Gomes, viúva do desembargador e mãe de Jorge, aprecia que as pessoas dela dependam e as dispõe como bem deseja. Jorge, por sua vez, mostra-se respeitoso na aparência, mas grave e inconsequente nas ações. Por fim, Procópio Dias, o vilão da história, com uma vida voltada para interesses materialistas (condenados moralmente por Machado, que observa a pequenez de reduzir a vida humana à dimensão física), não hesitava mesmo em lucrar com a guerra e nutria valores morais duvidosos; o aparente prosaísmo de Procópio Dias, no entanto, não é suficiente para expulsá-lo para além da gravitação da lógica do favor, de modo que seus negócios dependem de influências pessoais e mesmo sua atração amorosa por Iaiá justifica-se pela “[...] obrigação de reconhecimento eterno em que ela ficaria.” (SCHWARZ, 2000, p. 161).

Nesse ponto, pensando a evolução de Machado, Schwarz destaca que a vinculação necessária entre paternalismo e interesses materiais, que se esboçava timidamente, desenvolver-se-ia plenamente em sua fase da maturidade. Do ponto de vista de sua evolução literária diz-nos Schwarz (2000a, p. 161) que Machado

[...] retomava a naturalidade na consideração dos bens da vida, que era a força de *A mão e a luva*, mas abandonava-lhe a satisfação ostensiva e forçada; enquanto que dos melindres de *Helena* ficava a sensibilidade para a opressão, que era a sua componente crítica, e desaparecia o moralismo. Assim, o desencanto sem revolta que reina em *Iaiá Garcia* é uma síntese precisa e refletida do que era vivo nas experiências precedentes, – sem dizer, por isto, que se livrava de todo o seu peso morto.

Os avanços realizados por Machado no sentido de captar mimeticamente a lógica do paternalismo são inegáveis. Como destaca Schwarz, esse movimento não se dá de forma espontânea, mas pressupõe um acúmulo e uma maturação crítica, ainda mais quando sublinha-se o caráter inovador da lente machadiana, que capta com muita sensibilidade nexos reais da sociedade brasileira de seu tempo – mas, apesar disso, Schwarz destaca o caráter incompleto desse movimento, que só se completará nos romances da última fase.

Mas, ainda sobre *Iaiá Garcia*, destaca-se a evolução na captação do paternalismo, da lógica do favor e da dependência, que se “harmonizam” (ou, justamente, indicam o caráter contraditório) com o todo social transposto para as páginas do romance. Amplia-se a ênfase dada nos trabalhos anteriores para a dinâmica familiar para as relações periféricas que se estabelecem ao redor de seu núcleo, dando nova vida ao alcance da lógica paternalista. Sobre

essa questão, Schwarz (2000, p. 163, grifo nosso) retoma citação esclarecedora de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Um grande coronel era também em geral, o chefe de extensa parentela, de que ocupava por assim dizer o ápice. Esta era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente, os vínculos do compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo às vezes mais estreito do que o próprio parentesco carnal. [O prestígio dos coronéis] lhes advém da **capacidade de fazer favores**.

Da perspectiva do processo histórico brasileiro, Schwarz destaca o fato de ser consenso entre os historiadores de que a partir de 1850, o Rio de Janeiro experimentaria um processo de modernização mais ou menos acentuado. Melhorias urbanas e aumento das operações econômicas indicam um salto qualitativo nesse sentido. Como destacado pelo autor, essas modificações indicam a

[...] entrada da forma-mercadoria e seus efeitos ideológicos – o fetichismo, que consiste em ver na mercadoria não o efeito, mas a razão dos relacionamentos sociais, o que é contrário às relações paternalistas, que naturalmente se querem primeiras – para a vida cotidiana, sem que se transformasse a base escrava da economia. (SCHWARZ, 2000, p. 164)

Para Schwarz, porém, a mercadoria e seus desdobramentos ideológicos não atuaram como fatores impeditivos da ideologia paternalista. Ao contrário, chegaram mesmo a se complementar, funcionando a primeira como um complemento natural e necessário da segunda. O que cabe destacar é que ambas, apesar da contradição de princípio que sustentam uma contra a outra, coexistiram de acordo com a conveniência das elites. Esse nó ideológico, que Schwarz identifica como a principal mola propulsora da segunda fase machadiana, se já comparece em *A mão e a luva* (que o otimismo artificial impede de se realizar de forma plena), em *Iaiá Garcia* não se faz notar. Sobre *Iaiá Garcia*, Schwarz argumenta que o dinheiro não aparece desvinculado da lógica paternalista (que retroalimenta), como se constata pelas caracterizações de Procópio Dias, Jorge e Valéria que, apesar de possuírem-no, esse fato não adquire dinâmica própria, que levaria a trama inevitavelmente para outras questões e conflitos.

Assim, o dinheiro neste romance não tem existência autônoma, e aparece direta e “naturalmente” vinculado ao poder paternalista, do qual é um apêndice não-contraditório. Uma solução que tem a relativa verdade que já vimos, e que do ponto de vista da unificação literária é vantajosa, – mas ao preço de recuar da sociedade contemporânea [...]. Por mais rigorosa que seja a análise das relações paternalistas, a exclusão da esfera do dinheiro autônomo tem um efeito idealizador, e dá aos conflitos deste livro uma dignidade antiga, que os outros, mais perseguidos pelo dinheiro, não têm. (SCHWARZ, 2000a, p. 165)

E é justamente esse movimento de idealização que faz o livro recuar em verossimilhança. Mas, apesar disso, Schwarz aponta que o próprio senso de realidade do escritor Machado de Assis conseguiria extrair da matéria social com qual trabalha, ainda que por caminho diverso, o nexos social que a idealização das relações entre paternalismo e a individualismo tendem a ocultar. Para ilustrar a questão, o autor se debruça sobre as relações entre dependência e independência nas personagens Estela e Luís Garcia, que procuraremos resumir na sequência.

Luís Garcia, por prezar a independência e a distância (traços que garantem uma existência autônoma e de respeito), resiste em aceitar o pedido, feito pela viúva rica, Valéria Gomes, de intervir junto ao seu filho Jorge, encorajando-o a ingressar nas fileiras do exército que lutava a Guerra do Paraguai (que, na verdade, carregava o objetivo oculto de dissuadir o filho do casamento com Estela, moça de origem humilde). A recusa seria a resposta correta para manter a independência, mas Luís Garcia, diante da insistência e da perspicácia da viúva (que trata-lhe com mais cerimônia e respeito que os esperados, tendo-se em conta sua posição social e, por fim, manipula-o, simulando preocupação de possível interesse amoroso de Jorge em relação a uma mulher casada) acaba por aceitar.

Uma vez implícito o “contrato”, cria-se expectativas não-verbais por possíveis recompensas a Luís Garcia pelo obséquio prestado – que virão, como se verá, por meio de dotes dados a Iaiá, filha de Luís e de Estela, com quem se casará e, em função do dote, melhorará sua condição consideravelmente. A esse acordo implícito, Schwarz (2000a, p. 170-171) refere-se e sintetiza da seguinte forma:

Resumindo, um movimento em que de baixo para cima se trocam serviços por apreço, enquanto que em sentido inverso, mas sem que a conexão entre os dois momentos se explicita, o apreço se traduz em benefícios materiais. Ponto de passagem obrigatório e nevrálgico nesta troca diferida é o arbitrário da gente de posses, cuja benevolência não é nunca inconcebível, e em cujo poder está até mesmo a anulação da diferença entre as partes, pela cooptação – sem esquecer o outro pólo do arbitrário, que é a prepotência – de modo que

à parte dependente é sempre permitido alimentar fantasias, de que a parte dominante abusa conforme lhe convenha.

O acordo tácito estabelecido entre obsequiado e obsequiador – quando pautado pela diferença de classe – não constitui a verdadeira obscenidade social. O que causa horror real à pena machadiana são as expectativas não-confessadas e inconfessáveis que circundam essa relação – e que constituem a ilusão de fundo das tratativas que se estabelecem entre poderosos e “homens livres”. E, cabe acrescentar, é desse movimento que Machado extrairá profícuos resultados literários na sua segunda fase, como aponta Schwarz (2000a, p. 171):

Dado que a fortuna e as distinções sociais estão na dependência do favor, e portanto das quimeras da gente rica, o melhor é abafar as esperanças e ambições. Inevitavelmente, estas entregam a parte dependente atada de pés e mãos, como um brinquedo. **Ora, nada é tão detestável e indigno como dar a intimidade dos próprios anseios em espetáculo ao desfrute alheio.** A humilhação das humilhações, aquela que é visada neste livro, não está nas relações de dependência enquanto um fato, mas nas ilusões que as acompanham, e sobretudo no gozo muito particular que acompanha estas últimas. Existe uma espécie de libidinagem do paternalismo – abordada obliquamente em *Helena* – que a Machado neste momento causava horror, em cuja exploração entretanto ele iria se comprazer ao infinito nos romances da segunda fase – dois anos mais tarde! – de que ela seria a matéria por excelência.

Acompanhando mais de perto a personagem de Luís Garcia, nota-se uma abordagem diferenciada à dinâmica do favor. Em oposição ao que se poderia pressupor, o pai de Iaiá adotava uma atitude de objetiva em relação ao ato de obsequiar. Isso dá-se, segundo o crítico marxista, por uma incorporação *sui generis* entre vínculos de dependência pessoal (que se vinculam ao **arcaico**) e utilitarismo (que é um dos desdobramentos possíveis da ideologia burguesa – o outro desdobramento mais notável sendo o liberalismo).

A vantagem desse curioso *frankenstein* ideológico, destaca Schwarz, aponta para a forma atual e profunda com que Machado lida com os problemas de seu tempo sem que, no entanto, deixasse o movimento das ideias distorcessem a sua figuração realista do processo social brasileiro. Dessa forma, a ideologia burguesa aparece subjugada ao processo social concreto, como se fato se operava na realidade e não como um farol postiço, que supostamente conduziria e impulsionaria as ideias e ações dos homens e mulheres do Império. Daí o destaque para o “senso de realidade” de Machado em relação ao seu tempo:

Do ponto de vista prático, era uma ideologia para **civilizar** a ordem reinante, mais que para mudá-la. Já do ponto de vista literário, é interessante ver a

maneira oblíqua pela qual Machado se inspirava no mundo contemporâneo, cujas questões não desconhece, mas não deixa também que se substituam ao seu senso da realidade, a que mal ou bem elas se subordinam no processo da elaboração intelectual. (SCHWARZ, 2000a, p. 174)

Ainda em relação a Luís Garcia, destaca-se a ocorrência de uma fratura, ou tensão, em sua conduta que não se resolve. O modelo que Machado toma para criar sua personagem é aquele do cavalheiro inglês do século XIX, mas a realidade brasileira não necessariamente se encaixa ao padrão tomado de empréstimo. A consequência é um conflito mal resolvido – que Schwarz (2000a, p. 176-178) não deixa de destacar –, que se vincula à noção de um “paternalismo esclarecido”, que Machado buscava fundamentar.

O desfecho de Estela reforça esse mesmo movimento conflituoso, que parece reger a estrutura do livro. Do interesse inicial que Estela desperta em Jorge, ao aparente desdém com que ela o trata – uma espécie de atestado à superioridade de sua posição social –, ao beijo tomado à força e, por fim, ao arrependimento, Machado demonstra o caráter errático e arbitrário próprio à elite de seu tempo.

O próprio tempo se encarrega de, ainda que aparentemente, resolver as coisas. Jorge, que aceitara ir à Guerra do Paraguai na esperança e recuperar a estima de Estela, encontra a moça casada com Luís Garcia – que, logo descobre, está doente e não viverá muito. Diante da convergência providencial, Jorge como que muda de ideia, perde interesse em Estela e acaba por se casar com Iaiá, filha de Luís. Com esse movimento, como fica claro, Machado examina a natureza profunda do paternalismo, revelando-lhe a natureza contraditória e cruel: “Assim, o que do ângulo de Jorge é uma evolução sentimental, do ângulo da agregada é o leque dos acidentes que lhe reserva o amor de um moço rico – entre o grande prêmio de um casamento improvável, a brutalização, a ‘queda’ e o esquecimento.” (SCHWARZ, 2000a, p. 181).

Do ponto de vista do agregado, a única saída que lhe garante imunidade ao joguete dos poderosos é a de se negar a participar. Dessa forma, casa-se com Luís Garcia, evitando as humilhações que acompanhariam uma união desigual, ainda que isso signifique reprimir seus sentimentos e agir por cálculo social estrito – aqui, entendido, curiosamente, por antípoda ao cálculo que se presta ao casamento por interesse. Nos dizeres de Schwarz (2000a, p. 185-186):

Assim, obséquio, condescendência, afabilidade e curiosidade dos ricos são humilhações a que Estela escapa ficando onde está, e sobretudo são outros tantos prazeres de que ela priva a gente fina. Noutras palavras, a cooptação é sempre degradante, e diferentemente dos romances anteriores o amor não basta para limpá-la. Ao contrário, por ser a ilusão mais visceral, ele é a causa

das humilhações mais profundas.[...] O resultado surpreendente de tanta sensibilidade moral é o imobilismo. De fato, é melhor que fiquem todos em seu lugar e conheçam a sua condição. Não porque a diferença social seja justa ou porque a tradição a justifique, mas porque os mediadores do movimento – o obséquio, bem como o desejo de subir – são ainda mais degradantes. Este o lado conservador destas figuras, cuja consciência da situação é aguda, sem que se transforme em consciência de classe. Mais exatamente, pela generalidade e pela recusa da solução pessoal a sua análise é de classe, sim. Entretanto a sua dimensão coletiva não tem sequência, e seus resultados são vistos na ótica do decoro e da dignidade da pessoa, o que os recupera para a esfera do paternalismo. Assim, a cooptação não repugna porque é uma solução individual, que deixa na mesma os demais dependentes, mas porque é um favor, e um favor tão grande, que não há como o pagar. Nesta linha, a dívida de gratidão parece pesar mais que a inferioridade social, o sentimento de estar quite é compatível com a situação dependente, a independência pode ser um estado de dívida.

Assim, a racionalização dos favores – que é devedora ao universo moderno – realizada por Luís e Estela os impossibilitam de almejam uma ascensão para além de sua posição social. A consequência disso, como argutamente destaca Schwarz, é que a repugnância nutrida pela ideia das humilhações a que serão objeto no caso de ascensão, vedalhes completamente o próprio movimento. Noutras palavras, opera como um mecanismo de defesa involuntário para os de cima, fazendo com que os de baixo permaneçam onde estão e conduza a trama por caminhos próprios, levando à consequências inesperadas. Nas palavras do crítico marxista:

Em todas as posições, um dos pólos é o arbitrário paternalista, enquanto o outro é mesclado, mas incluindo uma referência aos direitos do indivíduo. A contradição ideológica está claramente traçada, e, em aparência, é central. [...] A mola dos acontecimentos está na autoridade da viúva rica, e não nos antagonismos ideológicos ou nas questões de direito. A firmeza dos dependentes é maior que a de seus protetores, mas não parece que os conduza ao afrontamento, **e, para todos os efeitos, a contradição sumiu.** (SCHWARZ, 2000a, p.188-189)

Esse duplo movimento, liberdade individual aos dependentes de um lado e constrangimento arbitrário da parte dos ricos de outro, não se resolve no plano literário, assim como não se resolvia no plano sócio-histórico. De modo que a camada “livre” do país, por mais que almejasse uma existência efetivamente livre, não conseguia escapar da dinâmica do favor, que a subjugava e controlava segundo seus caprichos pessoais – que por muitas vezes assumiam feição arbitrária, em função de sua raiz arcaica, fundada em nosso solo histórico, que se produzia pela conjugação do arcaico e do moderno, um tipo peculiar de arcaísmo modernizante, ou modernismo arcaizante.

Vimos que a dimensão ideológica reflete e valoriza o ponto de vista dos dependentes. Veremos agora que a dimensão do enredo é comandada pelo arbitrário de seus protetores. Digamos que, para se formularem, problema e conflito se alimentavam de uma vaga apropriação do igualitarismo burguês, ao passo que a sua evolução “real”, isto é, a evolução que lhes imprime o enredo, corre nos trilhos da dependência pessoal, cujas alternativas são outras. Daí a descontinuidade e perda de tensão que assinalamos, **uma desarmonia que no entanto é ela mesma uma forma**, a transcrição formal de relações reais, no caso a permanente frustração das aspirações de independência da classe dependente. (SCHWARZ, 2000a, p. 190)

A perspectiva é a dos dependentes, mas as contradições que daí afloram não se resolvem, pela própria impossibilidade inscrita no processo social de se resolverem. Exemplificando, Schwarz menciona a autoridade de Valéria, que aparece às demais personagens como um dado inquestionável, o que provoca uma visão essencializada do processo social, ainda que sem deixar de cumprir a função de externar o lado negativo do arbitrário. Esse o principal dos becos sem saída que o processo narrativo machadiano encontra e que só veria superação possível em sua última fase. Nos dizeres do autor:

O respeito é mais necessário, dado o quadro sem saída histórica dessa classe, aos dependentes que aos ricos. Assim, o tabu é a transposição da impossibilidade em que se encontra o dependente de resistir, e dá fundamento honrado a uma desgraça prática. Ainda que divergindo e de má-vontade, e tendo horror à arbitrariedade, como deixar de ser submisso? Com que base? (SCHWARZ, 2000a, p. 191)

Os mandos e desmandos de Valéria são os responsáveis pela criação dos fios invisíveis que movem e controlam as personagens do romance. A grande maioria dos destinos individuais têm seus desdobramentos decididos por meio da ação arbitrária da viúva: “Um rearranjo geral e satisfatório, que permite a Valéria conciliar o orgulho de família, o amor materno e o carinho pelos dependentes ao preço – para eles – de se substituir a vontade dela à deles”. Para além das aparências, Schwarz identifica na trama machadiana ainda uma espécie de “gozo de segunda ordem”, por meio da satisfação desfrutada pelos subalternos à sombra da satisfação de seus protetores. Um resultado inesperado e original, que conspira contra o ideal ilustrado almejado por Machado, mas que revela um importante mecanismo da lógica do favor, sendo esta “[...] a dimensão que repugnava a Machado, e que em nome da dignidade, da razão e vagamente dos Direitos do Homem ele procurava criticar, e também relegar, pois ela configura a cumplicidade do dependente com a sua dependência. (SCHWARZ, 2000a, p. 192).”

A conjugação da figuração realista desse movimento social com o linguajar esclarecido das luzes claramente é difícil de se realizar. De onde provém a racionalização empolada de Machado, que tenta dar ares de dignidade à dimensão subalterna dos dependentes, buscando ainda, com isso, esconder a cumplicidade necessária da relação ambivalente entre protetores e subalternas. Acompanhemos a forma como Schwarz (2000, p. 193) esmiúça essa questão, que revela o que a prosa machadiana se empenha – em nome do decoro e dos bons costumes – em esconder:

Assim, o arbitrário dos ricos implica **descontinuidades** na vida e nos propósitos de seus dependentes, as quais são o seu complemento. Descontinuidades que resultam da conveniência do protetor, e que por isso mesmo são, além de imposições sofridas, serviços prestados, quer dizer, elementos de ligação e não de antagonismo. Merecem **compensação**, material ou em estima, a qual empurra as descontinuidades pessoais para segundo plano, enquanto vem à frente a continuidade da proteção, esta sim a verdadeira fiança do valor da vida.

Ainda que o andamento do romance remeta a instituições arcaicas, de raiz patriarcal, a forma como Machado as aborda faz brotar uma renovada dimensão moderna – crítica e autocrítica. Ainda que nos primeiros romances o escritor fluminense não tenha encontrado a forma adequada de equacionar os problemas cuja pena dá vazão, este configura-se como um dos achados artísticos (em todas suas implicações e desdobramentos sociais) fundamentais de Machado: Quem diria que observando o nosso atraso, de que não havia razão para se orgulhar, Machado apurava o sentimento da descontinuidade e da heterogeneidade do processo psíquico, e as suas imbricações com o poder social? (SCHWARZ, 2000a, p. 195).

Schwarz (2000a, p. 195) apoia-se numa interpretação que identifica uma espécie de antecipação de traços típicos do modernismo em Machado. Notadamente, o caráter de autocrítica à sociedade burguesa, realizada – o que complexifica a própria autocrítica – a partir do olhar periférico, da perspectiva do atraso, de um tipo de capitalismo que não deu certo. Do ponto de vista literário, destaca-se que “[...] o arbitrário do paternalismo está enfim transformado em princípio formal, ainda que pouco desenvolvido: o seu movimento é o movimento do enredo.” (SCHWARZ, 2000a, p. 197)

Que se pense no exemplo de Jorge, cujo modelo é retirado do romance europeu e a inadequação com a matéria local ganha relevo. A evolução da personagem inexistente e suas ações fazem pouco sentido, ou nos termos do autor, é uma “evolução derrisória”, uma síntese inconclusa que se expressa por meio da inadequação entre o modelo europeu e o processo social local. Ainda que nessa altura essas questões não estivessem plenamente amadurecidas

na mente de Machado, seus resultados provisórios – considerando no que se desenvolveriam – despertam grande interesse. Ainda sobre Jorge, aponta o autor:

O moço de boa família, desocupado como convém à ordem escravista, austero como convém ao cavalheiro de figurino vitoriano, melancólico e confuso como convém a esta contradição, já se encontrava nos romances anteriores, onde figura como resultado da observação social. Agora porém, com especial destaque para a combinação de autoridade e irresponsabilidade, os seus desdobramentos adquirem a força generalizadora através da qual a forma, em literatura, faz as vezes de realidade. Do ponto de vista do realismo, Machado tocava terra e transformava um grande ritmo social em elemento de organização literária, além de solucionar o impasse de seus livros anteriores, para os quais não havia encontrado uma fábula aceitável. (SCHWARZ, 2000a, p. 197-198)

O modelo europeu, como vimos, inadequado para a figuração realista de um típico moço rico no Brasil novecentista, pressupõe a dimensão da continuidade, onde se assenta valores e instituições fundamentais para a dinâmica da sociedade burguesa. A ausência dessa continuidade pressupõe o seu oposto, a descontinuidade, o capricho, que está enraizado na prática do arbítrio. Daí o caráter absolutamente contraditório da personalidade de Jorge e a sensação de síntese mal resolvida – pois é exatamente esse o seu mal, que o último Machado conseguiria não resolver, mas fazer troça.

Ora, a forma clássica do romance realista poderia resumir em “grandes projetos de um moço”. A diferença leva longe. Esquemáticamente, no projeto se valoriza a finalidade consciente das ações, que as governa e que elas devem realizar. Ao passo que no capricho ressaltam dinamismos da vontade que são menos propositados, e mais inconscientes. Noutros termos, no projeto a finalidade está no plano aéreo do sentido, e a sua primazia é evidente. [...] A saliência ideológico-formal do capricho – o seu momento mais expressivo em *Iaiá Garcia* é o rápido esquecimento de um amor intenso e de muitos anos – sublinha aspectos que a civilização burguesa, apoiada na regularidade do trabalho, na propriedade privada, na continuidade da pessoa jurídica, no casamento, na ética da responsabilidade, nas finalidades conscientes etc., procura conter e relegar. (SCHWARZ, 2000a, p. 198)

Do ponto de vista literário, também levada a dimensão formal, essa inconsistência (que tem raiz no próprio processo histórico-social, como vimos) cobraria também o seu preço. A descontinuidade da ação inviabiliza a conclusão de qualquer “projeto” (retomando o termo empregado por Schwarz) e a trama do romance, por consequência, perde em homogeneidade. Nem mesmo a comunicação entre as personagens transcorre com normalidade, fazendo, ao contrário, várias concessões à descontinuidade destacada pelo autor. Nessa altura, porém,

segundo Schwarz, Machado ainda não saberia incorporar com a maestria que demonstraria em sua última fase, e as armações contraditórias, figuradas de forma realista e sincera, permanecem sem o devido tratamento crítico.

Nesse sentido, a liberdade individual, pilar do liberalismo burguês, não encontra condições objetivas ou subjetivas para sua realização. Mas é essa aspiração à liberdade individual que é o horizonte para onde se orienta a busca pela dignificação dos dependentes, num malabarismo ideológico realizado por Machado – que posteriormente o abandonaria, constatando a inconsistência desse movimento. Com isso, segundo Schwarz (2000a, p. 210-211), o livro paga um duplo tributo, em detrimento de ambas as partes, ao paternalismo e ao individualismo. Assim, descontinuidade da pessoa, converte-se em interrupção e nada se realiza plenamente (tanto para as personagens e para o romance no geral):

Mais precisamente, observe-se que a descontinuidade está sempre considerada enquanto **frustração** do movimento. Ora, este é o ângulo dos dependentes, que discretamente alimentados de Direitos do Homem vêem nela o resultado da arbitrariedade impune. Seus protetores lhes truncam as aspirações, além de se perderem eles mesmos em caprichos. Daí a conclusão de que nada neste mundo se completa é um passo, dado no plano formal, pela generalização das interrupções. Entretanto, é claro que do ponto de vista de seus protetores a descontinuidade se poderia ver com mais benevolência. Aonde o mal em trocar de amores ou ceder ao capricho? Por que o arbitrário (naturalmente com outra denominação mais simpática) não teria os seus ciclos próprios e completos, as suas satisfações, e ainda assim o seu sentido? Esses ritmos, que serão a especialidade do segundo Machado, por agora não acediam à forma. Tecnicamente, porque o andamento interrompido da narrativa não deixa: o acento na interrupção faz que descontinuidade e amputação do sentido sejam uma e a mesma coisa. Ideologicamente, porque a força analítica e moral está ligada ao ponto de vista dos dependentes, e se inspira do sentimento burguês do indivíduo. Assim digamos que ao nível da matéria a descontinuidade nos havia aparecido por dois prismas, uma vez enquanto imposição sofrida pelos dependentes, outra enquanto folga subjetiva aos ricos. Ao passo que agora, a nível formal, o ponto de vista dos dependentes domina e se absolutiza. [...] A primazia da interrupção transcreve em linguagem formal a frustração dos dependentes (aí a sua componente crítica), mas também a percepção limitada do processo social ligada à fraqueza de sua posição. Implicitamente ela faz da continuidade o critério do sentido, o que de um modo geral é moralismo burguês, e em nosso caso particular é o mesmo que situar o paternalismo, com a sua parte de arbitrário, no domínio do despropositado, além de lhe ocultar a unidade do ciclo (aí a componente acanhada).

Visando ocultar a natureza crua da dinâmica do favor, a pena machadiana trata de conferir roupagem de motivos familiares aos mandos e desmandos, impulsionados pelo arbítrio dos poderosos. A família, então, ocupa função de mediação paternalista essencial, o meio por onde o arbítrio ganha vazão. O resultado é de semi-obscuridade (social), que

Machado evitará em *Iaiá Garcia* e que explorará de forma aberta e irônica nos romances de maturidade. Nos dizeres de Schwarz (2000a, p. 213):

Noutras palavras, em *Iaiá Garcia* as finalidades de toda ordem parecem inaceitáveis enquanto não beneficiam da mediação do motivo familiar, entendida esta na acepção extensa, ligada ao obséquio paternalista. E, inversamente, uma vez que é contrário ao decoro duvidar de tais motivos, estes acobertam finalidades de toda espécie, donde a mescla de baixeza e união, tão característica deste livro, e tão cara ao humorismo do Machado ulterior.

O preço pelo avanço em tratamento realista é o de uma figuração literária enviesada das personagens enquanto indivíduos sociais. Pelo próprio tom adotado, as personagens são tomadas de uma perspectiva artificialmente individual, por consequência da dimensão que pretende ocultar – a dinâmica econômica das classes sociais. Porém, ao evitar o assunto, Machado colocava em evidência justamente a verdade social reinante no período: a praticamente inexistente mobilidade social. A captação desses movimentos mais amplos, segundo Schwarz (2000a, p. 217) só aparece ao leitor por meio dos desdobramentos psicológicos que ocupam no plano simbólico.

Assim, por decoro Machado não trazia ao primeiro plano nem tratava nuamente o movimento das fortunas e das classes sociais. Preferia tratá-las como elemento da imaginação individual, o que anula o movimento objetivo da sociedade, **mas metodiza a consideração de sua existência e eficácia no plano simbólico**. Em consequência, a despeito do propósito panorâmico e das referências históricas, faltam em *Iaiá Garcia* os grandes ritmos da transformação social, cujo contorno só o movimento da propriedade e das classes desenha.

Destaca-se, ainda, de manter as personagens devidamente presas à sua expressão familiar, pois força uma concepção unilateral, estipulando pretensões de caráter elevado e digno “[...] e que são temáticas no **retraimento** das personagens estimáveis, que querem viver longe do inessencial, do anedótico e da baixeza (isto é, longe da vida econômica, política, mundana, e da sexualidade extraconjugal)”. (SCHWARZ, 2000a, p. 216). Essa abordagem literária, que na Europa buscava contrapor as baixeiras de uma vida essencialmente material às grandezas do espírito e às potencialidades imanentes a ele, no nosso cenário local, que não permitia vislumbrar uma emancipação individual nem no âmbito ilusório, não podia deixar de soar postiça. Porém, a ênfase dada à dimensão individual, apesar de agir no sentido de ocultar o movimento social das personagens, avançava numa temática

que muito interessaria ao Modernismo, que é a do exame dos desdobramentos sociais na psiquê dos indivíduos. Segundo Schwarz (2000, p. 217-218),

[...] a inserção social do indivíduo é um fato imaginário tanto quanto prático-material; os apetites nos dois planos podem não conferir, e prestam-se a uma combinatória surpreendente. Na Europa, batizado de liberdade, este aspecto das coisas era valorizado no intuito de esfumar a definição dos interesses materiais, e confortava a direita em seu desprezo pelas necessidades elementares da massa. Mas nem por isto o aspecto deixava de ser real, e é interessante por isso mesmo. Com finalidade apologética, a direita descobria e explorava no processo social a parte das satisfações simbólicas (a noção de ideologia é outra coisa: refere-se às aparências objetivas do processo), que aos materialistas pareciam secundárias, mas cuja importância crítica com os anos só fez crescer. Daí uma intrincada comédia de erros, central para o movimento das ideias modernas, em que acontecia ao partido da apologética fazer crítica e ao partido da crítica social fazer mitologia, e que em literatura se poderia estudar na dialética de Simbolismo e Naturalismo.

Ao ocultar o movimento social real dos indivíduos – assim como sua inserção na dinâmica das classes sociais –, a diferença social não deixava (re)aparecer, agora da óptica da percepção simbólica das personagens. O que Machado, por decoro, buscava com tanto empenho manter oculto, sua pena profundamente realista fazia questão de revelar, ainda que por outros meios e de forma relativamente inesperada. Nas palavras de Schwarz (2000a, p. 219): “Em suma, a diferença social está em toda a parte, mas enquanto elemento dá vida imaginária, cuja contabilidade é governada pelas satisfações da auto-estima, e não pela Economia Política.” E prossegue:

Assim, a riqueza pode ser uma vantagem e uma desvantagem, idem para a pobreza, e a ação não decorre diretamente da posição social. Esta última não se dá jamais em bruto, e sim no interior da imaginação da diferença, na qual ninguém é obrigado a se identificar com a própria posição, sobretudo se ela for inferior. Nada mais razoável que a identificação com o que nos falta, se estamos embaixo, ou a simpatia pelo olhar humilde, que nos reconhece, se estamos em cima, ou o desejo de espantar as nossas amizades, se somos ricos e estamos enfasiados. [...] Noutras palavras, Machado esboçava uma combinatória entre as posições sociais enquanto realidade prática e o campo social enquanto valor imaginário, uma combinatória cuja regra seriam as compensações simbólicas. Nesta perspectiva, a desigualdade social não é só um fator de antagonismo, mas também de coesão, pois a duplicação imaginária põe à disposição do inferior as imaginações da superioridade, que são o consolo de que ele precisa. (SCHWARZ, 2000a, p. 219)

O estilo machadiano, por inusual, complica o próprio movimento da trama, “[...] pois a ação não decorre só da circunstância imediata da personagem, o que seria a maneira mais

desafogada de fabular, mas também e a todo momento da representação que ela se faz dos outros e do todo social.” (SCHWARZ, 2000a, p. 220).

Do ponto de vista da composição literário, o estilo machadiano o colocava em rota de colisão tanto com o Romantismo quanto com o Naturalismo. O caráter racional que guia seu estilo o mantém distante tanto da prosa pitoresca, própria ao Romantismo, quanto à reprodução fotográfica do detalhe, típica do Naturalismo. O que se complica ainda um pouco, pois era tempo de incorporação, por parte da intelectualidade brasileira, das muitas teorias de matriz moderna, que definiriam várias escolas artísticas e literárias – que se pense no materialismo, evolucionismo, positivismo, etc. Sobre essa questão, Schwarz retoma uma passagem de importante estudo de Silvio Romero sobre Machado de Assis, onde o célebre articulista nordestino, indagando-se sobre a necessidade de estudar-se Machado a partir de seu meio, realça que “[...] o seu estudado é de família pobre, mulato, sem educação, cheio de receios, muito mediano e doente do sistema nervoso.” E prossegue Schwarz (2000a, p. 223-224), sobre o estilo machadiano:

Em contraste, Machado se atinha à lógica das situações dadas e dos caracteres. Esta leva a analisar os dados da vida em termos de relação, que são estritamente racionais. Dentro dos limites da respeitabilidade familiar, a que Machado por conveniência se prendia, digamos que em espírito o seu romance continuava o racionalismo literário do século anterior, no que diferia dos contemporâneos mais progressistas, que adotavam o cientificismo espalhafatoso e em boa parte irracionalista da decadência burguesa. O que não os impedia de serem grandes otimistas, ao passo que em Machado o clima de decadência está profundamente presente.

Também é digna de nota, e ajuda a compreender um pouco mais a fundo os pressupostos de Machado, as tensões entre as ideologias paternalista e individualista. A utilização de dois pesos e duas medidas para se referir a situações semelhantes o atestam, trata-se da figuração de Jorge e Procópio Dias. Enquanto o primeiro surge como moço rico, mas de família, Procópio Dias aparece como inescrupuloso e lascivo. Com isso, segundo Schwarz (2000a, p. 225), Machado demarca e “[...] configura o espanto da riqueza tradicional diante da mais nova, eu confronto entre as ideologias paternalista e individualista”. A riqueza que vem de família é sagrada, enquanto aquele que a almeja abertamente, mesmo quando a alcança, é condenado aos olhos atentos da sociedade tradicional. Ainda que, momentos depois, Machado tratava de equipará-los, fazendo desaparecer a distinção que buscava fixar entre eles.

A importância de *Iaiá Garcia* na evolução literária de Machado é a de marcar um ponto de inflexão: somente três anos depois, traria ao mundo as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Evolução esta que, se concordarmos com a observação de Schwarz (2000, p. 228) identifica-se na última página do romance, onde Machado atestaria que “[...] o decoro familiar do paternalismo era falso, a sua oposição à corrupção mundana e ao mundo do dinheiro também, e a sua cooptação não é um processo limpo.” Aprendendo com próprios “erros” (cuja percepção equivocada emanava da própria realidade social, diga-se), o caminho estaria aberto e a desilusão da desilusão seria o cimento social a partir do qual construir-se-ia a fina e profunda ironia machadiana. Como resume-nos Schwarz (2000a, p. 231):

Digamos que Machado tentara analisar o arbitrário paternalista na perspectiva dos dependentes, a fim de livrá-los dele, o que o levava a excluí-lo do bom-tom. Mais tarde, pelo contrário, ele o assumiria inteiramente, como faz aqui o agregado Antunes, para lhe acompanhar e estudar o movimento, e trazê-lo ao primeiro plano, em lugar de o ocultar. É claro que esta nova posição é compreensível somente se o arbitrário não for sentido como humilhação. De fato, Machado completava a sua ascensão social. Em seus romances maduros o arbitrário será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima.

2.4 Brás Cubas como retrato do Brasil

Passado o período de sua “educação sentimental”, Machado pode finalmente alcançar o seu apogeu como escritor – que também coincide com o momento mais elevado da literatura brasileira de então e que se estende até pelo menos o presente ano – com *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em 1881. Superadas as dificuldades oriundas da tentativa de figuração de nosso processo histórico *sui generis*, que se empunham como problema para todos os escritores brasileiros (e possivelmente periféricos, guardadas as devidas especificidades), Machado encontraria uma forma apropriada para figurar de forma verdadeira a essência histórica do processo social brasileiro.

Acompanhando o argumento central defendido por Schwarz, constata-se que, em sua avaliação, Machado alcançara a proeza estética de figurar a própria essência, entendida no sentido mais universal possível, do processo social brasileiro. É como se a construção da obra machadiana operasse a partir da matéria que é o próprio conteúdo profundo da realidade social do país. Assim, a escolha de personagens, o estilo abusado e a ácida ironia do escritor seriam uma forma encontrada para essa transposição estético-literária do processo sócio-histórico de constituição do Brasil.

A linha investigativa perseguida por Schwarz, deriva diretamente de tese desenvolvida por Machado no artigo “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade”, publicado em 1873, em que discute a relação entre local e universal na literatura. Pois, segundo reitera Schwarz, o célebre fluminense afirma que o escritor pode ser “[...] homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo ou no espaço.” (MACHADO apud SCHWARZ, 2000b, p. 9).

É o que se constata também pela pena do escritor e acadêmico José Veríssimo (apud SCHWARZ 2000b, p. 10), que reforça ser possível poder “[...] ser um grande escritor brasileiro, sem falar de índios, de caipiras ou da roça.”, pensando especificamente nas *Memórias Póstumas*. A questão central, que parece submeter os argumentos secundários ao seu crivo, é a de que, independentemente do assunto abordado, “[...] no passado, no futuro, no além ou na Turquia [...]” (SCHWARZ, 2000b, p. 10), estes são sempre encarados e tratados da perspectiva de um brasileiro de sua época – daí o prisma ineliminavelmente nacional a partir do qual se aborda os problemas, por mais universais que sejam ou se pretendam. O estilo machadiano, que impõe grande dificuldade analítica ao crítico que o busca interpretar³¹, responsável pela captação da essência do processo social brasileiro, é resumido por Schwarz (2000b, p. 11) da seguinte forma:

O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita. E com efeito, a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o assunto de primeiro plano. Neste aspecto caberiam comparações com a prosa de Chateaubriand, Henry James, Marcel Proust ou Thomas Mann.

Mais do que um projeto intelectual isolado, a atividade teórica de Schwarz converge com um processo mais amplo em curso no país de reinterpretação das origens sociais do Brasil que visava pensá-lo como nação capitalista, sem com isso desconsiderar suas raízes coloniais. Esse projeto, como vimos, tem como um de seus precursores Caio Prado Jr. e encontra eco entre alguns pensadores e alunos da USP – entre eles o próprio Schwarz – em meados do século passado, como já apontado anteriormente. Nas palavras do autor:

A possível correspondência entre o estilo machadiano e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo, me ocorreu pouco antes de 1964. A ideia traz as preocupações dialéticas daquele

31 Dificuldade comparada por Schwarz àquela enfrentada por Walter Benjamin na interpretação da obra poética – sobretudo de sua obra máxima, *As flores do mal* – de Charles Baudelaire, que prenuncia o conteúdo atual do conteúdo abordado artisticamente.

período, às quais se acrescentou o contravapor do período seguinte. No que diz respeito à interpretação social, o raciocínio depende de argumentos desenvolvidos na Universidade de São Paulo pela geração de meus professores, em especial um grupo que se reunia para estudar *O capital* com vistas à compreensão do Brasil. O grupo chegara à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma **forma perversa de progresso**. Para o historiador da cultura e o crítico de arte em países como o nosso, antiga colônia, a tese tem potencial de estímulo e desprovincialização notáveis, pois permite inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância. (SCHWARZ, 2000b, p. 13, grifo nosso)

A partir dessa vertente teórica (um dos desdobramentos da incorporação “tardia” do marxismo no país, como abordado no *Capítulo 1*), que propõe uma releitura do processo histórico-social brasileiro, Schwarz procedia com um projeto pessoal de releitura da força social do Machado de Assis romancista tendo como base essas mesmas referências mais amplas.

Mas como se processa, então, artisticamente, o monumental movimento crítico de Machado? Seguindo a argumentação do Crítico, nas *Memórias Póstumas*, a chave está na compreensão da dinâmica da volubilidade, mecanismo que, inclusive, já estava presente nas suas primeiras obras. Opera-se, entretanto, entre estas e aquela, uma diferença significativa na velocidade do movimento, que intensifica a força e prolonga o alcance, incorporando-se não somente à trama, mas ao movimento interno da narrativa (SCHWARZ, p. 223).

Abandonadas as ilusões vinculadas às possibilidades edificantes da realidade social brasileira, o movimento assinala um ganho realista no âmbito da captação realista da sociedade. Sobre a questão do momento histórico brasileiro contemporâneo à atuação literária do Machado da segunda fase, Schwarz (2000b, p. 36) realiza o seguinte resumo, destacando os principais acontecimentos para depois vinculá-los à prosa do autor:

É sabido que a emancipação política do Brasil, embora integrasse a transição para a nova ordem do capital, teve caráter conservador. As conquistas liberais da Independência alteravam o processo político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras, mas não chegavam ao complexo sócio-econômico gerado pela exploração colonial, que ficava intacto, como que devendo uma revolução. Noutras palavras o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado. No tocante às ideias caíam em descrédito as justificações que a colonização e o Absolutismo haviam criado, substituídas agora pelas perspectivas oitocentistas do estado nacional, do trabalho livre, da liberdade de expressão, da igualdade perante a lei etc, incompatíveis com as outras, em particular com a dominação pessoal direta. No plano econômico-político firmava-se o

sistema internacional polarizado pela industrialização capitalista, especialmente inglesa, cujo lado liberal pautaria a consciência do século.

Do ponto de vista prático, conforme já observado, os processos de “revolução pelo alto” caracterizaram as grandes transformações atravessadas pelo país. Apesar de movimentos de importância inquestionável, como a Independência (ou, posteriormente, a Proclamação da República), sem perder o caráter essencialmente conservador, ter se dado muito em função da influência de ideias estrangeiras, a estruturação social e econômica do país manteve-se insensível à totalidade das implicações das ideias com as quais flertava.

É como se o nosso processo histórico, periférico e baseado na escravidão até então, convertido em contemporâneo pela inserção do país e de suas elites no mercado capitalista internacional, ganhasse uma condição de relevância repentina. Prosseguindo na perseguição na argumentação de Schwarz (2000b, p. 37-38):

A mão-de-obra culturalmente segregada e sem acesso às liberdades do tempo deixava portanto de ser uma sobrevivência passageira, para fazer parte estrutural do país livre, a mesmo título que o parlamento, a constituição, o patriotismo revolucionário etc, igualmente indispensáveis. Seria, do ângulo prático, uma necessidade **contemporânea**; do ângulo afetivo, uma presença **tradicional**, e do ângulo ideológico, uma abjeção **arcaica** — atributos contraditórios mas verdadeiros à luz da experiência histórica da camada dominante.

Já no plano das ideias, é claro que alguma coisa precisaria ser dita em relação ao liberalismo, que embasava o ideário e, também, as práticas europeias na sua ofensiva contra o privilégio nobiliárquico e na ascensão da sociedade capitalista. Ocorre que no Brasil dos Oitocentos (à exceção de sua última década) preponderava o trabalho escravo, o que exclui por princípio os princípios da Liberdade e da Igualdade, fundamentais ao ideário liberal.

Daí um funcionamento especial, sem compromisso com as obrigações cognitiva e crítica do Liberalismo, o que abala a credibilidade deste último e lhe imprime, a par da feição esclarecida, um quê **gratuito, incongruente e iníquo**. (SCHWARZ, 2000b, p. 38)

Retomando a célebre indicação de Marx, desenvolvida no Cap. 25 do Livro 1 d’*O Capital*, de que a colônia revela o segredo da metrópole, o Crítico indica que o descortinamento do emaranhado ideológico brasileiro, mais complexo que o europeu por incorporá-lo e, adicionalmente, elaborar uma versão própria, ajustada aos interesses e determinações locais, permitiu à prosa machadiana pintar um quadro mais avançado e revelar

uma verdade mais profunda que aquela acessível às mentes pensantes do Velho Mundo³². Nas palavras de Schwarz (2000b, p. 39-40):

Contrariamente ao que as aparências de atraso fazem supor, a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles, de cuja **atualidade** as condutas disparatadas de nossa classe dominante são parte tão legítima e expressiva quanto o decoro vitoriano. Isso posto, digamos que o Brasil se abria ao comércio das nações e virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais que se estavam tornando a execração do mundo civilizado. [...] Em resumo, o país constituía-se numa formação *sui generis*, com questões práticas e ideológico-morais próprias, de imensa relevância, nas quais a atualidade mundial expunha alguns de seus segredos e se podia problematizar por sua vez.

O recurso literário a partir do qual Machado realiza esse movimento crítico é a incorporação de “[...] **um narrador voluntariamente inoportuno e sem credibilidade** [...]”, que produz um vai-e-vém que troça com a figura do cavalheiro moderno, tipicamente burguês e amigo dos bons-costumes: “É como se a conduta ilustrada fosse credora de respeitosa consideração, tanto quanto de escárnio, e funcionasse ora como norma indispensável, ora como trambolho – complementaridade que delineia um modo de ser.” (SCHWARZ, 2000b, p. 19-20)

Por trás dessa ousada manobra literária está um recurso que comporia uma das bases da literatura modernista posterior: o questionamento sobre a artificialidade e pretensão ilusionismo típico da literatura realista do XIX.³³ Outro grande avanço, que se vincula indiretamente à liberdade alcançada pela escrita machadiana em função do rompimento com a convenção realista, é a tematização direta, não mediatizada, das disciplinas do saber. Essa tematização, acresce-se, é essencial para reforçar o despropósito vinculado à volubilidade do narrador. Explorando melhor a questão, Schwarz (2000b, p. 30) faz a seguinte consideração:

Há um elemento de complacência nesta disposição mudadiça, bem como no virtuosismo retórico de que ela depende para se realizar. São viravoltas sobre viravoltas, que invariavelmente se acompanham de uma satisfação de amor-

32 “O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.” (MARX, 2013 p. 1027)

33 É de Adorno (2001, p. 60-61) uma das caracterizações mais clássicas sobre a questão; em suas palavras: “Isso [a violação da forma] ocorre de modo mais evidente na fase tardia [de Thomas Mann] o escritor, brincando com um motivo romântico, reconhece, pelo comportamento da linguagem, o caráter de ‘palco italiano’ da narrativa, a irrealidade da ilusão, devolvendo assim à obra de arte, nos seus próprios termos, aquele caráter de brincadeira elevada que ela possuía antes de se meter a representar, com a ingenuidade da não-ingenuidade, a aparência como algo rigorosamente verdadeiro.”

próprio para o narrador, de cuja superioridade elas por assim dizer dão prova. Brás, como um seu coleguinha de infância que só brincava de rei, ministro ou general, aspira a “uma supremacia, qualquer que fosse”³⁴, expressão que designa bem a experiência que o andamento da narrativa persegue e trata de renovar a todo instante. O instrumento são as mudanças bruscas a que nos referimos, onde por definição e caso a caso algo se rompe, em conteúdo ou forma, e o capricho despótico do narrador-personagem se impõe. A cada inconstância o último se subtrai, dá um quinau no público e pela enésima vez se afirma espirituoso, além de vencedor. O caráter forçado deste humorismo salta aos olhos e terá vexado muitos leitores. Entretanto, o curso do livro não só o resgata, como o valoriza ao extremo: trata-se da acentuação deliberada – beirando o didático – de aspectos autoritários e perversos da volubilidade que tentamos caracterizar.

Porém, para que a volubilidade ganhe proporções adequadas e possa servir como eixo ideológico central do livro, a incorporação dos referidos temas do pensamento faz-se necessária. Pois, somente por meio do escândalo gerado pela incorporação e descarte de ideias e teorias respeitadas é que o movimento se completa e a intenção de Machado se concretiza. Como observa Schwarz (2000b, p. 32-33):

Noutras palavras, um show de cultura geral caricata, uma espécie de universalidade de pacotilha, na melhor tradição pátria, em que o capricho de Brás Cubas toma como província a experiência global da humanidade e se absolutiza. **Já não se trata de uma disposição passageira, psicológica ou estilística, mas de um princípio rigoroso, sobreposto a tudo, e que portanto se expõe e se pode apreciar em toda linha.** Esta universalização assenta o eixo que dá potência ideológica às *Memórias*.

Ao lançar uma série de raciocínios e elaborações, para na sequência descartá-las, o movimento interrompido faz deslocar o fluxo narrativo para a dimensão subjetiva do narrador (podendo ainda estender-se, por identificação, ao próprio leitor) que, naturalmente, é o polo irradiador do arbítrio que o ritmo narrativo tende a fixar e expressar. Esse movimento narrativo, expresso pela noção de volubilidade, é em si mesmo uma manifestação do capricho, que é uma forma de ser do arbítrio que se vincula às classes dominantes do período. Sobre a narrativa machadiana, processada sob o ritmo do arbítrio:

Em suma, trata-se de um andamento sem núcleo dramático, mas repleto, ainda assim, de necessidades de percurso, já que **todos** os seus momentos estão sob o império do capricho, das personagens tanto quanto do narrador. Uma estranha conjunção, em que a vida é cheia de satisfações, e vazia de sentido; em que a lógica dos momentos, curta e monótona como o próprio capricho, sempre repetido, sublinha o caráter aleatório do conjunto; em que o ânimo vital da mediocridade é grande. Combinam-se linhas que a justiça poética não admite ver juntas e cuja desarmonia, agressivamente

34 Noção já expressa por Machado no conto “Teoria do Medalhão”.

insatisfatória, está no centro da arte moderna. De golpe nos expomos à hipótese dissonante — e ateia — da vida que pode não ter sentido. **A beleza destes efeitos é essencialmente anticonvencional.** (SCHWARZ, 2000b, p. 67)

Muito do humor e da crítica social implícita no estilo da escrita machadiana se deve, também, ao universalismo abstrato que pressupõe, que não se cansa ou incomoda em fazer considerações sobre o homem “em geral”. O conteúdo conservador dessas observações é, naturalmente, conservador, mas, proferido da perspectiva do narrador, que encarna e expressa uma vertente social particularmente retrógrada de nossa sociedade, beneficia-se do teor de crítica social, explorado em chave humorística: “Diante da desigualdade social, o argumento universalista é ele mesmo posto à prova, fazendo papel de escandalosa desconversa, tanto mais interessante quanto o seu ânimo é esclarecido.” (SCHWARZ, 2000b, p. 68-69)

O emaranhado ideológico a que nos referimos e que forma a base a partir da qual se apoia o livro, deriva de uma mescla entre “[...] escravidão e clientelismo, acompanhadas porém pela sombra – determinante – da norma burguesa oitocentista”. A contradição entre essa dupla filiação não cessa e esse incessante jogo de idas e vindas é expresso pelo próprio ritmo do livro, governado pelo narrador já enunciado. Nas palavras de Schwarz (2000b, p. 70):

No livro como fora dele, a forma peculiar tomada pela vida do espírito expressava o desconforto e o deleite de participar da vida moderna sem renunciar aos benefícios da iniquidade, isto é, sem pagar tributo ao preceito da igualdade formal entre os homens.

Somada a isso, conferindo maior profundidade e chão histórico ao referido emaranhado ideológico, está aquilo que Schwarz identifica como “ideologia familista”, caracterizada pelo sistema de parentesco tipicamente brasileiro, que engloba e subordina os indivíduos à lógica do decoro, como que garantindo *a priori* a absolvição da elite patriarcal pelas suas práticas arbitrárias. Conforme observa o Crítico:

Ao lado da norma liberal e com presença tão sistematizada quanto a dela, há aqui uma ideologia familista, calcada na parentela de tipo brasileiro, com seu sistema de obrigações filiais e paternas abarcando escravos, dependentes, compadres, afilhados e aliados, além dos parentes. Esta ideologia empresta familiaridade e decoro patriarcal ao conúbio difícil de relações escravistas, clientelistas e burguesas. A condenação liberal da sociedade brasileira, estridente e inócua, soma-se a sua justificação pela piedade do vínculo familiar, cuja hipocrisia é outra especialidade machadiana. Condenação e justificação contribuem igualmente para o concerto de vozes inaceitáveis em que consiste este romance. (SCHWARZ, 2000b, p. 70)

Ao relevo narrativo das *Memórias póstumas* soma-se ainda a reveladora apreciação do narrador Brás Cubas sobre as personagens pobres. Os casos mais emblemáticos, destacados por Schwarz, são os de Eugênia, D. Plácida e Prudêncio. Tomando o exemplo de Eugênia, notemos que a pretendente, inicialmente vista como socialmente inferior a Brás, poderia, se ele quisesse – reforçando a dimensão aleatória vinculada ao arbítrio –, ser feita sua esposa, posto ser Eugênia a única “personagem direita” do livro. Mas, governado pelo humor da ocasião, Brás decide-se por afastar a ideia. Ainda por cima, Brás percebe que a moça possui um defeito físico, uma diferença entre o tamanho das pernas, era “coxa”. Mas, conforme observa o Crítico, é só posteriormente à decisão já formada que Brás nota o detalhe, de modo que a diferença **natural** vem para reforçar a diferença **social** – esta, sim, determinante – entre ambos. No ápice de tensão do desenvolvimento do argumento, o narrador volta-se contra o leitor, o que funciona como mecanismo de fazê-lo compartilhar, ainda que por um instante, a humilhação a que estavam submetidos constantemente os homens e mulheres livres do país. Nas palavras de Schwarz (2000b, p. 94): “Assim, a exorcização do sentimentalismo liberal e o chamado à realidade do privilégio completam-se na passagem às vias de fato contra o leitor, obrigado a sentir na própria pele o aspecto ultrajante da volubilidade narrativa e da forma de poder que lhe serve de mola.”

Reforçando que a relação entre a elite dominante e o cidadão mediano – homens e mulheres livres – dada a insuficiência do mercado livre de sustentar-se pelas próprias pernas, era pautada pelo arbítrio, estando as garantias de uma vida digna a esses indivíduos submetidas à vontade pessoal da referida elite. Num registro provocativo e revelador, Schwarz (2000b, p. 102) argumenta que, no caso de Brás e Eugênia, o problema “[...] não estava no casamento desigual, admissível desde que reafirme o domínio dos proprietários. Inadmissíveis são a dignidade e o direito dos pobres, que restringiriam o campo à arbitrariedade dos homens de bem.”

Acresce-se ainda, no caso das personagens pobres, a impossibilidade de D. Plácida de alcançar satisfação por meio do trabalho³⁵ – possibilidade que era um fenômeno social mais

35 Sobre a questão, Sérgio Paulo Rouanet (1993, p. 310-311) faz a seguinte observação complementar: “Ela trabalha para ganhar dinheiro – faz doces, costura, ensina às crianças. É a esfera do trabalho livre. Mas como esses esforços não bastam, ela se agrega a uma família de posses – é a esfera clientelística. Brás não tem nenhuma estima pelo trabalho de Dona Plácida, que ele vê com olhos de oligarca, e a menospreza enquanto burguês, pois ela é obrigada a humilhar-se diante do protetor, transformando-se em alcoviteira. Brás passa de um registro a outro, impávido, desdenhando o esforço e condenando a subserviência, beneficiando-se dos dois. Com sinal contrário, a mesma oscilação ocorre do ponto de vista de dona Plácida, que perde nos dois registros, não se beneficiando nem da dignidade inerente ao trabalho honrado, segundo a ética burguesa, nem do ócio que o escravismo dava aos não-escravos.”

amplo e do escravo Prudêncio, que consegue sua liberdade para posteriormente ser visto por Brás maltratando um escravo de sua propriedade, propagando o ciclo de violência e humilhação iniciado pela personagem-narrador ainda na sua infância. Com isso, observa Schwarz (2000b, p. 107) sobre a camada pobre que comparece ao romance que “[...] a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste, uma fórmula, aliás, do abjeto humor de classe praticado por Brás e exposto por Machado de Assis.”

Retomando rica indicação desenvolvida por Lúcia Miguel-Pereira, o Crítico indica que a superioridade de Machado em relação aos seus contemporâneos se dá pelo fato do escritor fluminense ter buscado captar o ritmo da vida política e social brasileira e não tentado seguir o receituário do Realismo/Naturalismo, que recomendava a busca pelo elemento artisticamente típico – e que produziu frutos muito positivos em outros momentos e locais históricos.

Reforçando o tom ácido da crítica machadiana, Schwarz retoma o episódio em que Brás e seu primo, Cotrim, conversam como que expondo sua cumplicidade diante do estado das coisas no país. Ciente de que o primo açoitava os escravos por puro sadismo, Brás busca relativizar as implicações morais do ato, justificados pela dureza inerente ao ofício de traficante de escravos e por ser o primo um respeitável homem de negócios e de família. A retórica que se desenvolve buscando racionalizar as atitudes do primo exemplifica o movimento do narrador conforme exposto pelo Crítico: a mobilização de argumentos com o propósito de justificação do injustificável. Em suas palavras:

Quanto à malícia narrativa, observe-se que o suplício dos escravos comparece a título secundário, um detalhe entre outros, no curso de uma argumentação formalmente muito civilizada, que visa convencer das virtudes vitorianas do Cotrim. Daí o efeito de bomba, já que escravidão e açoite figuram entre as abominações da ideologia cujas marcas exteriores os cunhados ostentam e a cujo prestígio aspiram. (SCHWARZ, 2000b, p. 124)

Há que se destacar a sagacidade de Machado ao elaborar o Humanitismo, uma espécie de sátira ao positivismo de Comte, mas que se pode aplicar, em chave irônica e crítica, às doutrinas do XIX em geral. Exemplificando o alcance analítico do referido sistema filosófico, acompanhemos a forma como Machado, pela voz de Quincas Borba no romance homônimo:

— Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência

da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

— Mas a opinião do exterminado?

— Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias. (ASSIS, 2017)

Apesar do polido palavreado, Quincas Borba não é necessariamente um exemplo manifesto da aplicação da própria teoria. Em oposição ao apregoador, o amigo de infância de Brás, apesar de ter vivenciado extremos, da vida de luxo à mendicância, nunca ascendeu socialmente em função de esforços ou mérito próprio. Ao incorporar em chave satírico o linguajar – senão a substância – do discurso científico-filosófico do XIX, Machado operava uma profunda crítica e revelava a pseudo-universalidade da retórica do Ocidente. Com a vantagem de, em chave mais localista e menos universal – ainda que igualmente válida e nem por isso diminuída –, expressar a situação ideológica específica da classe dominante brasileira. Nos dizeres de Schwarz (2000b, p. 166):

Seu discípulo Brás Cubas, cuja fortuna fora acumulada pelo bisavô, tampouco trabalha. Assim, uma vez que a sociedade assentada sobre a escravidão é comparativamente estática, o princípio da competição universal fica privado de significação dinâmica, e passa a expressar algo menos portentoso, da ordem da coincidência de todos na picuinha e no ciúme. Nem por isso as ideias humanistas deixavam de ter função: atestavam a tintura moderna — filosófica e científica — de dois figurões; davam justificativa ilustrada à indiferença dos ricos pelo destino de seus dependentes, indiferença que à luz de orientações mais tradicionais pareceria indecorosa; e explicavam por fim o caráter necessário e legítimo da exploração colonial e de suas sequelas presentes.

Schwarz esboça uma dimensão artística (que, por sua vez, reflete uma problemática social) que se difundiria com o Modernismo, mas que acredita já ser possível detectar no

estilo machadiano: trata-se da ofensiva contra a pretensão da realidade da literatura, típica do Modernismo. Para os escritores vinculados a esse movimento artístico, trata-se de denunciar o caráter de “palco italiano” da literatura, retomando a expressão de Adorno e, revelando a literatura como tal, desprender-se dos formalismos supérfluos e concentrar-se na crítica profunda da realidade social.

Seguindo a argumentação de Dolf Oehler³⁶, que embasa a visão do Crítico, as revoluções de 1848 forçam uma alteração no paradigma burguês. Conforme apontado por Marx, impõe-se aos burgueses em seu conjunto o reconhecimento – ainda que nem sempre explícito – do particularismo inerente aos seus ideais pretensamente universais. Nas palavras de Schwarz (2000b, p. 178-179):

Do ponto de vista da consciência popular, bem como da autoconsciência dos triunfadores, a experiência dos massacres de junho tem valor de revelação histórica. Mostram os adversários um ao outro e a si mesmos no interior do vínculo de opressão e exploração, produzindo uma intimidade rancorosa, cheia de reservas mentais, sempre à beira do recurso à força e estrangeira a toda legitimidade. A normalidade burguesa e com ela o conjunto da linguagem contemporânea passavam a viver o estado de sítio: impregnavam-se de acepções inimigas, produzidas pelo antagonismo social, as oficiais de um lado, de outro as vencidas e semiclandestinas. Uma discrepância aguda, na qual se reflitam, como um sarcasmo objetivo, a experiência histórica recente e o ódio próprio à guerra de classes.

A conhecida fórmula de Flaubert (apud Schwarz, 2000b, p. 183), do ideal da objetividade pura, traduzida na ideia de uma literatura “sobre nada”, projeta uma linha possível de tratamento da questão³⁷. A solução machadiana, como sabemos, adota outra

36 Argumentação desenvolvida nos livros *Quadros parisienses: estética antiburguesa 1830-1848* (1997) e *O velho mundo desce ao inferno* (1999), que ganharam tradução para o português posteriormente ao período de redação de *Um mestre na periferia do capitalismo*. Schwarz (1991, p. 63-64) sintetiza a proposta teórica de Oehler nos seguintes termos: “Há um crítico alemão chamado Dolf Oehler, um discípulo do Walter Benjamin, que atribuiu uma guinada do mesmo tipo a 68 — a maio de 68. O fato é que ele, o Oehler, está desenterrando a presença dos massacres de junho de 48 na poesia de Baudelaire, e está virando de cabeça para baixo a interpretação do poeta — coisa que o Walter Benjamin tinha adivinhado e tinha proposto, mas não tinha desenvolvido. O que esse rapaz está fazendo é realmente sensacional. Então você tem uma coisa estranha. O recurso do Baudelaire é o mesmo do Machado: ao invés de você falar em nome próprio, com lirismo ou reflexões sinceras, você identifica o seu ‘eu lírico’ com o lado mais abjeto da classe dominante. Você faz, por assim dizer, exercícios de abjeção, exercícios de formulação abjeta. É claro que a cupinchada de Baudelaire devia saber disso, rir em ‘petit comité’. Mas esse tipo de satanismo não vingou, sumiu, e o fato é que depois prevaleceu um sentimento da vida e da literatura que fez com que essa intenção, que está lá, energicamente, tenha submergido e tenha desaparecido, e esteja reaparecendo para a crítica só agora. Nesse sentido, isso que aconteceu com dois dos maiores escritores do Ocidente, com Baudelaire e Flaubert, numa certa medida aconteceu também com o Machado. O que faz duvidar de uma dinâmica só brasileira.”

37 Outras indicações elencadas por Schwarz (2000b, p. 179-180): “Para enfrentar o primado da desinteligência social, horizonte epistemológico novo, que dificultava o papel do narrador e lhe tornava problemática a desenvoltura opinativa, os romancistas mais consequentes trataram de inventar soluções técnicas a que não se pudesse objetar parcialidade. Fazem parte do quadro o esforço metódico da impessoalidade (Flaubert), a tentativa de dar padrão científico à ficção (Zola), o reconhecimento dos problemas ligados ao ponto de vista (Henry James), a utilização demonstrativa da primeira pessoa do singular — o prisma espontâneo por

abordagem, cujos caprichos “[...] deliberadamente reificam a liberdade narrativa e a subordinam ao sistema de constrangimentos que rebaixa o seu mundo narrado, ao qual aquela pseudoliberdade se integra como a manifestação mais característica de todas.” (SCHWARZ, 2000b, p. 184)

A partir do tratamento diferencial dado por Machado aos problemas sociais de seu tempo, abre-se a possibilidade de abordar, a partir do contexto local, problemas mais universais inerentes ao funcionamento do sistema burguês tornado mundial. A solução local específica e conseqüente armação do problema é posto por Schwarz (2000b, p. 185) da seguinte forma:

A enumeração destes paradoxos e ajustamentos históricos ilustra a complexidade do trabalho literário realizado nas *Memórias*. Machado de Assis pormenorizava e apurava a dimensão não-burguesa da existência burguesa no Brasil, e a estendia ao âmbito da convenção artística, na forma generalizadora da transgressão. [...] Em consequência, escravismo e clientelismo não são fixados apenas pelo lado óbvio, do atraso, mas também pelo lado perturbador e mais substantivo de sua afinidade com a tendência nova.

Aos achados e avanços da literatura machadiana somam-se ainda a confusão causada em seus contemporâneos, intimidados diante do dilema de saberem como classificá-lo. O que, talvez, segundo Schwarz (2000b, p. 189-190) tenha, inclusive, tornado o alcance imediato do texto prejudicado – é como se, seguindo essa linha interpretativa, Machado tivesse escrito para seus concidadãos não-contemporâneos:

Ao colocar na posição de sujeito narrativo o tipo social de Brás Cubas — o verdadeiro alvo da sátira — Machado tomava um rumo perverso e desnorteante. Camuflada pela primeira pessoa do singular, que a ninguém ocorreria usar em prejuízo próprio e com propósito infamante, a imitação ferina dos comportamentos da elite criava um quadro de alta mistificação: cabe ao leitor descobrir que não está diante de um exemplo de auto-exame e requintada franqueza, mas de uma denúncia devastadora. A julgar pelas reações da crítica, o disfarce prevaleceu quase inteiramente, o que não invalida a leitura social, embora faça refletir sobre a eficácia de uma forma tão enganosa.

Em chave irônica, seguindo a argumentação de Schwarz (2000b, p. 193), pode-se considerar o resultado do colossal esforço artístico de Machado como uma espécie de “desprovinvianização” ideológica do país pela “via da volubilidade”, das “associações

excelência – a em espírito de exposição dela mesma, como se a pessoa fosse a terceira (Dostoiévski nas *Memórias do subsolo*).”

mentais arbitrárias de um brasileiro culto”, “[...] que vê tudo em tudo, Aristóteles aqui, Santo Agostinho e Gregorovius ali, é a caricatura machadiana daquela situação, ou ainda, a fixação de um seu aspecto apalhaçado que dura até hoje.”

Para além da inegável dívida de Machado com o romance inglês do período anterior – sobretudo Sterne –, destaca-se a forma particular como o escritor fluminense soube construir sua crítica social de forma original e corrosiva. Menos importante que a trama do livro, assumidamente secundária, é o ritmo imposto pelo narrador, que a tudo e todos submete ao seu capricho:

[...] confrontada à exigência burguesa e oitocentista de constância, objetividade e razão, a volubilidade, que é a forma na qual a consciência comparece neste livro, é pejorativamente o não-ser; e quando confrontada ao sistema das relações sociais brasileiras, onde o arbítrio pessoal é um fato de estrutura, com alcance prático, a mesma volubilidade aparece como força substantiva, impossível de contornar. (SCHWARZ, 2000b, p. 210)

Sumarizando o movimento realizado por Machado, Schwarz (2000b, p. 214) defende que, apesar de não ter inventado a técnica do narrador volúvel, é mérito dele ter sabido utilizá-lo de modo a revelar a estrutura profunda da sociedade brasileira: “Uma intuição decisiva lhe disse que o humorismo autocomplacente de Sterne se podia adaptar ao universo da dominação de classe brasileira, que ficava transposto de maneira elegante, impiedosa, rica em referências cardeais.”

Retomando a indicação da originalidade e alcance das *Memórias póstumas*, esta obra foi aquela que melhor soube expressar não somente o movimento mesmo da realidade social brasileira, a partir da óptica de nossa elite, mas também o contexto mais amplo, potencializado pela expansão progressiva do capitalismo e sua conversão em sistema planetário, por meio da... satirização localista do empolado palavreado burguês, que já nas últimas décadas do XIX demonstrava sua limitação enquanto movimento potencialmente universalista, convertendo-se na forma ideológica predominante e essencial para a manutenção do domínio burguês. Nos dizeres de Schwarz (2000b, p. 217):

Noutras palavras, a parcimônia machadiana no uso da cor local, que a crítica às vezes assinala como um avanço em direção dos problemas do Homem sem mais, é um passo da pitoresquização, ou melhor, da relativização do próprio universalismo burguês, cujas altas presunções contemporâneas tinham aqui — e nos demais países da periferia do Capital — uma de suas horas da verdade.

3. MODERNIZAÇÃO CONVERSADORA E LITERATURA EM CARLOS NELSON COUTINHO

Como destaca Leandro Konder, se Carlos Nelson Coutinho não foi o primeiro intelectual a se valer das ideias de Lukács no Brasil – antes dele, fora pensadores estrangeiros que aqui se estabeleciam fugidos das guerras na Europa, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, já haviam se valido das ideias do filósofo húngaro (CHACON, 1992) –, teve ao menos o mérito de ser o primeiro a valer-se extensivamente de suas concepções teórico-literárias. Nas palavras de Konder (1991, p. 118):

Contudo, não creio que possa haver dúvida quanto ao pioneirismo de Carlos Nelson Coutinho na assimilação do **método** de Lukács. Carlos Nelson, foi, de fato, o primeiro **lukacsiano** brasileiro. Quer dizer: foi o primeiro a se servir do instrumental conceitual lukacsiano em seu conjunto, extraindo proveito da **coerência interna** da filosofia do pensador húngaro, de sua maneira de abordar as relações da literatura com a sociedade.

Tal fato pode ser comprovado pela leitura de seus escritos dedicados a Lima Barreto e Graciliano Ramos, em que não só trata os autores anunciados, como refaz – ainda que sem dar um tratamento tão sistemático como a tarefa demandaria –, ainda que em linhas gerais e de forma meramente indicativa, todo percurso de desenvolvimento imanente da literatura brasileira de forma crítica e inovadora – o que justifica nosso interesse por sua produção intelectual.

Na sequência, abordaremos textos de Coutinho que tratam especificamente de autores e obras da literatura brasileira: o texto sobre Graciliano Ramos, de 1965, aquele sobre Policarpo Quaresma, de 1974 e outro, breve e mais recente, sobre Jorge Amado, de 1992. Apesar de concentrar suas análises nesses três autores, conforme já dito, Coutinho não se eximiu da tarefa de apontar caminhos para uma possível síntese da literatura brasileira. Nesse sentido, são recorrentes suas referências a outros escritores, sobretudo aqueles que desempenharam papel central em nossa literatura (como são os casos de Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Castro Alves, etc.).

A outra grande contribuição de Coutinho ao campo da teoria e história da literatura, a nosso ver, foi sua reavaliação, a partir do próprio método lukacsiano, de escritores centrais do modernismo. Lembremos que Lukács foi muito duro em suas avaliações do modernismo e a reinterpretção de Coutinho, realizada com grande minúcia em *Lukács, Proust e Kafka* (2005), lança nova luz sobre as relações entre a teoria lukacsiana e o modernismo artístico.

Essa questão, porém, será discutida mais adiante.

Trataremos neste capítulo, como o leitor poderá observar, dos textos não na ordem cronológica de sua redação, mas antes na perspectiva cronológica dos escritores envolvidos, buscando traçar, a partir dos textos de Coutinho, um panorama histórico geral da literatura brasileira, segundo a proposta interpretativa por ele formulada. Buscaremos, portanto, acompanhar o desenvolvimento da literatura, de acordo com a teorização de Carlos Nelson Coutinho que, a partir das ideias e concepções de Lukács, formula uma interpretação original da literatura e do processo histórico do país, que pode ser observada em textos dedicados a Lima Barreto e a Graciliano Ramos

3.1 Problemas da modernização conservadora

Para Coutinho, o caminho específico por meio do qual o Brasil buscou alcançar desenvolvimento social foi aquele em que atraso e progresso caminham juntos, uma via “não-clássica” de desenvolvimento capitalista. Mas em quê consistiria essa via “não-clássica” de desenvolvimento para o capitalismo? No texto sobre Lima Barreto, escrito em 1972, Coutinho relata com precisão os efeitos negativos da perversa forma não-clássica –, que o pensador baiano designa com o conceito leniniano de “via prussiana”, ou o gramsciano de “revolução passiva” – de desenvolvimento ocorrida no Brasil, e seus efeitos em nossa intelectualidade.³⁸

Lenin, portanto, assim como Lukács, igualmente valer-se-iam do termo que, segundo Coutinho, muito se assemelha ao conceito de “revolução passiva”, formulado por Antonio Gramsci – para designar os caminhos russo e húngaro, respectivamente, para o capitalismo. Apesar das semelhanças estruturais, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e nos países de capitalismo retardatário (dos referidos casos de Alemanha, Itália e Hungria, entre outros) são distintos, mas a comparação é válida por fornecer elementos para pensarmos a evolução da sociedade brasileira, desde suas origens aos seus principais momentos históricos. O que liga todos esses momentos, é a conciliação entre o velho e o novo, que se sintetiza pelo conceito de “modernização conservadora” (ou “pelo alto”), com o intuito de impossibilitar o surgimento e fortalecimento de uma classe progressista e

38 José Paulo Netto (2012, p. 81), em recente texto dedicado à análise do pensamento de Coutinho, divide a obra do pensador baiano em três níveis: o primeiro consiste numa abordagem publicística de determinado pensador, um segundo em que se dedica à crítica filosófica e literária e um terceiro, donde se destaca uma reflexão original sobre o Brasil. Essa concepção, que ganharia formulação mais profunda ao longo de sua atividade intelectual, culminaria, portanto, em “[...] sua interpretação do Brasil – que, a meu juízo, constitui mesmo uma **teoria do Brasil contemporâneo**.”

democrática.

O caminho específico através do qual o Brasil buscou alcançar o desenvolvimento social, para Coutinho, foi aquele em que atraso e progresso caminharam juntos. O referido caminho, portanto, guarda semelhanças com aquele do desenvolvimento de países como a Alemanha, cujo processo sócio-histórico Marx e Engels denominariam de “miséria alemã”, e também “via prussiana”³⁹, termo de que Lenin, seguido por Lukács, também se valeria para designar os caminhos russo e húngaro, respectivamente, ao desenvolvimento capitalista (e que, segundo Coutinho, muito se assemelha ao conceito de “revolução passiva”, formulado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci). Acresce que a formulação lukacsiana, ao contrário daquela pensada por Lenin, prevê os impactos ideológicos das determinações econômicas (com isso não queremos insinuar que Lenin não tenha pensado nessa dimensão, mas somente que ela não comparece explicitamente em suas análises).

Recorrendo a Lenin (1980, p. 63), pode-se observar que, para o pensador e revolucionário russo uma chave bastante rica e sugestiva para a compreensão do desenvolvimento sócio-histórico de países “atrasados” é a inquirição sobre as condições de resolução da questão agrária: “O próprio capitalismo **cria** para si as formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse de terra [...]” Na Inglaterra, onde se deu o processo em sua forma clássica, a transformação foi revolucionária e violenta, que só foi, ainda segundo Lenin, “[...] empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercida sobre as massas camponesas, que foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, desalojadas, que se foram extinguindo ou emigraram.”

No caso alemão, onde não se observou um desenrolar de tal natureza, a postergação da resolução da questão agrária determinou o processo de industrialização tardio, o que contribuiu para a manutenção tardia do grande latifúndio que, por sua vez, agia no sentido de retardar o referido processo, criando um circuito fechado de retroalimentação, em que a aliança entre o tradicional e o moderno constitui-se como marca característica. Na Alemanha, “[...] a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se [...] à tradição, às propriedades feudais, que foram se transformando lentamente em fazenda de *Junkers*.” (LENIN, 1980, p. 63).

Também Lukács, quando precisou se remeter às condições de desenvolvimento social e/ou ideológico da Alemanha, recorreu à categoria “via prussiana”, utilizando-a de forma

39 “Mas as formas desse desenvolvimento [burguês] podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. [...] A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamariamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano.” (LENIN, 1980, p. 29-30)

ampliada, propondo sua validade teórica também para a realidade de seu país natal, a Hungria. Carlos Nelson Coutinho apoia-se na teorização leniniana, via Lukács (ou seja, já em sua acepção mais ampla) para explicar a forma específica de modernização capitalista experimentada no Brasil, conjugando, portanto, a categoria de “via prussiana” com a de “revolução passiva”.

A categoria gramsciana pretende dar conta do processo, análogo ao vivenciado no caso italiano no *Risorgimento*, da ação reformista “pelo alto”, visando aplicações pontuais de medidas na direção do capitalismo, impedindo que ocorram processos e movimentos tipicamente populares, ou “jacobinos”, como ocorrido na França (cujo processo revolucionário serve de modelo máximo para tal designação). Assim se configurou a aliança entre os setores moderados, justamente com o objetivo central de evitar que se estabelecesse um processo popular; nas palavras de Gramsci (2002, p. 63): “[...] a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’.” É dessa noção gramsciana que Coutinho se apropria, conjugando com aquela outra de Lenin, visando explicar a realidade social local. Nas palavras do pensador baiano:

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de “via prussiana” e Gramsci designou como “revolução passiva”. Em vez das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa”, a alteração social se fez aqui mediante conciliações entre o velho e o novo; ou seja, se consideramos o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto”, que excluiu inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 2011, p. 91)⁴⁰

A lógica é de fazer-se as reformas necessárias antes que elas se tornem uma demanda efetiva das camadas populares, visando com isso o desfavorecimento de qualquer possibilidade de organização popular, que consigo traria uma participação mais ativa e vigilante; como resultado, o que ocorre é uma evidente ruptura entre povo e nação, e a falsa

40 Num texto mais recente, de 1992, Coutinho reafirmaria a mesma ideia em outras palavras: “Valendo-se de uma terminologia diferenciada – ‘via prussiana’, ‘revolução passiva’, ‘contrarrevolução permanente’, ‘modernização conservadora’ –, parte significativa do pensamento social brasileiro converge na fixação dos traços decisivos desse processo de modernização: as reformas necessárias à consolidação do capitalismo foram sempre feitas pelo alto, através da conciliação entre diferentes setores das classes dominantes, com a permanente tentativa de excluir o povo de qualquer participação decisiva nas decisões que envolvam as grandes questões nacionais. [...] Boa parte da nossa literatura, consciente ou inconscientemente, adequou-se a essa modalidade antidemocrática e antipopular de modernização, afastando as camadas populares de qualquer protagonismo efetivo no universo de suas figuras estéticas.” (COUTINHO, 2011, p. 195)

impressão de um fatalismo imobilista entre os dois polos. Essa a essência da “modernização conservadora” brasileira.

Com essa designação, portanto, os autores referidos querem reafirmar o caráter reformista “pelo alto” desses movimentos, em oposição a um processo de participação popular intensa e ativa, como ocorrido na França (cuja Revolução serve de modelo de participação popular, apesar de seus descaminhos posteriores). Nas palavras de Coutinho (2011, p. 91):

Como consequência desse “modelo” de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um “destino fatal”, inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição – igualmente equivocada de que aquela mudança resulta tão somente da ação singular de “indivíduos excepcionais”. No quadro desse profundo divórcio entre povo e nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular.

As camadas intelectuais não passaram imunes a essas características gerais do desenvolvimento da sociedade brasileira; desconectada do povo, grande parte dos intelectuais não viam alternativa a não ser aquela de se unirem aos membros das classes dirigentes. O resultado não podia ser mais catastrófico: convertidos agora em meros apologetas, os intelectuais eram forçados a conviver diariamente com uma intensa miséria, tanto material quanto espiritual, que acometia amplos setores da sociedade brasileira, sem nada poderem fazer ou dizer em seu favor.

Esse fato, decerto, tem profundas repercussões negativas também na formação e no caráter da intelectualidade brasileira. Desenvolveu-se entre ela, praticamente desde os inícios do Brasil independente, uma forte tendência a situar-se naquilo que Thomas Mann, referindo-se aos intelectuais alemães, chamou de “intimismo à sombra do poder”. (COUTINHO, 2011, p. 91)

A única alternativa viável para essa intelectualidade passou a ser a adoção das referidas alternativas “intimistas”. Aquelas correntes artísticas que não abordavam questões incômodas, que propunham uma escamoteação da realidade, uma fuga idílica e o culto da arte pela arte, seduziram prontamente esses indivíduos, que logo passaram a perceber a ocupação da condição de intelectual como um caminho privilegiado para a ascensão social.

Descrentes da possibilidade de influir decisivamente sobre as mudanças

sociais, que se processam sempre mediante acordos de cúpula entre as classes dominantes, os intelectuais tendem a evadir-se da realidade concreta, a colocar-se num terreno aparentemente autônomo, mas cuja autonomia é respeitada precisamente na medida em que não se põem em jogo as questões decisivas da vida social, as concretas relações sociais de poder. Essa situação é agravada pelos traços característicos da formação social de nossa intelectualidade: num período em que predominava uma radical separação entre as classes e em que o trabalho permanecia sob o estigma da condição servil, os intelectuais – oriundos quase sempre da classe média – utilizavam a cultura como meio de diferenciação, de prestígio e elevação social, acentuando assim o seu isolamento com relação à concreta realidade nacional-popular. [...] Do romantismo ao concretismo, sob formas aparentemente variadas, essa tendência caracterizou uma corrente significativa e quase sempre dominante da intelectualidade brasileira. (COUTINHO, 2011, p. 91-92)^{41 42}

Diferentemente do que ocorreu na Europa, o desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro vivenciou uma inesperada e contraditória conciliação entre capitalismo e pré-capitalismo, o que se refletia também na predominância de certas relações sociais de caráter arcaico numa sociedade já relativamente desenvolvida. No plano prático, o que se via era uma acentuação entre as dimensões progressistas e retrógradas, uma ordem burguesa abortada desde o início, sem mesmo um vivenciamento do período heroico (como ocorrera no caso dos países europeus). A aliança entre burguesia e aristocracia rural selaria de vez o casamento entre o velho e o novo em nossa sociedade.

No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do “cidadão” e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. (COUTINHO, 2011, p. 144)

41 Ainda sobre os efeitos do “intimismo” na intelectualidade brasileira, e suas consequências nos planos das correntes artísticas, diz Coutinho: “O que determina os limites do ‘intimismo’, em última instância, é o fato de que ele capitula diante dos preconceitos ideológicos gerados espontaneamente pela ‘via prussiana’, ou seja, ao subjetivismo extremado que vê nos indivíduos excepcionais as únicas forças da história, por um lado, e, por outro lado, ao fatalismo pseudo-objetivo que amesquinha ou dissolve o papel da ação humana na criação histórica. Facilmente se perceberá que esses dois preconceitos, no plano estético, dão origem respectivamente ao romantismo e ao naturalismo.” (COUTINHO, 2011, p. 92)

42 Coutinho identifica, numa entrevista, os efeitos do “intimismo” como duradouro:

“P – Esse ‘intimismo à sombra do poder’ permanece válido no cenário contemporâneo?

R – Eu não vejo alterações decisivas ao longo da década que separa a primeira e a segunda edição do livro. Creio que aumentou a presença da indústria cultural e da mídia na formação da cultura brasileira. Não percebo nenhum movimento expressivo, no sentido de uma literatura e de uma arte mais voltadas para os problemas do povo. Permanece uma relativa hegemonia da cultura intimista.” (MORAES, 2001, p. 3)

O romantismo indianista é uma das expressões mais claras dessa cultura “intimista”. Na tentativa de figurar uma realidade harmônica e, em alguns casos, idílica, a figura do índio foi o meio privilegiado encontrado por tais autores para alcançarem essa finalidade. Note-se que não se trata de uma atitude deliberadamente conservadora, pois, salvo possíveis exceções, os artistas nem sempre tinham consciência de que sua obra acabava por adquirir objetivamente contornos de tal natureza; essa é a essência da ideologia, um conjunto de ideias que servem objetivamente para uma finalidade sócio-material, sem que a vinculação entre pensador e obra se dê de forma imediata, mas antes mediada pela ilusão da justeza de sua *praxis*.

O culto romântico de um índio mitificado (que vemos se expressar tão claramente na prosa de José de Alencar ou na lírica de Gonçalves Dias) situava-se perfeitamente no interior daquela esfera de suposta autonomia tolerada pelo poder estabelecido. Por outro lado, nos casos em que o *pathos* romântico voltava-se para os problemas do presente, ele servia claramente a finalidades de ocultamento das contradições essenciais da realidade (como ocorre nos romances de Joaquim Manuel de Macedo) ou à expressão quase exclusiva de problemas privados e superficiais de uma subjetividade isolada (como em grande parte da nossa lírica romântica). (COUTINHO, 2011, p. 93)

Uma outra manifestação da face “intimista” da cultura e arte brasileiras foi aquela que se configurou como a expressão local do naturalismo, originalmente elaborado em solo europeu. Assim como lá, também cá o naturalismo tem por característica a supremacia fatal do ambiente social sobre os personagens, rebaixados a meros fantoches, cujo padecimento às determinações objetivas, não raro exteriores a eles, comprometem a riqueza e o valor estético da obra da arte. O que não nos impede de reconhecer a riqueza parcial de algumas obras naturalistas: lembremos, por exemplo, *Germinal* de Zola; de nossa literatura, fora *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, poderia ainda ser mencionado *O cabeloira*, de Franklin Távola.

Uma tendência similar revela-se também em nosso naturalismo, embora fosse pretensão explícita da corrente naturalista a ruptura com o monopólio romântico da época. [...] O predomínio fatalista do “ambiente” fetichizado sobre a ação humana, que foi ainda mais intenso no naturalismo brasileiro do que em sua matriz europeia, terminava por transformar o protesto originário dos naturalistas em conformismo real, numa resignada aceitação das misérias humanas que descreviam em seus romances. [...] O fenômeno é bastante evidente nos mais importantes (inclusive sob o aspecto estético) de nossos romances naturalistas, *O cortiço* de Aluísio Azevedo. Descrevendo as desumanas condições em que vive a população pobre do Rio de Janeiro, o romancista descreve ao mesmo tempo a paulatina capitulação de todos

os personagens às pressões dissolutoras do “ambiente”, à pretensa fatalidade de leis de hereditariedade entendidas de modo fetichista, com o que termina por amesquinhar e empobrecer radicalmente todas as figuras humanas que constrói. (COUTINHO, 2011, p. 94)

Especificamente no campo artístico, os efeitos da “via prussiana” mostraram-se bastante intensos e perversos. Num contexto histórico-social acidentado e carente de conteúdos humanistas e democráticos, a criação de grandes obras de arte ficou comprometida em função da carência conteudística não só artística, mas da própria realidade social. Nesse sentido, Romantismo e Naturalismo despontam como duas faces da mesma moeda. Segundo Coutinho:

Em tais condições sociais, ou seja, nas condições de um país semicolonial imerso na “via prussiana” de desenvolvimento, a criação de autênticas obras estéticas realistas torna-se muito difícil. A quase completa estagnação social e a impossibilidade de captar o plano fenomênico imediato ações humanas significativas (capazes de servir de objeto à figuração artística) acentuam ainda mais a tendência dos criadores a situar-se no plano do “intimismo à sombra do poder”. O romantismo, por um lado, busca na evasão subjetiva diante do prosaísmo desumanizante da realidade concreta o seu específico material poético, ao passo que o naturalismo, por outro, recusando o subjetivismo dessa evasão, limita-se a descrever a estagnação e a considerá-la como algo “fatal” e imutável. (COUTINHO, 2011, p. 95)

A particularidade do desenvolvimento da literatura brasileira também produziu outra característica singular: cada gênero literário específico passou a possuir uma forma de desenvolvimento próprio, uns mais favoráveis ao florescimento de fecundas tradições literárias, outros menos. No primeiro caso, Coutinho cita a lírica e, no segundo, os gêneros épico e dramático. O prosaísmo, com o vácuo conteudístico da realidade social, parece influir mais negativamente sobre os gêneros literários “objetivos” – na caracterização de Coutinho –, de modo que a lírica contorna esse problema ao se constituir da síntese de uma subjetividade (ainda que concreta, não abstrata).

Contudo, essa marcada oposição à arte que surge espontaneamente da atrasada realidade brasileira apresenta influências diversas em cada gênero literário específico. No caso dos gêneros “objetivos”, como a épica e o drama, que se centram na representação de ações humanas significativas, esse prosaísmo antiartístico derrota ou prejudica seriamente a maioria dos artistas brasileiros. Mas na lírica, que se constrói a partir da explicitação de uma subjetividade elevada à universalidade concreta, as tendências aludidas [...] podem mais facilmente ser contornadas, dando lugar a algumas expressivas “vitórias do realismo” (reside aqui a razão de dois fatos até agora não muito

bem explicados: a superioridade estética da lírica no seio da literatura brasileira; e, em estreita relação com isso, a existência de uma expressiva continuidade evolutiva no caso desse gênero, continuidade inteiramente inexistente no plano do romance e, em particular, do drama). (COUTINHO, 2011, p. 95-96)

É o caso de Castro Alves, grande representante da poesia baiana que, através de sua obra, exprimiu intenso protesto humanista contra a escravidão – o que lhe renderia a alcunha “o poeta dos escravos”. Ainda que, por vezes, tenha tendido a inclinações românticas, a obra de Castro Alves avulta como grande e significativo exemplo das possibilidades positivas encontradas no gênero lírico (especificamente, no seu caso, no momento da constituição do capitalismo em solo brasileiro).

Essas “vitórias do realismo” ocorrem frequentemente já na lírica de inspiração romântica, em que um intenso *pathos* subjetivo de recusa e inconformismo diante do sufocante ambiente imposto pela “via prussiana” encontra em muitos casos um elevado teor poético e humano; embora o realismo de Castro Alves apareça muitas vezes mesclado com uma retórica romântica abstrata, a obra abolicionista do poeta baiano pode ser apontada como um concreto exemplo da superação lírica dos limites impostos pelo “intimismo” dominante. (COUTINHO, 2011, p. 96)

De volta ao plano narrativo, Coutinho sublinha outra obra de grande importância para a nossa literatura, trata-se de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. O romance, como é sabido, retoma o período histórico anterior à Independência; a obra de Almeida é, portanto, aproximadamente trinta anos anacrônica em relação ao momento de sua produção. Mas o resultado dessa retomada serviu como meio legítimo para a compreensão do presente, evitando, dessa forma, qualquer possibilidade de um anacronismo vazio.

Superando o imobilismo, oriundo das longas e estéreis – do ponto de vista da trama –, descrições presentes no Naturalismo, Almeida conferiu vida e mobilidade aos personagens, fato que observou na própria realidade social. O fato deles pertencerem, em sua maioria, às classes populares, é um indício da importância dessa obra singular para o processo de constituição de uma cultura autenticamente nacional-popular (o picaresco, adaptado localmente na figura do malandro, a serviço da grande arte, funde-se organicamente com a proposta geral da obra).

Aqui nos interessam mais de perto – dadas as suas relações com a obra de Lima Barreto – as “vitórias do realismo” que se expressam no plano específico da criação épico-narrativa. A primeira delas aparece em

Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida. Situando a ação do seu romance numa época em que a mobilidade social parecia tornar-se uma possibilidade concreta, ou seja, na época imediatamente anterior à Independência, Almeida consegue emprestar a seus personagens – quase sempre provenientes das camadas populares da época – uma sagacidade prática e uma alta capacidade de iniciativa, o que faz de *Memórias* um digno representante brasileiro das melhores tradições do romance picaresco universal. (COUTINHO, 2011, p. 96)

Daí a importância de Leonardo filho, que Coutinho postula como sendo o primeiro personagem tipicamente nacional-popular de nossa literatura, que retira da realidade social o seu conteúdo humano concreto e não de alguma formulação romântica abstrata. Pela primeira vez, portanto, um escritor percebia as concretas possibilidades que emanavam da realidade social; a obra, que se constitui como um registro crítico da faceta negativa da realidade – como toda obra genuinamente crítica e realista –, não se contenta em apontar o condenável, mas preocupa-se em indicar caminhos e/ou possibilidades. Diz-nos Coutinho (2001, p. 97):

E isso acentua ainda mais o elemento fortemente crítico do realismo de Almeida: o seu romance figura concretamente, de modo imediatamente estético, as alternativas democráticas do povo brasileiro, as potencialidades humanas que poderiam florescer caso fossem efetivamente rompidas as ataduras retrógradas sufocantes impostas pela “via prussiana”.

O caso de Machado de Assis, por sua vez, adquire maior complexidade. Ao contrário de Almeida, que resgatou de um passado próximo a matéria de seu principal romance, Machado vale-se de sua situação presente, o período do Império (retratado de forma profunda em suas obras). Situando as histórias de suas narrativas num período de clima social bastante negativo, em que o acúmulo das contradições havia alcançado uma situação-limite, Machado pôde denunciar, através de sua obra, marcada por um tom de profunda ironia, as situações desumanas às quais os indivíduos eram submetidos, em nome de um sistema social que garantia a perpetuação incessante da miséria humana.

Bem mais complexo e completamente diverso (em seus aspectos estéticos e ideológico-históricos) é o modo pelo qual Machado de Assis, em sua obra da maturidade, logrou alcançar uma plena e profunda vitória do realismo. Machado não se vale do anacronismo histórico de Almeida para escapar às dificuldades impostas pelo prosaísmo de sua época; a matéria de seus romances é o tempo presente, a época do Segundo Reinado, quando as devastações humanas causadas pela “via prussiana” haviam alcançado um ponto extremo. Na sufocante atmosfera de uma falsa “segurança”, parece não haver mais lugar para nenhuma ação humana independente e significativa capaz de revelar

esteticamente o núcleo humano dos homens. (COUTINHO, 2011, p. 97)

Contudo, afirma Coutinho, Machado tornou-se um caso excepcional por conseguir, mesmo estando situado num ambiente social tão desfavorável, captar o núcleo de resistência autenticamente humano, realizando a separação entre aparência e essência, fazendo cair o véu da falsidade privatista, permitindo-nos a percepção da real dimensão das coisas. Sobretudo em suas três principais obras – *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* –, Machado atingiria um nível de excelência artística, sem nenhum paralelo na literatura brasileira, denunciando a crueza e falsidade das manifestações do “intimismo”, que tinham por substrato o privatismo vazio como solução para todos os problemas. Por certo, uma falsa solução, que servia para escamotear a realidade, pintando-a em cores amenas – o que Machado, como nenhum outro, tratou de revelar-nos.

Graças à universalidade da sua concepção do mundo e do homem, porém, Machado tornou-se o implacável crítico romanesco dessa falsa segurança, dessa insensata forma de vida baseada no “intimismo à sombra do poder”; com uma aguçada sensibilidade realista para a distinção entre a máscara superficial e a essência íntima dos homens, Machado vai paulatinamente revelando – através da espantosa descoberta de Bentinho [de que amava e era amado por Capitu], das amargas experiências de Brás Cubas e Rubião – como eram hipócritas e precárias as bases daquela estabilidade obtida às custas do aprisionamento numa mesquinha vida privada. Derrubando com seu humor sereno mas explosivo as paredes que protegiam aquele “intimismo à sombra do poder”, Machado foi capaz de emprestar às suas figuras a universalidade concreta requerida pela autêntica configuração épica do mundo. (COUTINHO, 2011, p. 97-98)

Nesse ponto, Coutinho formula a relação entre Almeida e Machado como emblemática para a compreensão do desenvolvimento ulterior da literatura brasileira. A inexistência de uma relação mais orgânica entre os dois autores indica não somente uma característica singular da literatura brasileira, mas antes um aspecto mais geral da evolução social, cujos efeitos negativos também fazem-se notados nos campos cultural e artístico. Dessa forma, ao contrário do que ocorreu nos países europeus, em que um grande escritor geralmente abria as portas para o florescimento de outras grandes obras, no Brasil, usualmente, cada escritor precisava encontrar um caminho próprio, visando com isso apanhar o sempre complexo e acidentado processo de desenvolvimento da sociedade brasileira (consequência, como já vimos, da via peculiar de desenvolvimento do capitalismo no país).

Essa rápida alusão às obras de Manuel Antônio de Almeida e de

Machado de Assis, os dois maiores exemplos de vitória do realismo na arte narrativa brasileira do século 19, tem um objetivo preciso: indicar o fato de que não existe entre os dois romancistas nenhuma continuidade orgânica, que os seus meios estilísticos e os seus recursos ideológicos – embora se orientam em ambos os casos para o realismo e para o humanismo – são basicamente diversos. Em outras palavras: o modo pelo qual cada um deles alcança a vitória do realismo aparece como um fenômeno singular e irrepetível, carente de qualquer exemplaridade. (COUTINHO, 2011, p. 98)

Em contraponto, portanto, aos países europeus, que vivenciaram um desenvolvimento histórico mais ou menos característico – talvez com exceção do caso russo –, em que se observou o florescimento de verdadeiras tradições realistas, como já destacado anteriormente, nossa evolução artístico-cultural é relativamente pobre. No caso dos países que não vivenciaram via de desenvolvimento clássico do capitalismo, aponta Coutinho, esse curso evolutivo “natural” não se observa.⁴³

Uma continuidade desse tipo inexistente nos países que adotaram a “via prussiana” ou a “revolução passiva” como forma de desenvolvimento. Em primeiro lugar, isso decorre da radical separação entre os intelectuais e o povo-nação; em segundo, da fragmentação e da heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história (gerando, entre outros, o fenômeno da divisão do país em “regiões” mais ou menos autônomas); e, finalmente, como consequência da ausência de tipos humanos exemplares que se expressem através de ações independentes e significativas. (COUTINHO, 2011, p. 99)

As consequências desse desenvolvimento acidentado influíram ampla e diretamente no plano artístico, ocasionando uma não-linearidade flagrante, ao contrário do ocorrido com as literaturas europeias. Aos escritores, o desdobramento mais imediata desse fenômeno foi a necessidade de uma incessante reinvenção tanto formal quanto conteudística, buscando sempre captar de maneira privilegiada as determinações essenciais da realidade – fato que nem sempre ocorria, como veremos em alguns exemplos.

Por isso, em tais países, o realismo assume quase sempre um caráter excepcional, não apenas no sentido estrito de não habitual, mas também naquele de fenômeno irrepetível. Assim, não se pode dizer que Machado tenha recolhido a tradição de Manuel Antônio de Almeida, ou seja, que tenha adequado aos novos tempos – como Soljenitsin em relação a Dostoiévski, ou como Martin du Gard em relação a Balzac – os meios estilísticos e ideológicos utilizado pelo autor de *Memórias*. Na verdade,

43 Outra consequência desse processo é a separação do país em partes relativamente autônomas que, como veremos, constituiu-se como característica essencial da existência de diversas escolas literárias locais.

ele recriou por sua própria conta (a partir, quando muito, de certas constelações estilísticas e ideológicas da literatura universal) instrumentos basicamente diversos dos de Almeida em sua tentativa de alcançar o realismo. [...] É esta a razão essencial pela qual a obra de Machado, apesar da profunda influência imediata que exerceu, não foi capaz de inverter a tendência dominante, ou seja, a tendência de cultivar a arte no estéril terreno do “intimismo à sombra do poder”. (COUTINHO, 2011, p. 99)

3.2 O realismo de Lima Barreto

Lima Barreto, apesar de hoje ser apontado como um dos principais escritores de nossa literatura, por muito tempo teve sua importância diminuída e, em alguns casos, questionada. Essas restrições, como aponta Coutinho, originam-se de uma corrente da crítica literária, mais diretamente vinculada ao movimento modernista, que tendia a menosprezar artistas vinculados a uma crítica social mais enfática, visando colocar em destaque os escritores que cultivam a arte como um fim em si mesmo. Não raramente esses detratores dirigiram a Lima Barreto críticas de ordem pessoal, passando ao largo de sua obra. Afirma Coutinho (2011, p. 89-90):

Na verdade, mesmo da parte de seus admiradores, habitualmente situados à esquerda, a exata significação de Lima passou despercebida; o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* – uma das poucas obras-primas com que conta o romance brasileiro – é elogiado enquanto notável “cronista” do mundo urbano carioca, enquanto corajoso defensor das camadas populares etc., mas sem que se avalie o seu significado real no fortalecimento e aprofundamento de uma tradição realista autenticamente nacional-popular. [...] Por outro lado, tal como ocorre em relação a Graciliano Ramos, não são poucos os que insistem erroneamente no caráter “memorialista” da obra de Lima, na pretensa natureza biográfica dos seus romances; esse biografismo, ademais, em mãos de analistas superficiais, leva à afirmação de que o caráter profundamente crítico da obra de Lima decorreria dos “ressentimentos de um derrotado”, das “amarguras de um homem de cor”, dos “desequilíbrios de um alcoólatra” etc.

Coutinho, no seu ensaio, vê-se forçado, para precisar o local e a importância da obra do escritor carioca, a retomar as relações entre literatura e sociedade no Brasil através de suas principais correntes e representantes. A peculiaridade do desenvolvimento da sociedade brasileira, assim como, vinculada a essa questão, o desenvolvimento da cultura e das artes, ganham posição de destaque. Segundo a posição do filósofo baiano, é somente com a compreensão da formação da sociedade brasileira, em todas as suas nuances e particularidades, que se torna possível o entendimento dos movimentos artísticos e culturais nela surgidos.

A exata determinação do significado de Lima Barreto na evolução da literatura brasileira requer, como condição preliminar, o estabelecimento – ainda que sumário – de algumas linhas determinantes dessa evolução, não apenas no específico campo dos problemas estéticos, mas igualmente no que se refere ao quadro histórico-social em que ela se processa. (COUTINHO, 2011, p. 90)

Ainda em decorrência do desenvolvimento acidentado da literatura brasileira, os diversos ataques proferidos por Lima Barreto contra Machado de Assis, mesmo que objetivamente equivocados, curiosamente, possuem uma validade relativa. Dirigindo seus ataques a um suposto “anti-humanismo” em Machado, uma frieza em captar os elementos humano-sociais, Barreto identifica, erroneamente, a obra machadiana como uma manifestação superior daquele “intimismo à sombra do poder”.⁴⁴ Ao contrário daqueles que buscavam imitar Machado – restringindo-se, nessa empresa, a uma cópia do seu estilo, passando ao largo do conteúdo e significado profundo que a obra adquire, precisamente em função do contexto social ao qual remonta –, Lima Barreto propõe um rompimento e aponta para uma refundação do realismo brasileiro.

Embora de modo confuso, Lima captou um traço essencial da diferença estilística (determinada em última instância por questões de conteúdo) entre sua própria práxis literária e aquela de Machado. Os efeitos da “via prussiana” sobre o desenvolvimento literário brasileiro manifestavam-se concretamente: a criação de um novo realismo, adequado aos novos tempos, não podia se fazer **a partir** de Machado, mas implicava a necessidade de um **rompimento** com a sua herança. Mais precisamente: o desenvolvimento da herança realista de Machado requeria, paradoxalmente, o completo abandono de sua temática, de seu estilo menos sereno, menos “equilibrado”, no qual as preocupações “artísticas” não podiam mais ocupar o lugar dominante. (COUTINHO, 2011, p. 101)

No cenário global o capitalismo iniciava um processo de transição para um novo estágio, caracterizado por pensadores como Lenin, Rosa Luxemburgo e Rudolf Hilferding para, posteriormente, difundir-se sob a noção de imperialismo ou capitalismo monopolista. Do antigo capitalismo em sua fase clássica, liberal ou concorrencial, objeto da teorização marxiana, intensifica-se a tendência, já identificada pelo pensador alemão mas somente

44 “Reside aqui a razão profunda dos ataques que Lima Barreto, ao longo de sua vida, não cessou de dirigir a Machado de Assis. O ponto central desses ataques não seria, como ocorreria pouco após entre os primeiros modernistas, o pretenso passadismo da **linguagem** romanesca de Machado. Lima Barreto – empenhado num combate despiedade e quase solitário contra todas as formações do ‘intimismo à sombra do poder’, contra todas as formas de esteticismo aristocratizante – escolheria um outro alvo: o que lhe desagradava, no autor de *Brás Cubas*, é precisamente a aparente falta de humanidade, o suposto abandono das específicas funções sociais e humanistas da literatura.” (COUTINHO, 2011, p. 100)

naquele momento histórico concretizada plenamente, de centralização e concentração do capital. Em decorrência disso, o capital global passa a se concentrar nas mãos de um grupo cada vez menor de pessoas, caracterizando os monopólios. A isso soma-se, ainda, a agressiva atuação geopolítica dos governos, visando a garantia dos interesses dos grupos monopolistas no cenário internacional.

A atuação literária de Barreto situa-se nesse contexto, em a influência do influxo imperialista começava a se fazer sentir mais diretamente sobre a sociedade brasileira. Nesse momento, segundo o pensador baiano, os efeitos estilísticos de Machado passariam a soar anacrônicos, por não mais fornecerem, no plano artístico, um poder de figuração verossímil da realidade social. É o que, segundo Coutinho, ocorre nas últimas obras machadianas, com destaque para *Esau e Jacó*.

Contudo, quando o ingresso do Brasil na era imperialista (que coincide com o advento da República) aguça intensamente as contradições, levando o “modelo prussiano” a uma nova fase, o equilíbrio assegurado pela ironia e pelo distanciamento com os quais Machado forjara o seu estilo da maturidade deveria romper-se. Isso já se revelava na própria obra machadiana; com efeito, é inegável que em seus últimos romances, particularmente em *Esau e Jacó*, no qual pretende captar mais de perto as agitações republicanas dos novos tempos, o grande realista não mais alcança o nível estético e a verdade histórico-humana de seus três romances citados. (COUTINHO, 2011, p. 102-103) ⁴⁵

Se foi possível, durante a época imperial, ainda que forçosamente, proclamar-se a existência de uma estabilidade social, no período que a sucedeu não foi mais possível a sustentação dessa ilusão. O ingresso definitivo do país na ordem econômica mundial marcaria, de uma vez por todas, o fim de qualquer possibilidade de uma apologética imperial de cunho conservador. Segundo Coutinho:

O país ingressara na era capitalista (que já atingia no plano mundial a fase imperialista) sem ter resolvido os impasses históricos da “via prussiana”. Com isso, dissolver-se-iam inteiramente os aparentes traços de “estabilidade” da época imperial, até hoje louvados pelos historiadores reacionários, que os assumem como fetiches (basta pensar no mito da “democracia coroada”). (COUTINHO, 2011, p. 105)

Por mais que o republicanismo tenha significado, num primeiro momento, um salto

45 A fragilidade da tese de Coutinho pode ser atestada por uma simples leitura da obra em questão, que testemunha em favor da grandeza do escritor carioca.. Para uma análise do conteúdo artístico-social, tanto de *Esau e Jacó*, como de *Memorial de Aires*, obras de 1904 e 1908, respectivamente, ver o ensaio “Política e sociedade: versões do Conselheiro” (SEGATTO. LEONEL, 2012)

progressista, posteriormente ele acaba por adquirir contornos conservadores. As formas burocráticas passam a substituir as relações “paternalistas” (advindas das origens pré-capitalistas da sociedade brasileira), já referidas; nesse quadro de mudanças, torna-se inviável o estilo irônico e sereno de Machado e cada vez mais necessária uma crítica veemente e direta.

A tentativa “republicana” de prosseguir nessa via antidemocrática já não podia mais se processar no quadro de uma aparente “estabilidade social”; as formas burocrático-ditatoriais da “via prussiana” deveriam substituir as modalidades “paternalistas” próprias do Segundo Império. [...] O aguçamento dessas contradições reflete-se também na literatura brasileira. A sutil ironia machadiana deve ser substituída pela amarga sátira contra os poderosos, uma sátira que não hesite em converter-se em impiedoso sarcasmo. (COUTINHO, 2011, p. 105)

Apesar de sempre ter se mostrado simpático aos trabalhadores, não é possível atribuir a Lima Barreto uma posição política de atuação socialista ou comunista; antes, Coutinho observa que a posição política do escritor carioca aproximava-se mais de um anarquismo bastante heterogêneo. Esse fato, porém, tomado isoladamente, pouco ou nada nos diz de sua obra, que deve ser considerada e analisada em sua objetividade imanente. Destacam-se, na obra barretiana, críticas profundas à imprensa, às formas emergentes de burocratismo e, sobretudo, ao militarismo de corte florianista (crítica que constitui uma das principais características de sua *magnum opus*)

A determinação dos problemas ideológicos e históricos vividos por Lima Barreto não é de modo algum tarefa externa à análise imanente de sua obra literária; com efeito, é a partir dessa recusa global do “modelo prussiano” - tanto em suas versões tradicionais quanto modernizadoras - que Lima figura e critica, no plano especificamente estético, a realidade social de seu tempo. [...] A sua demolidora denúncia da imprensa, da burocracia, das formas políticas da época republicana, inclusive do militarismo florianista, são momentos dessa crítica histórico-universal, feita em nome de um novo caminho alternativo para a evolução brasileira. (COUTINHO, 2011, p. 107)

Assim, a obra de Lima Barreto insere-se na criação de um novo tipo de tradição literária, crítica e popular, aproximando-se da tradição do realismo russo, tão exaltada pelo escritor carioca.⁴⁶ Coutinho, retomando a questão da descontinuidade, no plano artístico, de nossa cultura, realiza algumas observações. Além daquela descontinuidade referida, que

46 “É evidente que Lima propõe a criação de uma literatura desse tipo (cujos modelos, sintomaticamente, vai mais uma vez buscar na literatura universal), ou seja, de uma literatura que conjugue indissolivelmente, a grandeza estética com um profundo espírito popular e democrático, com uma aberta tomada de posição em favor dos ‘ofendidos e humilhados’.” (COUTINHO, 2011, p. 104)

obriga cada escritor a procurar caminhos próprios para a figuração realista da realidade – ao contrário do que ocorria na literatura europeia, em que um escritor abria caminho para o surgimento de outros, possuidores de certa afinidade estilística e/ou conteudística –, o fenômeno também se observa em cada obra de cada escritor, consideradas individualmente. É o que explica, por exemplo, a existência de obras tão divergentes entre si em Machado e, também, o que explica a existência de períodos e obras tão distintas em Lima Barreto.

Entretanto, apesar de intuir corretamente os problemas estéticos e ideológicos da literatura da nova época, Lima nem sempre conseguiu resolver adequadamente, em sua práxis criativa, as tarefas a que se propusera. [...] As causas de desníveis internos que podemos indicar na produção narrativa do romancista devem ser buscadas num nível mais profundo, ou seja, naquela ausência de continuidade substancial na evolução do realismo brasileiro, ausência que impõe uma linha fragmentária e cheia de altos e baixos. (COUTINHO, 2011, p. 108)

O *Triste fim de Policarpo Quaresma* constituir-se-ia como uma das únicas obras de Barreto que se vira livres desse fenômeno. Tanto as suas obras anteriores, quanto as posteriores, não conseguem lograr a posição privilegiada alcançada por uma realização artística tão completa. Dentre as obras de Barreto, Coutinho destaca *Recordações do escrivo Isaiás*, de 1909, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de 1915, *Numa e a ninfa*, do mesmo ano, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de 1919 e *Clara dos Anjos*, publicado postumamente, em 1948. Segundo Coutinho, entre *Isaiás Caminha* e *Policarpo Quaresma*, nota-se uma certa evolução, que se constitui como marco do início da era modernista do romance brasileiro, com a presença de certos elementos negativos no seu *Gonzaga de Sá* (que, segundo Coutinho, ainda se acentuariam em outros trabalhos, com resultados bastante problemáticos).

A última fase de Lima, portanto, sofre uma relativa queda do valor estético. Se em *Recordações do escrivo Isaiás*⁴⁷, um nível estético elevado não foi possível de ser alcançado, em obras posteriores ao *Policarpo Quaresma*, como *Numa e a Ninfa*⁴⁸, quanto

47 “Que me seja permitida uma comparação anacrônica: apresentando desequilíbrios estéticos similares, o romance *Quarup*, de Antônio Callado, publicado em 1966, apresenta uma importância e possui um significado do mesmo tipo que o do *Isaiás*, na medida em que assinala o reinício de uma nova etapa realista em nossa literatura, situando-se em clara oposição a um período marcado pela influência das versões ‘vanguardistas’ do velho ‘intimismo à sombra do poder’.” (COUTINHO, 2011, p. 115-116)

48 “Publicado em folhetins num jornal da época, *Numa e a Ninfa* pretende desmistificar os figurões da Primeira República, denunciando o modo covarde e mesquinho pelo qual capitulam diante das pressões militaristas contidas na candidatura Hermes da Fonseca.” Contudo, aponta Coutinho, a mesma temática seria retomada em nível superior no seu *Policarpo*, e o tom crítica de Barreto em *Numa e a Ninfa* acabaria por se constituir mais próximo da reportagem jornalística, que propriamente do romance, com o seu interesse passando a se resumir ao ‘puramente documental’.” (COUTINHO, 2011, p. 116)

*Clara dos anjos*⁴⁹, o problema se manteria e elas mostrar-se-iam incapazes de alcançar a grandeza estética da principal obra do escritor carioca.

Coutinho insiste que a questão da bizarrice, na obra de Lima Barreto, é recorrente; perceptível desde *Gonzaga de Sá* e retomada em *Clara dos Anjos*, nas mãos do escritor carioca esse recurso produziria frutos extremamente positivos. Através do recurso da figuração do bizarro, Lima pôde alcançar uma dimensão profunda da realidade social brasileira – assim como o permitiram a compreensão das nuances e deformações que decorrem do “modelo prussiano”.

Pode-se já constatar como a descoberta e a figuração da problemática da bizarrice indicam a profundidade com que Lima penetrou no âmago da realidade social brasileira, criticando em sua atividade romanesca as específicas deformações humanas decorrentes da “via prussiana” seguida pelo Brasil. Mais do que isso: a figuração das deformações bizarras da ação humana, que ocorrem necessariamente nesse quadro histórico-social “prussiano”, indica o modo peculiar através do qual Lima alcançou uma expressiva vitória do realismo. [...] A bizarrice, assim, é um modo peculiar pelo qual se manifesta a incapacidade – histórica e socialmente determinada – de adequar esse núcleo humano subjetivamente preservado a um mundo social objetivamente alienado. (COUTINHO, 2011, p. 118-119)

Mas a expressão mais elevada da bizarrice é, para Coutinho, o protagonista de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Nessa obra, a crítica à miséria humana imposta pela “via prussiana” alcança um nível de contundência avassalador. Quando um indivíduo se dedica de corpo e alma ao seu país e o resultado que obtém em troca é a ridicularização e a marginalização, algo está muito errado. Suas esperanças e anseios, que culminam no seu triste fim, simbolizam a impossibilidade de uma ação humana efetiva, menor por culpa do indivíduo Policarpo que da realidade social na qual se insere.

Enquanto tipo bizarro, Policarpo Quaresma torna-se o símbolo das contradições humanas impostas pela “via prussiana” seguida pelo Brasil: através da figuração do seu triste destino, Lima concretiza – com meios especificamente artísticos – uma demolidora e implacável crítica àquela sociedade que condena ao ridículo, à extravagância e à bizarrice as mais profundas e autênticas inclinações do nosso povo no sentido da realização humana e, mais concretamente, da realização humana através da

49 “Já *Clara dos Anjos* – onde o autor resume numa novela suas ambições juvenis de um amplo romance histórico sobre os problemas raciais do povo brasileiro, que chegaria a conceber como um *Germinal* negro – apresenta uma problemática diversa. Parece que Lima o projetou como uma das suas obras mais importantes, nela colocando todo o seu ódio plebeu contra a injustiça, o calor do seu generoso *pathos* de solidariedade aos humilhados e ofendidos. Mas, apesar do profundo interesse humano da novela, centrada sobre a sedução de uma jovem de cor por um personagem branco e rico, é impossível considerá-la como uma realização estética bem-sucedida; Lima perde-se frequentemente na simples acusação, o que o impede de criar tipos humanos autênticos.” (COUTINHO, 2011, p. 116-117)

participação criadora no melhoramento da sociedade. (COUTINHO, 2011, p. 120)

Quanto à estrutura, o romance *Policarpo Quaresma* constitui-se a partir do modelo clássico.⁵⁰ Visando a composição de uma “totalidade intensiva”, dos elementos mais essenciais que constituem a realidade brasileira, Lima Barreto resgata alguns dos aspectos que melhor expressam o nosso tipo singular de sociedade, tais como a burocracia e o militarismo. Essas duas concepções e práticas carregam em si o que há de mais negativo na sociedade do início do século XX: a burocracia, em suas múltiplas manifestações, atuando para sufocar os indivíduos em favor das classes dominantes e o militarismo, que tinha por objetivo último a exclusão definitiva do povo dos processos sociais.

Ora, esses procedimentos seletivos de composição estão na base do *Policarpo*; com efeito, o que interessa a Lima, na totalidade extensiva da sociedade brasileira, são aquelas conexões capazes de expressar, do modo mais significativo possível, os traços do “modelo prussiano” que pretende combater. Esquematizando um pouco, poderíamos dizer que essas conexões expressivas, tal como se configuram no universo do *Policarpo*, são a burocracia (que aparece concretamente, no romance, não apenas na representação do mundo das repartições burocráticas, mas também através das deformações que esse mundo impõe a vários personagens secundários) e o militarismo (ou, mais propriamente, aquela manifestação de “transformação pelo alto” são formas sociais voltadas para a eliminação das massas populares na criação da história: aparecem assim como expressões problemáticas da “via prussiana”, da “revolução passiva” e, desse modo, manifestam-se também, de forma acentuada e típica, na vida social brasileira. (COUTINHO, 2011, p. 121-122)

O meio estilístico escolhido por Barreto para ilustrar a questão, o exagerado nacionalismo de Policarpo, não poderia ser mais adequado. De forma leve, o escritor convida-nos a rir das situações absurdas às quais o major submete-se para, convertendo o destino do protagonista numa tragédia anunciada, percebermos que a questão problemática não se reduz à dimensão individual: provém da própria realidade, incapaz de dar suporte material aos sonhos e anseios dos indivíduos.

Ainda que sem jamais pôr em dúvida a retidão subjetiva do seu personagem, Lima Barreto dissolve no humor os elementos equivocados desse nacionalismo. O importante é ressaltar que essa crítica autenticamente democrática ao falso nacionalismo ufanista assumido por Policarpo é realizada com meios especificamente estéticos, ou seja, através

50 “No *Triste fim de Policarpo Quaresma* [...] encontramos a síntese orgânica do herói e do mundo, da ação individual representativa e da ‘totalidade de objetos’, síntese que aparece como condição estética básica da vitória do realismo no romance.” (COUTINHO, 2011, p. 121)

da figuração narrativa de sua completa inadequação à realidade (que assume estilisticamente a forma do humorismo); essa inadequação culmina na proposta, claramente bizarra, da adoção do tupi-guarani como língua nacional brasileira. (COUTINHO, 2011, p. 123)

Nesse ponto, Barreto joga com a questão do oportunismo, tão comum entre aqueles que circulam os círculos mais elevados do poder. Enquanto para estes o discurso nacionalista é meramente um pretexto vazio, visando a justificação do atraso social, em Policarpo ele passa a ser a sua razão de ser. Argutamente observa Coutinho que, apesar de iguais em questões de conteúdo, as visões de mundo dos burocratas e de Policarpo possuem, propositalmente, uma drástica diferença formal – a maneira com que cada um encarava a questão passa a refletir, por sua vez, em suas relações com o referido conteúdo.

O nacionalismo ufanista, nos burocratas, era apenas a capa ideológica para cobrir hipocritamente o atraso social objetivo da Nação; em Policarpo, ao contrário, torna-se uma crença profunda, que o leva a propor o tupi-guarani como língua nacional brasileira. O mesmo se pode dizer do florianismo: enquanto a maioria dos seus aderentes visa apenas a objetivos egoístas, Policarpo o assume como o real caminho para a “salvação da Pátria”. A bizarrice, portanto não reside tanto no **conteúdo** das posições de policarpo (que são, na verdade, elementos ideológicos próprios da realidade contra a qual se choca), mas sim na **forma** pela qual tais elementos são assumidos. (COUTINHO, 2011, p. 126-127)

A posição crítica em relação às ideologias difundidas na sociedade, em Lima Barreto, aproxima-se daquela própria do realismo francês (representada por escritores como Balzac e Stendhal). Contudo, o caráter satírico de Policarpo, apoiado em sua bizarrice, remete a um outro grande personagem da literatura universal: referimo-nos ao imortal D. Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes. Assim como ocorrera com o Cavaleiro da Triste Figura, a tomada de consciência de Policarpo significa uma tomada de posição frente a negatividade da realidade que, até então, por muitas vezes fora escamoteada por um otimismo abstrato, e que, portanto, não aparece em seus reais contornos para o protagonista. Nas palavras de Coutinho (2011, p. 129):

Embora já demasiadamente tarde, Policarpo descobre no fim do romance – tal como Quixote – que norteara a sua vida por uma ilusão: o seu fanático nacionalismo ufanista, como ele agora compreende, baseava-se num mito, em um conceito de pátria que “certamente era uma noção sem consistência racional e que precisava ser revista”.

Não se contentando em revelar, com notável realismo, as contradições extremas da

sociedade brasileira, Barreto, artista sensível ao povo, também passa a procurar possibilidades concretas de figuração entre estas camadas sociais. Ainda que bastante tênue, é na figura do músico e poeta Ricardo Coração dos Outros que, encarnando um *pathos* tipicamente popular, Barreto indicaria um possível caminho para a superação da frieza burocrática. É nesse sentido que Coutinho, aproximando-o da figura popular Platão Karataiev, figurada por Tolstói no seu *Guerra e Paz*, faz a seguinte afirmação: “A maior expressão literária dessa alternativa popular, no mundo romanesco de Lima, é a simpática figura de Ricardo Coração dos Outros.” (COUTINHO, 2011, p. 132)

A ética simples, mas genuína e humanista, dos melhores representantes das classes baixas, fica evidente quando contrastadas as posições de Ricardo Coração dos Outros com outros personagens da obra. Somente o poeta popular consegue perceber a generosidade presente em Policarpo, que os outros, mesmo quando pretendem posar como “sábios”, tendem a interpretar exclusivamente como um sinal de loucura. Não é casual, portanto, que Ricardo e Olga (que, por sua vez, consegue conservar o seu núcleo humano em função do seu desligamento da vida econômica) terminam por serem os únicos a ficarem ao lado do major nos momentos de maiores dificuldades, que culminam em sua internação psiquiátrica.

Através do paralelo entre a covarde reação dos Genelícios e do Dr. Armando, que se pretendem “sábios” e intelectuais, e a correta decisão moral de Ricardo, um ingênuo e simplório cantor popular, Lima Barreto expressa – com meios puramente literários de caracterização – sua clara e decidida tomada de partido: apesar de suas limitações, a “plenitude” popular é uma efetiva alternativa humana à corrupção moral das classes dominantes. (COUTINHO, 2011, p. 134)

Nessa altura fica clara a grandeza e importância estéticas da obra de Lima Barreto. Sob sua batuta, a literatura brasileira iniciaria, nos dizeres de Coutinho (2011, p. 137), “[...] uma nova etapa – moderna e popular – do realismo”; significando um notável desvio daquelas tendências predominantes, e quase fatalistas, de manifestações “intimismo” na dimensão literária”.

Lima Barreto é um divisor de águas na evolução literária brasileira. Rompendo radicalmente com as tendências esteticistas e escapistas predominantes em sua época, propôs teórica e praticamente um novo realismo. Seria oportuno, nesse sentido, compará-lo com o movimento modernista, que continua a ser considerado – com um radicalismo unilateral – o único iniciador da literatura contemporânea no Brasil. (COUTINHO, 2011, p. 138)

Contrastando a obra do escritor carioca com o movimento modernista, Coutinho sublinha o que identifica como uma supervalorização do movimento paralelamente a uma subvalorização da obra do escritor carioca. O inegavelmente importante movimento teria deixado escapar a importante obra de Lima Barreto, não conferindo a ela a sua real importância no cenário da literatura nacional, que poderia, inclusive, ser identificada como precursora definitiva da literatura moderna brasileira. O que geralmente ocorre é a identificação idealista da Semana de 1922, como um divisor de águas na cultura brasileira, o que, como Coutinho procurou demonstrar ao longo do seu texto, é, no mínimo, uma injustiça em relação à obra de Barreto que, sobretudo com o seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, fundamentaria as bases para o início de um novo e fértil período em nossa literatura.

O modernismo, na verdade, teve o mérito de pressentir e propor a necessária renovação de nossa literatura; mas, pelo menos em seus mais significativos representantes iniciais, colocou as questões ligadas a essa renovação em bases preponderantemente formalistas. Lima Barreto, ao contrário, compreendeu e formulou a necessidade também de uma **renovação do conteúdo humano**, ligada a uma proposta de transformação da sociedade. Propôs assim aos escritores a tarefa, que continua atual, de relacionar organicamente a literatura às grandes questões humanas e histórico-sociais da nação e do povo brasileiros. (COUTINHO, 2011, p. 138)

3.3 Graciliano Ramos: realismo e humanismo

Outro importante escritor que, assim como Lima Barreto, teve por muito tempo a sua real importância relativizada, foi o alagoano Graciliano Ramos. Sua obra, centrada na tematização do Nordeste brasileiro, apresenta-se como carro-chefe da literatura nordestina que, segundo Coutinho, avulta como nossa mais importante escola literária. Esse fato se dá não só pelo valor formal das obras daqueles autores que a essa escola pertenciam – tais quais José do Lins Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, sem mencionar o próprio Graciliano –, mas também da importância sócio-histórica que a região nordestina desempenhava no Brasil do primeiro quarto do século XX.

O Nordeste brasileiro, segundo Coutinho, apresentava-se como a região mais típica (exemplar) das contradições do processo social brasileiro. A inquietação que começava a se alastrar, ainda que em movimentos mais ou menos superficiais, como ressalva Coutinho – daquilo que desembocaria na Revolução de 1930 – mostravam-se de forma mais acentuada e contraditória na região nordestina.

A ausência da possibilidade de qualquer protagonismo político relegava os indivíduos a uma solidão sem esperanças, frustrando suas expectativas de melhorias. Somente com a Revolução de 1930 e com o sepultamento da República Velha, que viriam algumas mudanças, ainda que não tão profundas como de fato eram demandadas. O novo que o romance nordestino (que se solidifica sobretudo após nos anos de 1930) procura captar são justamente essas novas dinâmicas colocadas em movimento, rompendo relativamente com o grande sono sem sonhos da sociedade brasileira. Resume-nos Coutinho (2011, p. 142) da seguinte forma:

De certo modo, na medida em que aí as contradições eram mais “clássicas” (no sentido de Marx), o Nordeste era a região mais típica do Brasil; a sua crise expressava, em toda a sua crueza, a crise do conjunto do país. Não é assim um acaso que tenha sido o romance nordestino da década de 1930 o movimento literário mais profundamente realista da história de nossa literatura. E, no seu interior, Graciliano é a figura mais alta e representativa.

Com sua análise e práxis artística processando-se no período posterior àquele em que se situava Lima Barreto, elementos que então se colocavam como tendência, agora já podiam ser percebidos mais concretamente, simbolizando esperança de mudança para as camadas mais populares. Contudo, logo as transformações em movimento revelaram sua falsidade substantiva, tendendo para a manutenção da ordem das coisas. E mais: o desenvolvimento da sociedade então passa a constituir-se como uma aliança conveniente – para os membros da classe dominante, sejam os velhos aristocratas ou os novos burgueses, naturalmente – e grotesca entre velho e novo.

Na época, a sociedade brasileira se apresentava como uma formação social semicolonial em crise. O esgotamento das potencialidades de nossa economia pré-capitalista não fora seguido por uma renovação radical, pela criação de uma forma moderna de economia e de relações sociais. [...] A fragmentação de nossa sociedade, típica de uma economia pré-capitalista, impedia a formação de uma verdadeira comunidade humana, de uma vida pública democrática, afastando o povo de qualquer participação criadora em nossa história. (COUTINHO, 2011, p. 142-143)

Como já exaustivamente discutido no texto sobre Lima Barreto, Coutinho retoma algumas determinações essenciais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Diferentemente de como ocorrera em alguns países europeus, o desenvolvimento do capitalismo não veio acompanhado de um progresso social multifacetado, mas antes se constituiu através de uma modalidade perversa, que visava separar o povo de uma vez por

todas da vida pública. A democracia brasileira, portanto, sofreria sua primeira grande derrota antes mesmo de poder afirmar-se como tal; os indivíduos, nesse ínterim, seriam mais uma vez condenados a uma solidão sem perspectivas.

Em suma, o capitalismo brasileiro, em vez de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um “grande mundo” democrático –, contribui para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 2011, p. 144)

Contudo, apesar da tendência negativa, predominante no seio da vida social, começariam a surgir indícios de inquietação em relação à miséria a qual o povo era submetido diariamente. Nesse processo, começaram a aparecer indivíduos que naturalmente se opunham à ordem estabelecida, ainda que nem sempre o conteúdo de sua indignação se dirigisse a uma crítica mais profunda e fundamentada da realidade social.

Esses elementos constituíam o novo que brotava no seio da velha sociedade semicolonial: contra a estagnação e a inércia dominantes, surgem aqui e ali determinados indivíduos inconformados, possuídos por uma força interior que os leva a romper com uma existência mesquinha e a buscar um sentido autêntico, ainda que individualista, para as suas vidas. (COUTINHO, 2011, p. 145)

O que fez Graciliano Ramos tornar-se um dos maiores escritores brasileiros foi justamente a perspicácia de apreender esses focos humanos, objetivamente contraditórios, que começavam a brotar na sociedade. Esse elemento, genuinamente novo, é a matéria humana viva do escritor alagoano que, através de sua obra romanesca, ganha de uma vez por todas o seu lugar entre os grandes artistas do país.

O fato de que Graciliano tenha percebido esse elemento novo – e que o tenha configurado artisticamente em suas devidas proporções, sem exageros românticos ou reduções naturalistas – é mais uma prova do seu profundo realismo. [...] A contradição entre um mundo alienado e indivíduos inconformados que lutam contra a alienação, aliás, é o conteúdo essencial do gênero romanesco. (COUTINHO, 2011, p. 145)

As lutas cotidianas pela busca de um sentido na vida, algo aparentemente ingênuo, ganham em Graciliano Ramos uma universalização sem precedentes na literatura nacional. A indignação aberta contra o velho regime brasileiro, ainda não completamente expurgado (sobretudo na região nordestina), ganha uma forte dimensão de sinceridade e humanismo

nos relatos de Graciliano. Através da figuração de personagens típicos, que reúnem em si a máxima dimensão possível de universalidade presente em sua classe, o escritor alagoano atinge um nível bastante elevado de realismo.⁵¹

Representando uma realidade fragmentada (a nossa sociedade semicolonial, penetrada por elementos capitalistas), que desconhece um “grande mundo” comunitário, Graciliano representa também as lutas individuais por descobrir, no interior deste mundo alienado e/ou em oposição a ele, um sentido para a vida. Através da estrutura romanesca clássica, ele representa a realidade profunda – e não apenas as aparências empíricas – da realidade brasileira, na qual a lenta evolução do capitalismo, em alguns casos, entrava em contradição com o nosso *ancien régime*, em outros contribuía para solidificá-lo, e, finalmente, já começava a apresentar o seu caráter limitante e a determinar uma abertura para o sistema social que o superará. (COUTINHO, 2011, p. 165)

A obra inaugural de Graciliano, *Caetés*, escrita entre 1925 e 1928, segundo Coutinho, permanece no campo do naturalismo. Não conseguindo operar uma síntese mais profunda da sociedade brasileira de então, ela testemunharia as dificuldades da figuração realista na sociedade brasileira e constituir-se-ia como um relato mais ou menos superficial das relações unilaterais entre homem e ambiente, em que o primeiro acaba sempre subsumido ao segundo e o relato artístico dilui-se em observações superficiais.

Inexistindo em *Caetés* o “movimento” do herói, o romance resulta em mero acúmulo inorgânico de fatos superficiais, sem ligações íntimas entre si. [...] Por isso, não obstante o conflito central que existe em *Caetés*, o narrador é obrigado – em sua tentativa de abarcar a totalidade, requisito da narração épica – a inserir no romance uma infinidade de eventos sem nenhuma ligação com a ação central, destinados somente a reproduzir o “ambiente” [...] (COUTINHO, 2011, p. 150)

Acresce que *Caetés*, apesar de ter sido publicada somente em 1933, foi escrita – como frisamos – o período anterior àquela da Revolução de 1930. Portanto, o significado desse acontecimento na obra de Graciliano não pode ser diminuído. O caráter “prussiano” da sociedade brasileira se tornaria bastante claro à sensibilidade artística do escritor, que na obra seguinte, brindar-nos-ia com um dos raros grandes exemplares realistas de nossa literatura.

Entre *Caetés* e *São Bernardo*, situa-se a Revolução de 1930: apesar de suas notórias limitações, de seu caráter de transformação “pelo alto”, ela permitiu perceber com mais precisão as forças sociais em choque na

51 “Nessa fusão entre indivíduo e classe, reside um dos pontos mais altos do realismo de Graciliano. Seus personagens são sempre tipos autênticos precisamente na medida em que expressam em suas ações o máximo de possibilidade contidas nas classes sociais a que pertencem.” (COUTINHO, 2011, p. 147)

realidade brasileira, revelando o quanto era aparente e superficial a solidez daquela sociedade estagnada e mesquinha e indicando as tendências renovadoras latentes e encobertas. (COUTINHO, 2011, p. 153)

Superando, portanto, o descritivismo de *Caetés*, em *São Bernardo* Graciliano demonstra todo o seu realismo na figuração do conflito entre homem e mundo – eixo central do romance moderno. Segundo Coutinho, colocando-se a favor da verdade artística, Graciliano adota posição abertamente humanista, constantemente compromissada com a denúncia das misérias as quais o homem é submetido em nome da lógica capitalista.⁵² A luta entre indivíduo e sociedade, com o foco da superação do amesquinamento da vida privada e solitária, constitui-se, portanto, como a pedra de toque da práxis artística de Graciliano.

Em vez da descrição extensiva de fragmentos do real (como em *Caetés*), *São Bernardo* apresenta – como seu núcleo central – o conflito que opõe, por um lado, as forças que reduzem o homem a uma vida mesquinha e miserável no interior da alienação do “pequeno mundo” individual e, por outro, as que impulsionam o homem a descobrir um sentido para a vida mediante uma “abertura” para a comunidade e a fraternidade e da consequente superação da solidão. (COUTINHO, 2011, p. 154)

São Bernardo tem como questão central a moderna luta emancipatória contra a alienação humana; ou, nas palavras de Coutinho (2011, p. 155), “[...] trata-se do conflito entre as forças da alienação e do humanismo, encarnada nas classes sociais brasileiras.” Através das personagens Paulo Honório e Madalena, os conflitos da sociedade brasileira ganham viva concretude.

Paulo Honório revolta-se abertamente contra a situação a que se vê submetido, e passa a aspirar a elevação social. A intensificação do desenvolvimento capitalista torna agora possível esse tipo de ambição, que Graciliano argutamente observa e transpõe para a dimensão artística. Por outro lado, observa Coutinho, essa modificação social se dá em conjunto com a intensificação do individualismo, da universalização da reificante lógica capitalista.

É na luta contra o seu primitivo *status quo*, a miséria e a baixa condição social, que Paulo Honório começa a definir sua personalidade. Ele não aceita passivamente a realidade dada: sua ambição poderosa, em que estão evidentes os traços da penetração capitalista em nossa sociedade, leva-o a buscar na riqueza e no domínio – em suma, na ascensão social – o sentido para a sua vida. [...] Graciliano captou aqui um dos traços essenciais do capitalismo nascente: o crescimento da mobilidade social, o

52 “Tal como na arte em geral, também no romance o fundamento da universalidade artística é a defesa da *humanitas* contra a alienação.” (COUTINHO, 2011, p. 154)

rompimento com as barreiras coaguladas do pré-capitalismo. Essa luta pela ascensão social, naturalmente, é solitária e individualista; ela define os valores que regem a atividade de Paulo Honório, ou seja, a propriedade sobre as coisas e sobre os homens. (COUTINHO, 2011, p. 155)

A superação da situação de miséria espiritual de Paulo Honório pelo ingresso na classe proprietária demonstra-se frágil. A extrema solidão o acomete, e o único fato que lhe permite o rompimento com essa situação é sua decisão de casar-se. No entanto, Paulo Honório não busca a união matrimonial como um meio de integração afetiva e humana com sua parceira, pois na realidade objetiva o enlace por motivações meramente econômicas e genealógica (a criação de herdeiros, que reforça a dimensão egoísta do ato). Desse modo, sua situação de miséria material é sucedida por uma de outro tipo: a moral, acentuada pelas características contraditórias de nossas classes dominantes, objetivamente incapazes de qualquer posição progressista.⁵³

Sua necessária solidão determina a unilateralização de sua personalidade: ele aliena-se à fazenda, é possuído por sua própria paixão. A construção de um burguês: essa construção é, simultaneamente, a criação de um novo “pequeno mundo” de paredes tão espessas quanto o anterior, que a inquietação de Paulo Honório superara. Nesse novo “pequeno mundo”, contudo, ele julga por algum tempo estar inteiramente realizado. [...] Trata-se porém, de uma trágica ilusão. Levado ainda por uma finalidade egoísta, típica de um proprietário, Paulo Honório pretende se casar: é preciso ter um filho que seja o herdeiro das riquezas que acumulou. Não é o amor que o move, pois os egoístas não conhecem o amor; ele busca a mulher como quem busca um objeto, uma propriedade. (COUTINHO, 2011, p. 156)

Graciliano constrói artisticamente com grande argúcia a oposição que se desenvolve entre a generosa e autêntica Madalena e Paulo Honório, mesquinho e egoísta. O segundo, desenvolvendo um ciúme doentio em relação à companheira, acaba invariavelmente por determinar o seu trágico fim. A ação de Madalena não traria nenhuma solução para seus problemas – a não ser sua brusca interrupção.

Personagem trágica, dilacerada entre um mundo vazio e alienado e um ideal (ainda) utópico de solidariedade, Madalena recusa o compromisso com a inautenticidade e se suicida. Esse ato recorrente, na vida de Paulo Honório, através de uma dolorosa tomada de consciência: sua solidão ainda mais se acentua (inclusive com o abandono da fazenda por parte de outros

53 Paulo Honório constitui-se, segundo Coutinho, como típico representante dessa classe emergente, que integra em si o velho e o novo: “O caráter excepcional de Paulo Honório, entre outras coisas, expressa-se na complexa integração de valores pré-capitalistas e dos valores capitalistas que formam a sua personalidade.” (COUTINHO, 2011, p. 158)

personagens), e ele percebe a inutilidade de seus esforços, centrados na busca de uma realização apoiada na pura ambição egoísta. Seu “pequeno mundo” revela-se um cárcere, uma “danação”. O momento trágico encerra o romance: nem Paulo Honório nem Madalena conseguem se realizar humanamente. (COUTINHO, 2011, p. 157)

Como nos relembra Coutinho, as condições sociais do desenvolvimento de nossa sociedade não permitiram a floração de uma classe burguesa progressista local. A aliança entre burguesia e humanismo – ainda que, mesmo em solo europeu, fora bastante breve –, nunca existiu no país, o que, naturalmente, traz consequências também para o plano artístico.

Mostrando o significado que adquire a tomada de consciência de Paulo Honório no final do romance, que simboliza a problemática própria à burguesia brasileira, Coutinho resume-nos o dilema de nossa classe dirigente: entre progresso individual e coletivo, a impossibilidade de promover o progresso social ao mesmo tempo que desenvolve sua riqueza particular.⁵⁴ Ainda que, na ordem capitalista, a convergência entre desenvolvimento individual e coletivo não seja compatível, por algum tempo se acreditou seriamente nisso, o que permitiu a existência do já referido “período heroico” da sociedade burguesa.

O destino trágico de Paulo Honório é o destino típico da burguesia brasileira, incapaz – pelas próprias limitações sociais e humanas – de superar o “pequeno mundo” do interesse privado e de abrir-se para uma vida comunitária e autenticamente humana. (COUTINHO, 2011, p. 160)

O romance *São Bernardo* vale-se da estrutura romanesca clássica (em oposição às variações que serão próprias do romance moderno, como inexistência de linearidade narrativa, fluxo de consciência, etc). Mas, em função das modificações sofridas pela sociedade capitalista em nível global, algumas características das obras literárias veem-se forçadas a alterações, visando melhor apreenderem essas novas dinâmicas sociais. Não é causal que, ainda que se valha da estrutura romanesca clássica, o romance de Graciliano altere a concepção usual do protagonista romanesco, do “herói problemático”.

Assim, mesmo na Europa, o individualismo demonstrou seu real conteúdo, sua vacuidade e sua oposição diametral a um progresso social amplo e efetivo. Não é causal, portanto, que, nas principais obras do realismo russo da virada para o século seguinte, esse

54 “O Brasil, como vimos, não conheceu sequer um esboço desse humanismo; mesmo os mais consequentes entre os nossos burgueses, os que encarnam a mais alta possibilidade de ambição e de progresso contida em sua classe, são obrigados a conciliar como cárcere do ‘pequeno mundo’, a limitar os seus esforços ao estrito campo permitido pelo desenvolvimento vacilante e conciliador de sua classe [...]”. (COUTINHO, 2011, p. 159)

tema seja abordado de forma tão intensa. A inquietação demoníaca, típica do herói problemático, ganha agora um novo conteúdo: suas ações e anseios dirigem-se para sua integração à coletividade e a narração romanesca centra-se no relato da tragédia na impossibilidade objetiva desse feito na sociedade capitalista.⁵⁵

Com a evolução da sociedade burguesa na Europa Ocidental, com a estabilização sempre maior do capitalismo, esse individualismo se transforma cada vez mais em egoísmo filisteu, perdendo assim a grandeza e a autenticidade que ainda possuía nos personagens de Balzac e Stendhal (grandeza e autenticidade que permitiam a esses escritores a criação de autênticos “heróis problemáticos”) e dissolvendo-se nos conflitos mesquinhos e limitados que iria se alimentar o naturalismo. Só no realismo russo, notadamente em Tolstoi e Dostoiévski, vemos surgir um novo tipo de “herói problemático” (ao lado de uma renovação do antigo tipo): o indivíduo que busca realizar-se através da integração na comunidade humana, mas que – graças à inexistência objetiva desta comunidade – está também condenado ao fracasso [...] (COUTINHO, 2011, p. 161)

Angústia, por outro lado, escrita em 1936, constitui-se de forma bastante diversa, numa perspectiva estrutural, das obras anteriores de Graciliano. Luís da Silva, o protagonista do romance, é um típico membro de uma família rural em processo de decadência. Procurando contornar esse fato, Luís empreende um êxodo rural, buscando alcançar uma situação social mais favorável no ambiente urbano. Seu projeto, no entanto, mostra-se falho e o que encontra na cidade é mais da mesma miséria da qual fugia.

Angústia é o relato da história de Luís da Silva, último membro de uma família rural em decadência, que tenta “vencer na vida” abandonando o campo pela cidade. Ele logo compreende o caráter ilusório desta tentativa; nem em Maceió, nem mesmo no Rio de Janeiro, Luís da Silva consegue se afirmar. Ao contrário: aí ele conhece a miséria mais extrema, inclusive a mendicância. (COUTINHO, 2011, p. 165)

Assim como ocorrera em *São Bernardo*, a perspectiva de um compromisso matrimonial é responsável por imprimir certa dinâmica aos acontecimentos e, em ambos os casos, aparece como uma tentativa da superação da solidão privada, condição característica da sociedade capitalista. Ao contrário do ocorrido na obra anterior, em *Angústia*, o casamento não se realiza, ainda que nesse caso por limitações autoimpostas pelo protagonista que, tendo passado a acostumar-se com aceitar a situação miserável, não mais

⁵⁵ Podemos notar que Madalena se encaixa perfeitamente nessa categoria. Como sintetiza Coutinho (2011, p. 160): “Ela se opõe radicalmente ao mundo alienado, buscando um sentido para a vida, uma verdadeira realização humana, na fraternidade e na solidariedade com os seus semelhantes. Este é, naturalmente, um tipo novo na história da evolução da estrutura romanesca: o do ‘herói problemático’ individual que pesquisa um valor autêntico comunitário e transcendente”.

se permitia desejar para si grandes realizações.

Um fato novo, contudo, surge neste aparente marasmo, quando ele já não mais alimenta ilusões: Marina. É sem dúvida um fato importante, digno de registro, que tanto em *São Bernardo* como em *Angústia* tenha sido a tentativa mais imediata de superar o isolamento e a solidão, a ligação amorosa individual, a causa imediata da tragédia dos dois personagens centrais. [...] Com o aparecimento de Marina, Luís da Silva volta a experimentar uma esperança, superando o marasmo em que se encontrava: durante algum tempo, a ideia de casamento domina seus pensamentos. Reduzido a não poder ambicionar senão pequenas coisas, Luís da Silva aprende que nem mesmo estas lhe são permitidas: Marina é seduzida por Julião Tavares, um rico comerciante acidentalmente ligado a Luís [...] (COUTINHO, 2011, p. 167)

Não reconhecendo sua própria culpa na perda da vizinha Marina, Luís fixa-se na ideia de destruir Julião. Dando seguimento aos planos, Luís assassina Julião, o que, segundo Coutinho, simboliza tanto o que há de pior em si, a efetivação de um ato moralmente condenável, quanto o que há de melhor, a tentativa de buscar liberdade (ainda que deturpada e se valendo de meios equivocados para alcançá-la). Dessa forma, Luís dirige toda a sua raiva e indignação, de natureza mais geral, a um único indivíduo, falhando no intuito de objetivar-se ativamente contra a realidade.

Luís da Silva, após o rompimento do noivado, agarra-se a uma ideia fixa, torna-se um monomaniaco: só destruindo o seu rival [...] é possível recuperar o equilíbrio perdido, afirmar-se como homem autêntico, superar a sua condição de **coisa** inerte e desprezível. [...] A ação de Luís da Silva – o assassinato de Julião Tavares [ponto passível de questionamento] – revela, com evidência a ambiguidade a que nos referimos. Ela contém o que de melhor existe em Luís: a sua aspiração à liberdade e à autonomia, o seu ódio contra a opressão e a indignidade. Mas, ao mesmo tempo, a solidão do personagem [...] condena-o a uma ação degradada e impotente: liquidando Tavares, um simples indivíduo, Luís da Silva não destruirá a máquina capitalista de exploração [...] (COUTINHO, 2011, p. 169)

A solidão, como no romance anterior, continua sendo a principal causa de derrota das personagens de Graciliano. Esse fato, como dissemos, não se encerra em derrotas subjetivas, fracassos individuais dos personagens, mas antes provém da inadequação da sociedade na qual inserem-se, que cotidianamente frustra os indivíduos que almejam obter realizações – é a derrota do indivíduo frente à sociedade. Observa Coutinho (2011, p. 171): “Como Madalena e Paulo Honório, ainda que por razões diversas, Luís da Silva permanece solitário – e a solidão, determinando a radical impotência, equivale a uma ‘danação’, a um inapelável fracasso.”

Quanto à estrutura formal, segundo Coutinho, *Angústia* ainda pode ser considerada como pertencente ao romance clássico. No entanto, observa-se na obra uma integração da estrutura clássica a técnicas propriamente vanguardistas. A solidão determina o isolamento do sujeito e somente o relato dos fatos objetivos não consegue mais dar conta da complexidade da vida contemporânea. Somente valendo-se de técnicas que, como o fluxo de consciência, colocam-se da perspectiva da subjetividade fragmentada e isolada, essas novas obras romanescas fornecem-nos um quadro amplo e vivo das determinações essenciais da realidade social (nesse ponto Coutinho observa uma aproximação entre as obras de Graciliano e as de Dostoiévski).

Assim, através de técnicas vanguardistas, Graciliano constrói um dos romances mais realistas da literatura brasileira, cuja **estrutura** muito se aproxima daquela dos romances dostoiévskianos de herói individualista (como *Crime e castigo*, por exemplo). Em vez da mera descrição paranaturalista ou alegórica da solidão e do desespero de homens abstratos, como ocorre em grande parte dos romances da “vanguarda” subjetivista, Graciliano nos apresenta uma **interpretação poética**, que implica a representação da gênese social e das consequências humanas, da solidão e do desespero de um homem concreto, típico: um pequeno-burguês brasileiro. (COUTINHO, 2011, p. 174)

O pano de fundo concreto das obras bem-sucedidas de Graciliano, analisadas pelo pensador baiano é, portanto – voltando mais uma vez à questão –, a contradição e a peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A aliança entre velho e novo, bem como a síntese miserável processada dessa relação, constituem o alicerce fundamental sobre o qual desenvolve-se o processo de formação, elitista e excludente, da sociedade brasileira, que somente nossos principais teóricos e artistas puderam captar.

São Bernardo e Angústia [...] têm como conteúdo temático a contradição, que se estabelecia em nosso país, entre uma sociedade semicolonial em decadência e o desenvolvimento de elementos capitalistas; também estes elementos capitalistas – por força da especificidade de nossa formação histórica e da natureza geral do próprio capitalista – revelavam desde logo a sua interior ambiguidade e contraditoriedade. (COUTINHO, 2011, p. 174-175)

Nos próximos dois anos seria concebida *Vidas secas*, amplamente aclamada e considerada por muitos uma das obras fundamentais da literatura brasileira. Ao contrário do ocorrido em suas obras anteriores, em *Vidas secas*, a vida no campo é retratada de um diferente ângulo: se, em *São Bernardo*, as relações sociais do campo aparecem como

resultado da penetração do capitalismo, na obra de 1938, a realidade figurada apresenta características pré-capitalistas, em função do isolamento geográfico e, sobretudo, social do sertão nordestino (trata-se de um caso exemplar das deformações produzidas pela aliança entre velho e novo, em que o segundo não pôde emergir, calcificando e intensificando a miséria fomentada pelo primeiro).

Em *São Bernardo*, a fazenda que serve de título ao romance é um empreendimento que a ambição de Paulo Honório – através da introdução de inovações tecnológicas – transforma num típico exemplo de penetração de elementos capitalistas no campo brasileiro; *Vidas Secas*, ao contrário, nos apresenta um quadro de evidente decadência que, nesse caso, não foi seguida por nenhuma renovação capitalista (inclusive no estrito sentido tecnológico). (COUTINHO, 2011, p. 175)

Coutinho nota, em *Vidas secas*, uma estrutura formal singular: visando adequar a figuração da realidade agropastoril nordestina à estrutura romanesca, Graciliano vê-se forçado a elaborar o relato de forma relativamente monótona (na busca de adequar o relato ao real). Nas palavras do pensador baiano:

O enredo de *Vidas Secas*, correspondendo a esta realidade relativamente simples e pouco densa, apresenta-se também ele simples: em vez de longos desdobramentos que caracterizam o romance realista do período de formação e ascensão da burguesia, temos aqui uma realidade quase linear, sem conflitos dramáticos intensos e restrita a um curto período temporal na vida de uma família de retirantes. (COUTINHO, 2011, p. 176)

A família do protagonista Fabiano é composta pela mulher, Sinhá Vitória, dois filhos, que somente são tratados por “menino mais velho” e “menino mais novo” e a cachorra Baleia. Com o intuito de fugirem da seca, a família vê-se forçada a iniciar sua jornada (o arco romanesco) e estabelecem-se temporariamente numa fazenda abandonada. No entanto, o retorno da seca, agora ainda mais intensa, os impele a voltarem à estrada. O arco romanesco, como aponta Coutinho, compreende-se no período situado entre as duas secas.

Tangidos pela seca, Fabiano e os seus migram em busca de uma região mais favorável; terminam por se fixar numa fazenda abandonada, na qual Fabiano passa a trabalhar após entrar em acordo com o patrão, sempre ausente e distante; com a volta da seca, eles são novamente obrigados a abandonar a fazenda e retomar a migração. O romance situa sua ação entre essas duas secas, isto é, no período do estabelecimento provisório de Fabiano. (COUTINHO, 2011, p. 176)

O “nomadismo” de Fabiano e família, como sugere Coutinho, não ocorre em função de determinações predominantemente naturais. É claro que a escassez de chuvas é um fenômeno natural, mas a submissão do homem ao ambiente – sabedores que somos da existência de avançadas tecnologias, mesmo à época, que se não pudessem transformar o sertão em mar, poderiam ao menos abrandar os seus efeitos – é um fenômeno essencialmente social, e que decorre do tipo específico de desenvolvimento que aqui se estabeleceu. A inexistência de qualquer condição digna atesta o caráter profundamente excludente de nossa sociedade.

Como dissemos acima, só aparentemente o nomadismo de Fabiano decorre de um fenômeno natural, ou seja, da seca: ele se liga, em primeira instância, ao fato de Fabiano não ser o proprietário, o que o impede de vincular-se definitivamente à terra; e, em seguida, ao baixo nível tecnológico da exploração agropecuária, o que torna os homens impotentes na luta contra os fatores naturais (como a seca). Em suma: a problemática de Fabiano decorre diretamente do caráter retrógrado e improdutivo de nossa estrutura agrária, inteiramente inadequada para proporcionar um nível de vida até mesmo medíocre aos trabalhadores rurais brasileiros. (COUTINHO, 2011, p. 176-177)

O monopólio da terra aparece como a principal causa dessa modalidade de miséria social. As grandes propriedades rurais, das capitanias aos latifúndios, garantiram perpetuação da desigualdade, solidificando a tradição coronelista de grande parte dos estados das regiões Norte e Nordeste. A luta de Fabiano – ainda que este não o saiba –, nesse sentido, não é uma luta travada contra a terra, mas antes contra uma entidade social profundamente enraizada, que possui causa e solução bastante concretas, ainda que constantemente ignoradas.

Obstaculizando o avanço das forças produtivas e dispersando os camponeses, o latifúndio – o monopólio da terra – torna-se a causa da exploração e da miséria no campo brasileiro; é o latifúndio – e não a seca, que só tem efeitos catastróficos por causa da estrutura social de dominação da natureza, que tem no monopólio da terra sua peça central – que encarna o “mundo convencional e vazio” que impede Fabiano de levar uma vida autêntica e humana. (COUTINHO, 2011, p. 177)

Em meio a esse ambiente inóspito e miserável (tanto econômica quanto humanamente), Fabiano vê-se passivo e incapaz de uma reação efetiva. O lavrador, em consequência de sua condição de extrema simplicidade, torna-se alvo fácil de exploração, o que ocorre tanto por parte do patrão, quanto do soldado amarelo, que deveria proteger o

cidadão, utiliza de forma abusiva seu poder, demonstrando a quem realmente serve: aos donos da terra e, conseqüentemente, do poder (nesse caso, tanto econômico quanto político).

Solitário, conseqüentemente impotente, Fabiano é presa fácil da exploração e do embuste, impossibilitado de reagir não só às trapaças de seu patrão (nas quais a exploração se faz evidente e imediata), como às violências do “soldado amarelo”, que representa o governo que garante e protege a dominação latifundiária. (COUTINHO, 2011, p. 177)

Contudo, segundo Coutinho, a passividade objetiva de Fabiano não deve ser confundida com uma situação convencional, com uma resignação absoluta. No cenário de extrema pobreza no qual se insere, a simples busca de manutenção da sobrevivência já é uma tarefa que demanda esforço hercúleo. Apesar disso e de todas as dificuldades às quais Fabiano se vê submetido, é seu “desejo de viver” que o motiva, a esperança de buscar, para si e para os seus, uma condição de vida mais digna.

Apesar da passividade exterior (da não execução de seus “planos”), em nenhum momento Fabiano desiste de lutar, de resistir ao mundo hostil, de buscar uma situação de arranque da condição de animal e o conduza a um mínimo de dignidade que torne possível uma vida realmente humana. O conteúdo de seu **inconformismo** [...] não é a complexa busca de valores autênticos (individualistas ou comunitários) que caracteriza o romance do capitalismo evoluído: é a manifestação imediata do que há de mais elementar no homem, o seu **desejo de viver**. (COUTINHO, 2011, p. 178)

Nessa perspectiva, a própria integração de Fabiano à lógica capitalista parece ser o seu objetivo. Trata-se, aqui, de buscar inserir-se na lógica de um sistema que explora os indivíduos, mas que, tendo-se em vista a situação de miséria quase absoluta a qual os lavradores se veem submetidos – que tem como ponto emblemático máximo a inversão humanizadora da cachorra Baleia que, em contraste com a bestialização da família de Fabiano, destaca-se por características propriamente humanas –, significa um avanço substantivo. Por certo que, como consequência do ingresso almejado, novos problemas surgiriam, mas o realismo da obra de Graciliano mostra-se particularmente forte aqui: a única possibilidade que se apresenta concretamente a Fabiano é essa e as escolhas limitam-se às suas possibilidades.

Não levando à prática nenhuma das possibilidades abstratas de reação acima expostas, Fabiano permanece disponível para se engajar na única possibilidade de resolução dos seus problemas, que, **no universo do**

romance, apresenta-se como concreta: a integração na economia capitalista, ou pelo acesso à pequena propriedade da terra, ou pela sua transformação em operário urbano. (COUTINHO, 2011, p. 179)

Indo contra grande parte das interpretações de *Vidas Secas*, Coutinho conclui que esse fato habilita a categorização de Fabiano como um “herói positivo” – num paralelo com o romance social inglês do XVIII –, pois é o único personagem que ainda possui aquela impulsão demoníaca que o impele à ação, ainda que abstratamente e quase exclusivamente no plano das possibilidades.

Assim, na obra do romancista alagoano, Fabiano é o único “herói positivo”, não no sentido que se realize humanamente, triunfando na luta contra o mundo hostil aos seus projetos (como o *Tom Jones* de Fielding, por exemplo); mas no sentido de que é o único que tem a possibilidade **concreta** de fazê-lo, ou seja, o único cuja solidão – mesmo no interior de sua situação concreta presente – não é necessariamente trágica, já que **pode** ser superada. (COUTINHO, 2011, p. 180)

Através de suas principais três obras (das quatro analisadas por Coutinho), Graciliano mostra-nos de forma profundamente realista, as intrincadas relações entre indivíduo e classe, no plano figurativo, que se processam na sintetização de autênticos e emblemáticos tipos humanos de nossa literatura.⁵⁶ Os destinos dos personagens figurados, em relação profundamente realista e dialética, aparece não como um dado *a priori*, mas como resultado de suas ações que, por sua vez, são o resultado de suas interações dentro da perspectiva das possibilidades concretas das classes sociais nas quais se inserem. Coutinho faz o seguinte resumo da questão:

Dessa forma, Paulo Honório, Madalena e Luís da Silva, enquanto indivíduos, não são aprioristicamente condenados à tragédia; sua tragicidade se torna necessária no momento em que, diante de determinado problema, eles assumem a posição de determinada classe – e esta classe, **enquanto** classe, não comporta nenhuma perspectiva ou possibilidade (concreta) de solução para o problema em questão. Paulo Honório não consegue superar o seu egoísmo burguês, Madalena permanece em seu radicalismo solitário pequeno-burguês e Luís da Silva não transcende a revolta marginal e inconsequente que é a única que o seu isolamento igualmente pequeno-burguês permite: daí a tragicidade de suas vidas. (COUTINHO, 2011, p. 180)

56 “Ao contrário do que pensa o mecanicismo – ou, em literatura, o naturalismo –, a participação do indivíduo em uma determinada classe social não é um fato mecânico, estabelecido de uma vez por todas. Esta participação revela-se, precisamente, nos momentos decisivos da vida de um homem: na atitude e na maneira de reagir em face de um problema vital colocado pela realidade, atitude e reação que podem diferir das assumidas normalmente na vida cotidiana.” (COUTINHO, 2011, p. 180)

Em oposição aos personagens de *São Bernardo* e *Angústia*, o protagonista de *Vidas secas* difere substancialmente destes ao revelar uma ação com um conteúdo humano que se desdobra positivamente – ainda que potencialmente. Isso se dá, segundo Coutinho, em função das possibilidades positivas próprias da classe trabalhadora rural, que se opõe objetivamente à miséria social, que constitui o fundamento último da sociedade brasileira, fundada, como vimos, numa disparidade histórica peculiar.

E essa **abertura** para o futuro, ao contrário da necessária tragicidade de Paulo Honório e Luís da Silva, é dada – em ambos os casos – pela própria realidade brasileira: enquanto a burguesia latifundiária e a classe média tradicional não podem transcender, enquanto classes, o “pequeno mundo” da **miséria brasileira** – sendo necessariamente trágicas e grotescas as tentativas de fazê-lo –, a camada trabalhadora rural é uma classe potencialmente revolucionária, que participa do conjunto de classes sociais que tem real interesse na destruição da **miséria brasileira** e na criação de um “grande mundo” democrático. [...] Tal possibilidade, assim, é suficiente para permitir a Graciliano esboçar uma perspectiva otimista em seu último romance, sem com isto sair dos amplos limites do verdadeiro realismo. (COUTINHO, 2011, p. 181)

As personagens positivas, disseminadas à época do romance social inglês do século XVIII, constituíam-se em função da particularidade histórica da ascensão da sociedade burguesa em solo britânico, que ainda não tinha o seu potencial revolucionário esgotado. As vitórias dos heróis desse tipo, o seu triunfo individual em relação à realidade feudal, simbolizavam a vitória do projeto burguês frente a realidade social retrógrada, que já não mais podia oferecer respostas satisfatórias às novas demandas sociais, que se solidificavam com os novos valores emergentes.

O movimento mais amplo de oposição burguesa ao feudalismo, pressupôs, no plano literário, o surgimento da figura do burguês como herói positivo, aquela que encarnava em si a máxima potencialidade das virtudes humanas. Os impactos da Revolução Francesa, não só naquele país, mas em todo o continente europeu, lançaram novo impulso e, enquanto o universalismo burguês não se revelava como discurso vazio, foi possível à sociedade europeia vivenciar seu “período heroico” do mundo burguês, que Lukács (2006, p. 598) localiza o romance *Os anos do aprendizado de Wilhelm Meister* como floração tardia e divisor de águas.

Trata-se de um caso raro, não muito comum na história do romance, essa criação de “heróis positivos”, isto é, de heróis que realizam os valores implícitos em sua ação, triunfando do mundo hostil, ou que, simplesmente, apresentem uma possibilidade concreta de fazê-lo, não tendo a sua “busca”

um caráter necessariamente trágico. Este foi o caso, por exemplo, do grande romance inglês do século 18 (que se pense em *Tom Jones*, de Fielding, ou em *Moll Flanders*, de Defoe). Tratava-se de uma época de ascensão da burguesia, de rompimento das limitações feudais, sendo a vitória do herói a expressão da vitória dos valores individualistas da burguesia sobre os valores estratificados do feudalismo. (COUTINHO, 2011, p. 181-182)

Que no período seguinte essas ilusões revolucionárias demonstrariam suas limitações iminentes, e o projeto social burguês demonstraria a sua verdadeira face, também já é um fato sabido por nós. Nesse meio tempo, foram estabelecidos os limites do individualismo e, como consequência, foi necessário o surgimento da figura do herói problemático, mais representativa do novo período social e tão magistralmente composta pelos grandes mestres do realismo francês do XIX.⁵⁷

O grande feito compositivo de Graciliano Ramos em *Vidas secas*, segundo Coutinho, foi o de valer-se parcialmente da estrutura daquele romance inglês, pois, enquanto os personagens de Fielding e Defoe triunfavam positivamente na realidade concreta, Fabiano somente encontra um conteúdo positivo para as suas ações no campo das possibilidades. Essas características, no entanto, não são exclusivas do escritor alagoano e compareceriam nas grandes obras do realismo socialista, ainda que retratadas de uma outra forma.

Graciliano, em *Vidas secas*, reencontra elementos da forma estrutural do romance inglês, naturalmente com diversidades gritantes e profundas: aqui não se trata, certamente, da concretização de uma vitória, como em Fielding e Defoe, mas em sua **possibilidade** (como é o caso, ademais, de grande parte dos romances socialistas, em que o combatente pelo novo mundo – mesmo que parcialmente derrotado – tem a possibilidade de triunfo futuro: que se pense, por exemplo, na heroína de *A mãe*, de Gorki); e não se trata também do capitalismo como realidade efetiva, triunfante – como no romance inglês –, mas sim como **horizonte**, como perspectiva de solução (para insistir no paralelo: como o socialismo aparece em alguns romances socialistas). (COUTINHO, 2011, p. 182)

Vidas secas, segundo Coutinho, realiza um curioso e atípico percurso, ao regredir cronologicamente da figuração do herói problemático à utilização do herói positivo. No entanto, em ambos os casos, a preocupação de Graciliano é com a figuração realista da vida social brasileira, o que, em ambos os casos, atinge com sucesso, também em função da forte

57 “Quando a sociedade burguesa se solidificou, revelando sua própria limitação e vacuidade, essa vitória do indivíduo contra o mundo, contra as formas vigentes de alienação, tornou-se cada vez mais problemática: o individualismo se faz trágico e revela o seu caráter ilusório (que se pense em Balzac, Stendhal ou Flaubert).” (COUTINHO, 2011, p. 182)

dose de humanismo subjacente à sua visão de mundo.⁵⁸ Não se trata, portanto, de uma discussão vazia sobre as características estruturais e estilísticas da obra literária, mas antes da compreensão da articulação dialética existente entre conteúdo e forma e, sobretudo, da síntese orgânica que as obras em questão nos apresentam.

Essa estrutura e esse universo determinam, em *Vidas secas*, novas diversidades técnicas, estilísticas: a concentração novelística e dramática, própria dos romances em que fracassam as tentativas do herói (Balzac, Stendhal, o Graciliano de *São Bernardo* e *Angústia*), cede lugar a uma composição aberta, relativamente linear, em que as partes possuem uma maior autonomia relativa, embora se mantenha a organicidade (como é o caso em *Tom Jones* e em *Moll Flanders*). [...] A diminuição da dramaticidade – aliada à solidão dos personagens, à sua dificuldade de comunicação – determina de imediato, em *Vidas secas*, a supressão quase total do diálogo. A possível “positividade” do herói torna esta composição aberta mais adequada, já que mais próxima do *pathos* positivo da epopeia (na qual a “positividade” do herói é absoluta). (COUTINHO, 2011, p. 182-183)

Assim, fugindo de qualquer solução mecanicista, Coutinho postula que somente uma análise do conteúdo imanente das obras, resultantes do reflexo dos elementos essenciais da realidade que figura artisticamente, pode revelar-nos sua real dimensão valorativa.⁵⁹ Com isso, Coutinho responde de forma satisfatória àqueles que ainda tendem a identificar a obra com a visão de mundo do autor, oferecendo poucos elementos para a compreensão, propriamente dita.

Desta forma, é o universo da obra, sua coerência interna fundada no reflexo da realidade essencial, e não a posição ideológica do autor – a qual pode, ademais, estar em contradição com a visão de mundo subjacente à obra –, é o universo imanente da obra que define o seu valor artístico. (COUTINHO, 2011, p. 193)

Graciliano Ramos, para Coutinho, constitui-se como um de nossos maiores

58 “O conteúdo mais geral da visão do mundo que se expressa de modo *sensível* (não conceitual) nas obras de arte realistas é o **humanismo**: a defesa da *humanitas* – da integridade e da unidade do homem – contra a alienação e a mutilação do indivíduo e da comunidade autêntica. No caso concreto do romance, este humanismo expressa-se sobretudo, salvo raras exceções, em sua forma **negativa**: na crítica radical dos fundamentos de um mundo alienado, que obstaculiza ou impede as melhores aspirações do homem, condenando-o à solidão e à impotência trágica.” (COUTINHO, 2011, p. 185)

59 Coutinho faz algumas ressalvas, em nota de rodapé, a algumas interpretações da obra de Graciliano: “De uma maneira errônea, a meu ver, dois inteligentes críticos de Graciliano Ramos generalizaram esse pessimismo para toda a obra do romancista, transformando-o em sua visão do mundo geral. Trata-se de Antonio Candido [...] e Rolando Morel Pinto [...], que falam, respectivamente, em ‘pessimismo radical’ e em ‘ceticismo, pessimismo e negativismo’. Além disso, une esses dois críticos uma acentuação exagerada do aspecto autobiográfico dos **romances** de Graciliano – o que, em minha opinião, contribui pouco para a análise **literária** e **sociológica** de tais romances.” (COUTINHO, 2011, p. 187)

escritores, justamente por ter conseguido retratar os problemas típicos de nossa sociedade de forma tão profunda e exemplar. A visão negativa, concebida de forma abstrata e quase metafísica, por parte de alguns intérpretes de sua obra, integra-se, para Coutinho, organicamente com sua visão realista da realidade brasileira que, porém, jamais abandona a carga ineliminável de humanismo, sempre sensível às possibilidades contidas nas ações e destinos humanos.

Mantendo-se no interior das estruturas “clássicas” do romance, centradas sobre o herói problemático individual, Graciliano é um realista crítico, um dos maiores realistas críticos da literatura brasileira. Seu otimismo problemático, que compreende a tragédia como um dos momentos dialéticos, é a componente fundamental de seu humanismo, de sua visão de mundo literária [...]. É essa visão do mundo que permite a Graciliano representar os conflitos humanos típicos de uma sociedade duplamente contraditória, já que dilacerada não só pela contradição entre o pré-capitalismo caduco e o capitalismo moderno, como também pelas novas contradições internas que o capitalismo traz necessariamente consigo. (COUTINHO, 2011, p. 193-194)

Por fim, é justamente na compreensão de Graciliano Ramos e no profundo realismo através do qual repõe artisticamente as principais determinações de nossa sociedade, que residem a justificativa para a manutenção do escritor alagoano na posição privilegiada que ocupa em nossa cultura. Nas palavras de Coutinho:

Daí a atualidade permanente do velho Graça, a grandeza do seu realismo vigoroso e profundo. O esmagamento dos melhores anseios e das melhores esperanças, a derrota trágica dos que lutam para superar um mundo vazio e alienado e por encontrar o caminho da comunidade humana democrática são constantes na história brasileira. Mas, por sobre as tragédias momentâneas e individuais (embora socialmente necessárias), Graciliano Ramos ensina-nos a ver a perspectiva de um futuro mais brilhante, ainda que sem nos iludir sobre os obstáculos e as dificuldades na luta por alcançá-lo. (COUTINHO, 2011, p. 194)

3.4 Jorge Amado e o nacional-popular

Coutinho, que inicialmente se manteve bastante reticente em relação à obra de Jorge Amado, parece rever alguns dos seus pontos no texto acrescido à nova edição de *Cultura e sociedade no Brasil*, fruto da transcrição, possivelmente retrabalhada, de uma conferência em homenagem aos oitenta anos do nascimento escritor baiano, realizada em 1992.⁶⁰ A

⁶⁰ A origem desses apontamentos remontam, segundo José Paulo Netto (2012, p. 69), a um texto escrito por Coutinho a *O Diário* de Lisboa, na edição do dia 13 de agosto de 1977, intitulado “O povo na obra de Jorge Amado”.

importância de Amado, tanto no cenário nacional quanto internacional, jamais foi negada: as principais críticas dirigidas ao escritor dirigiam-se à adoção de posições próximas ao stalinismo (leia-se, jdanovismo). Avesso a esse simplismo, de identificar obra e autor unilateralmente, as restrições de Coutinho davam-se por uma pretensa interferência da concepção stalinista de Jorge Amado em sua obra, que teria agido no sentido de empobrecê-la.

O texto de Coutinho dedicado a Amado é importante, também, por permitir a identificação da transição progressiva de sua fundamentação teórica central de Lukács para Gramsci. Assim, agudiza-se o movimento, já indicado no texto dedicado a Lima Barreto, de privilegiar as formulações gramscianas – no caso, a compreensão de que escritores e povo devem manter uma relação orgânica, permitindo o surgimento de uma cultura nacional-popular.

Sem negar o caráter problemático de algumas obras de Amado, Coutinho busca uma reavaliação de sua trajetória artística.⁶¹ Em sua primeira fase, observamos a ação focada na região cacauzeira, com forte apelo e grande sensibilidade para a figuração de tipos populares, que agem no sentido de escaparem às inflexões “prussianas” do capitalismo brasileiro.

Em seus primeiros romances, particularmente nos dedicados à região cacauzeira, ele nos mostra – sempre através da construção de destinos humanos típicos, ou seja, com meios especificamente literários – como a introdução de valores capitalistas no universo social, através sobretudo do acirramento do individualismo, faz-se em estreita combinação com a permanência do *ethos* autoritário da velha ordem. Ao mesmo tempo, e com uma intensidade que talvez não encontremos em nenhum dos seus contemporâneos, Jorge Amado se empenha na construção de tipos populares alternativos, que apontem para a superação daquela peculiar modalidade de capitalismo que ia se implantando em nosso país. (COUTINHO, 2011, p. 197)

As obras da primeira fase do autor baiano, segundo avaliação de Coutinho, merecem uma análise individual. O filósofo baiano observa em algumas das obras de Jorge Amado a existência de uma relativa “vitória do realismo”, o que não ocorre em outras (prejudicadas diretamente pela inclinação jdanovista do escritor baiano).

Se a “vitória do realismo” não consegue se afirmar em todos os seus romances iniciais (ela me parece particularmente comprometida na trilogia *Os subterrâneos da liberdade*), certamente está presente em muitos

61 “Não é aqui o local para discutir em profundidade até que ponto a adesão de Jorge Amado aos paradigmas do chamado 'realismo socialista' prejudicou sua produção romanesca dessa primeira fase, que se encerra com *Os subterrâneos da liberdade*.” (COUTINHO, 2011, p. 197)

deles, em particular em *Terras do sem fim*, sua melhor produção dessa primeira fase. (COUTINHO, 2011, p. 198)

Posteriormente ao XX Congresso do PCUS, o escritor revê as suas posições políticas, que daquele momento em diante passaria a reconhecê-las como equivocadas. No entanto, permanece em Jorge Amado um profundo sentimento humanista e democrático, que se expressaria sobretudo na criação de grandiosos personagens de extração popular; desses, destaca-se o seu potencial reativo – que, sobretudo nesse tipo de sociedade, coloca-se aos menos favorecidos como uma das poucas possibilidades de enfrentamento.

Ao mesmo tempo em que deixa de ser um “stalinista ferrenho”, para usar sua própria autocaracterização, Amado conserva uma visão de mundo humanista e socialista, enriquecendo-a agora com uma explícita e consciente adesão ao valor universal da democracia. Com isso, fortaleceu-se a sua capacidade de criar tipos populares autenticamente realistas. As alternativas ao capitalismo autoritário, àquela ordem cujos valores ele continua a denunciar, são cada vez mais buscadas na própria vida cotidiana das camadas populares, nos múltiplos recursos éticos e culturais de que o povo dispõe para enfrentar, com astúcia e sagacidade, as situações de opressão e humilhação a que é submetido pelos “de cima”, pelas classes dominantes. (COUTINHO, 2011, p. 198)

Com o fim de sua primeira fase, que se encerra em 1954, com a redação de *Os subterrâneos da liberdade*, inicia-se um período ainda mais fértil, cujo marco foi *Gabriela, cravo e canela*, publicada em 1958. Sua obra, agora não mais constrangida pelos pressupostos do realismo soviético, pôde desenvolver-se mais livremente. Intimamente ligado aos problemas do povo, Amado não deixaria passar despercebidas algumas daquelas principais características do nosso desenvolvimento socioeconômico. Como nos demonstra Coutinho, mesmo no primeiro romance essas características já se fazem notadas, artisticamente expressas:

Isso já se evidencia claramente em *Gabriela, cravo e canela*, o primeiro romance dessa nova fase. Contra o pano de fundo de um processo de transformação pelo alto (no qual os velhos oligarcas vão progressivamente abandonando o Coronel Ramiro Bastos e sendo cooptados pela proposta só aparentemente “modernizadora” de Mundinho Falcão, na tentativa de, mais uma vez, “fazer a revolução antes que o povo a faça”), destaca-se a autenticidade e sagacidade de Gabriela: ela sabe operar nos interstícios abertos pelo impacto dos novos costumes sobre o falso moralismo vigente, utilizando a seu favor todas as mudanças que iam sendo geradas, ainda que lenta e contraditoriamente, pelo processo de modernização em curso. (COUTINHO, 2011, p. 198-199)

A cultura popular como resistência contra-hegemônica é outro dos temas abordados por Amado com certa recorrência. *Tenda dos milagres*, de 1969, que tanto Amado quanto Coutinho consideram a mais importante, entre as inúmeras histórias produzidas pelo escritor baiano ao longo de quase setenta anos, é um exemplo da utilização dessa fecunda seara. Identificando “modernidade”, “branco” e “primeiro-mundista”, Amado realiza uma profunda crítica aos valores das classes dominantes, que, na verdade, mascaram um discurso puramente ideológico, que tem por razão de ser a ocultação das gritantes desigualdades existentes em nossa sociedade. O desdém com que os elementos da cultura popular são usualmente vistos é equiparado a esse flagrante elitismo das classes dominantes, que visa a imposição de sua visão de mundo e do seu projeto de sociedade a todo custo.

Um outro modo de resistência, dessa feita coletivo, é a afirmação pelo povo, aberta ou veladamente, de seus próprios valores culturais e simbólicos contra a marginalização ou mesmo a repressão impostas pelas classes dominantes. Em *Tenda dos milagres*, que o autor tem razão em considerar o seu melhor romance, Amado nos mostra exemplarmente o modo pelo qual as nossas classes dominantes conceberam e continuam a conceber a modernidade no Brasil: “moderno” seria impor a cultura e os valores “brancos”, “primeiro-mundistas”, extirpando – até mediante a repressão – o “atraso” representado pelas pretensas “superstições” negras e populares. (COUTINHO, 2011, p. 199-200)

Terminando o seu ensaio com uma referência do próprio Jorge Amado, Coutinho registra a admiração ao seu conterrâneo, que se marcou definitivamente entre os grandes escritores de nossa literatura e, talvez, o que maior riqueza soube extrair das camadas populares. E finaliza:

Tanto em sua vida quanto em sua obra, Jorge Amado sempre reafirmou sua crença – para nos valermos de suas próprias palavras, em *Tereza Batista* – “na vida e na invencibilidade do povo, mesmo quando levado às últimas resistências, quando restam apenas solidão e morte”. Isso faz dele – ao lado de Lima Barreto, de Graciliano Ramos, de João Ubaldo Ribeiro e de alguns outros – um dos maiores porta-vozes das camadas populares na literatura brasileira. (COUTINHO, 2011, p. 200)

4. A PECULIARIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

As interpretações do processo histórico brasileiro, realizadas por Coutinho e Schwarz por meio de sua crítica literária de base marxista – tendo como fonte privilegiada alguns de nossos principais escritores –, pelas suas diferenças aparentemente irreconciliáveis, descartando a hipótese do entendimento da realidade como um dado subjetivo, ou da existência de múltiplas realidades, levantam o seguinte questionamento: estariam alguma dessas interpretações subjetiva ou objetivamente equivocada?

A literatura, como se sabe, é uma importante forma de conhecimento. Para além de visões gnosiológicas reducionistas, que buscam relegar a arte literária ao campo da imaginação, da irracionalidade, etc., o marxismo, em suas expressões heterodoxas mais inspiradoras, sempre a concebeu como uma privilegiada forma de conhecimento do processo sócio-histórico. Portanto, Schwarz e Coutinho, ao buscarem realizar uma síntese do valor estético de algumas das principais obras de nossa literatura, é natural que o resultado obtido seja elevado. Em relação ao enfoque, poder-se-ia imaginar resultados destoantes, mas no caso de nossos autores, acresce que compartilham da mesma matriz de pensamento.

4.1. Crítica literária e marxismo

Schwarz, animado pela leitura da obra machadiana, descobre no caráter original e peculiar do escritor fluminense a chave diferencial da história brasileira em relação à mundial, que opera, em chave negativa, uma expansão cognitiva, revelando o mecanismo desigual do sistema econômico-social capitalista.⁶² Tomando a lição marxiana, o crítico aponta como a

62 Em uma entrevista, quando indagado sobre a presença de Lukács no seu pensamento, Schwarz formula a questão da seguinte forma: “A presença de Lukács é básica no meu trabalho – como termo diferencial. Acho muito produtivo explorar em que sentido a sua construção é inadequada para a América Latina. E isso não é uma crítica. Lukács construiu um modelo para a história europeia das ideias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo. É uma construção poderosa. Ele mostra como esse desenvolvimento funciona ativamente na obra de filósofos e romancistas. Se nos voltarmos para a América Latina, observaremos que essa sequência não existe aqui e que, portanto, ela não é universal. Aqui a sequência vai do colonialismo para uma tentativa de estado nacional. É um erro amplamente disseminado a tentativa de fazer esses termos coincidirem com feudalismo e capitalismo. Todos sabemos que o colonialismo e a escravidão colonial não vêm antes dos estados mercantilistas e que são um fenômeno inteiramente moderno. Por isso a relação é de ordem diferente.” E, mais adiante, na mesma entrevista, frente a nova inquirição, prossegue Schwarz: “Não estou dizendo que Lukács não inspira. O que eu digo é que não se pode tomar o esquema dele e aplicá-lo à realidade brasileira do mesmo jeito que se pode fazer na Europa. Isso não vale só para Lukács, vale até para Marx. A sequência feudalismo, capitalismo e socialismo não funciona na América Latina pelo simples fato de que não houve feudalismo na América Latina, ainda que as elites latino-americanas adorem pensar-se como aristocráticas e ainda que a nossa esquerda adore insultá-las afirmando que são feudais. A história da América Latina e, mais geralmente, das ex-colônias, exigem novos desenvolvimentos conceituais.” (CORREDOR, 2001-2002, p. 21-22)

prosa de Machado, ao incorporar e retrabalhar em chave irônica a ideologia burguesa moderna, revela não só o conjunto de problemas locais, típicos de nossa sociedade escravista-clientelista, como revela o incômodo segredo da metrópole: o colonialismo, ao contrário do que se poderia pensar, não representa o atraso mas, antes, a outra face da moeda do progresso. A metrópole, por exigência imanente do ritmo auto-expansivo do capitalismo, funda as colônias e as subordina numa ordem mundial que pressupõe, portanto, a coexistência entre o Liberalismo e a Escravidão – e, de sobra, o clientelismo, como espécie de complemento sádico da dinâmica escravista. O caminho *sui generis* do Brasil em direção ao capitalismo é o grande eixo fundamental que orienta a transição econômica e política que se processa na abertura do século XX. E esse caráter peculiar se reafirma pela persistência de traços da antiga organização social mesmo no contexto do Brasil “moderno” – e mesmo contemporâneo. Talvez em função da longa duração – os nossos quase 4 séculos de escravidão – e vigência do personalismo e mandonismo no país, essas características tenderam a se cristalizar para além de suas vigências históricas imediatas.

Mimetizando, dessa forma, o movimento da realidade social brasileira, Machado mira longe e acerta o alvo, ferindo de morte as pretensões civilizatórias vinculadas ao processo de modernização capitalista – assinalando, sobretudo, as **descontinuidades** existentes entre o processo europeu e o local – que, porém, curiosamente, alastrar-se-iam entre nós, formando curiosa e importante bandeira de luta da esquerda, inclusive revolucionário-partidária, durante o século XX.

Nesse sentido, a peculiaridade da obra machadiana, que sempre gerou certo desconcerto entre os seus críticos e contemporâneos, incertos de como classificá-la, reside no fato de ela ter antecipado temáticas que somente ganhariam centralidade num período posterior, com a gênese e consolidação do movimento artístico do Modernismo. As indagações sobre as relações entre local e universal – e aceitação, ainda que preferivelmente crítica, das ambiguidades resultantes desse processo – comporiam um dos pilares fundamentais da crítica social empreendida pelos artistas e escritores modernistas no cenário brasileiro.⁶³

No caso de Coutinho, conduzido pelos autores aos quais dedica suas análises (Barreto e Ramos), o crítico baiano desdobra parte fundamental da constatada **continuidade** existente entre as instituições, dinâmicas e processos do sistema capitalista global que aqui também se

63 É o que defende Schwarz (2000b, p. 105-106), quando faz as seguintes considerações: “Já no século XX, combinando-se a sinais de esgotamento histórico geral desta ideologia [burguesa], aquele nosso ceticismo de ‘atrasados’ foi retomado com sinal positivo, e pôde se universalizar nas meditações da preguiça de Mário de Andrade e Raul Bopp, bem como nas utopias de Oswald.”

replicaram. Esses escritores, e o Coutinho no seu enalço, exploram ricamente as homologias entre realidade social brasileira e o desenvolvimento universal e universalizante do capitalismo, também conhecido pelo termo “modernização”. Assim, Coutinho consegue notar a sensibilidade artística de Lima Barreto que se coloca na perspectiva das camadas mais pobres, os “humilhados e ofendidos”, posicionando-se a partir sua perspectiva.

Com o marco da passagem do Império para a República, as formas sociais antes revestidas de relações “paternalistas”, passariam a demonstrar a sua real faceta “burocrático-ditatorial”, e a ironia de corte machadiano não mais poderia representar de forma realista a essência desse período histórico. Lima Barreto, sobretudo em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, segundo Coutinho, é o grande exemplo de escritor realista que soube extrair motivos profundamente verdadeiros do seu tempo e retratá-los de forma crítica no plano literário. É como se a própria realidade, menos encriptada do que no período de atuação de Machado, demandasse do escritor sensível aos problemas sociais do país uma posição de engajamento.

A obra de Graciliano Ramos, outro dos autores estudados por Coutinho, por sua vez, avança no sentido de captar os efeitos do acirramento das contradições, impulsionadas pela solidificação do capitalismo monopolista, que age de forma particularmente perversa na periferia mundial. Para além disso, vinculado à escola do romance social nordestino, o escritor alagoano tem como matéria e objeto de reflexão privilegiada uma das regiões onde as consequências deletérias do “progresso” expressam-se de forma mais crua e evidente. Porém, o estilo de Graciliano o leva mais proximamente ao modelo da literatura europeia clássica (inclusive no sentido que Lukács dá ao desenvolvimento da referida literatura): o artista atua por meio da criação de tipos humanos representativos que, em seu conflito com o mundo, pendendo para um eixo ou outro, revelam a verdade profunda da realidade social (do herói cujo valor positivo ultrapassa o mundo degradado, denunciando-o à personagem cujo desprezo que passamos por ela nutrir, testemunhamos o destino trágico com senso de justiça poética). Dependendo do efeito desejado, a empatia que se estabelece entre o leitor e a obra ficcional parece enraizar-se na aposta de que, apesar das dificuldades do momento, ainda há alguma esperança afinal.

O resultado das opções teóricas dos autores por certo marxismo (pecebista renovado ou acadêmico), para além de fornecer um conjunto de esquemas explicativos sobre o processo histórico a partir de determinada visão sobre o mesmo, ou seja, para além da dimensão positiva de impulsionarem interpretações sobre o processo histórico brasileiro, também atua

como limitadora, pois o alcance dessas visões depende em larga medida dos projetos políticos (ou ausência de, quando é o caso) a partir dos quais se ancoram.

4.2 Teoria social e marxismo

Sendo Lima Barreto, Graciliano Ramos e Machado de Assis três entre os nossos maiores escritores, ao acompanhar a resultante que deriva da interpretação crítica de sua obra, pautada na teoria marxista, nosso conhecimento do processo de desenvolvimento histórico do país se aprofunda e intensifica. E, além disso, se estamos preparados a admitir o caráter verdadeiro da dimensão fundamental das análises de Coutinho e Schwarz – algo que buscamos defender ao longo das páginas desse trabalho –, o que não significa desconsiderar seus equívocos pontuais, faz-se mister pensarmos em que medida essas análises convergem para um entendimento do processo histórico que, se é **síntese de múltiplas determinações**, desdobra-se em um processo histórico **uno**, ainda que complexo e – como não poderia ser de outra forma – profundamente contraditório. Algo próximo à advertência de Florestan Fernandes que serve de epígrafe a este trabalho.

Assim, a partir da obra crítica de Coutinho e Schwarz, arma-se uma dupla abordagem. Schwarz, de um lado, apoiado em Machado (e, posteriormente, em alguns dos principais escritores modernistas) dá ênfase à **descontinuidade** existente entre os processos históricos local e universal (usualmente expresso na terminologia dupla colônia/periferia), abrindo vias para a compreensão das dinâmicas personalistas locais – como, de resto, vários de nossos historiadores e literatos conservadores o fizeram –, sem fazer concessões ao conservadorismo.

Coutinho, por outro lado, apoiado, sobretudo, em Lima Barreto, vê os inegáveis traços de **continuidade** existentes entre a realidade brasileira, como descrita pelo escritor, e a realidade europeia, não como falha ou defeito da pena barretiana, mas como apreensão de um dado histórico verdadeiro. Reafirma-se, então, uma dimensão de continuidade entre processo histórico local e universal. Conforme o país adentra na modernidade capitalista, problemas que antes só existiam e faziam sentido à dinâmica dos países capitalistas “centrais”, passavam a dizer muito também sobre a nossa realidade. É como se Barreto e Coutinho fizessem coro com as nossas elites, que buscavam reafirmar o caráter moderno do Brasil no plano das ideias, quando a própria realidade social tratava de atestar o contrário, dada a persistência da escravidão, por exemplo.

Machado, ao contrário do que algumas interpretações parecem sugerir, não está na nebulosa dimensão da futurologia quando detecta a existência e realça a importância

fundamental no nexo ideológico brasileiro da dinâmica do favor. A persistência da vigência dessa dinâmica é extemporânea ao problema detectado por Machado. Nesse sentido, Machado não alegoriza uma estrutura imutável, ele trata de forma realista o presente, que o próprio processo histórico tratou (não de forma determinista, mas casualista) de “alegorizar” (ou, dito de forma mais clara, de estender a vigência histórica). Da mesma forma, Barreto não está alheio ao problema da persistência de traços característicos de nosso passado colonial, ele está preocupado em compreender como esses se relacionam, se embrenham e se processam como síntese entre miséria arcaica e miséria moderna, desdobrando-se na miséria brasileira.

Assim como a análise de Schwarz se aproxima de algumas interpretações conservadoras sobre o processo histórico brasileiro, o mesmo ocorre com Coutinho. É da própria natureza da ideologia que, mesmo quando se busca encobrir determinado aspecto da realidade, a própria dinâmica do real trata de fazê-lo reaparecer por outra via. É correto, portanto, admitir que autores (assim como escritores) conservadores nos ajudem a compreender a verdade do processo histórico, mesmo que isso muitas vezes vá contra seus próprios interesses (que é o mesmo mecanismo da “vitória do realismo” engelsiana).

Mas, retomando a argumentação, as teorias de Coutinho e Schwarz parecem, de fato, versar sobre realidades sociais distintas. Mas, indo contra essa avaliação apressada, defendemos a possibilidade de derivar de ambas uma teoria que, se nada além disso, sairia em vantagem por incorporar a ambas, num esforço de síntese mais complexo e matizado. Em vez de buscar encaixar a realidade em alguma dessas teorias, mais proveitoso seria se abordássemos a realidade social do país munido dessas duas teorias (e de outras mais, preferivelmente).

Numa outra chave, considere-se as esparsas e insuficientes referências de Coutinho em relação à obra de Machado ou de escritores ligados às vanguardas do Modernismo brasileiro. Também da parte de Schwarz, são muitas as análises que se concentram na vertente de explorar a relação entre ideias estrangeiras e realidade local, sobretudo dentro do Modernismo (Machado, como vimos, na interpretação de Schwarz, é visto como uma espécie de modernista *avant la lettre*).

Curiosamente, também Lukács e Adorno usualmente são colocados em polos opostos. Aliás, uma forma de ver a questão seria como uma espécie de reedição entre a rixa de proporções internacionais entre o húngaro e o alemão encarnada em Coutinho e Schwarz. Ainda que forçada, a comparação não é de todo despropositada e pode trazer novos elementos para nosso problema central.

O ponto central da divergência de avaliação literária entre Lukács e Adorno está na valoração dada por cada um dos autores ao Modernismo literário. Enquanto o primeiro firma posição crítica diante dos impactos e consequências do referido movimento artístico, Adorno saúda a mudança, considerando-a um avanço em relação ao romance realista burguês do século XIX, auge e paradigma insuperável da grande literatura burguesa, expresso de forma plena em Balzac e Tolstói.

A rejeição de Adorno (2002) em relação ao alegado saudosismo lukacsiano ao romance burguês do XIX é amplamente conhecida. Mas, passado o calor do momento, o fato é que a posição de Lukács diante do Modernismo ou, especificamente, diante de alguns de seus representantes, começou a se atenuar progressivamente. Essa modificação está registrado em forma de correspondência (inclusive, das trocadas entre o velho Lukács e o jovem Coutinho), mas também em breves indicações textuais e que, ainda, culminariam na publicação da primeira parte do estudo sobre Soljenítsin, que revela uma surpreendente, ainda que não devidamente explorada em toda sua potencialidade, reavaliação da literatura modernista (LUKÁCS, 1970).

Mas, voltando à questão central de nosso estudo, cremos ser necessária uma breve nota sobre a questão das ideologias estrangeiras no país. Seguindo a lógica do argumento proposto por Schwarz (e que analisamos ao longo deste trabalho), pode-se concluir que o Modernismo e mesmo o Marxismo estariam, também em desajuste com seus contextos de origem? A resposta é afirmativa, mas implica na realização de um esforço analítico para que se compreenda bem seus desdobramentos.

É claro que o Modernismo, por exemplo, gesta-se como resposta ideológica, que aponta para determinadas possibilidades dentro de determinado contexto do desenvolvimento da sociedade capitalista tardia nos países ricos e, dessa forma, forma-se a partir de elementos extemporâneos ao processo de consolidação do capitalismo na periferia do mundo. No entanto, a sua incorporação, quando passada pelo “filtro local” ganha significados inesperados e possibilita recursos ídeo-artísticos talvez não vislumbrados mesmo pelos seus criadores. Logo, o Modernismo, ao ser incorporado ativamente por artistas brasileiros, aponta para caminhos e possibilidades tão ricas quanto inesperadas.

No caso do marxismo, um raciocínio similar se processa. Formulado por um cidadão da Renânia, território vinculado à Confederação Germânica que, sob o controle da Prússia, desenvolvia-se muito lentamente em relação a outros países europeus como Inglaterra e França, a teoria marxista voltou-se para a compreensão da emergente sociedade capitalista e suas possibilidades e condições de crise e consequente superação. Conforme o capitalismo se

universaliza, mesmo nos mais longínquos pedaços de terra do globo, a teoria formulada por Marx passa a ganhar cada vez mais relevância e, até mesmo, alguns novos sentidos – muitos dos quais, deve-se dizer, não vislumbrados pelo seu próprio criador. Então, é claro que o significado da teoria marxista na periferia do mundo se ressignifica e amplia, pois é forçado a lidar com uma realidade distinta daquela onde foi concebido (ainda que Marx tenha escrito sobre o colonialismo e seus desdobramentos, ele o fez somente de forma secundária e, por mais que suas considerações sejam pertinentes e ricas, não esgotam a questão).

De qualquer maneira, em convergência ao desenvolvimento esboçado ao longo dos capítulos anteriores, acreditamos não só ser possível, mas imperativa a constituição de uma teoria social que se beneficie de uma abordagem multifocal, por meio da intensificação do diálogo de diferentes vertentes do marxismo. Com isso, acreditamos, haveria grande ganho, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, no sentido de solidificar uma maior compreensão do processo histórico brasileiro.

Há, porém, que se levar em conta o alcance teórico que cada abordagem potencia ou, de certa forma, limita. Enquanto o referencial lukacsiano favorece uma abordagem que estabelece continuidades no desenvolvimento do romance burguês clássico (que, como apontado em outros lugares, toma o romance balzaquiano como modelo e expressão máxima), a teoria adorniana favorece a compreensão analítica do movimento de ruptura – o modernismo/vanguardismo – com o romance clássico (nesse sentido, acresce-se, Machado de Assis pode ser lido como uma espécie de proto-modernista, por antecipar temas que serão caros aos escritores desse movimento artístico).

Ainda assim, em nossa visão, permanece válida a ideia de Coutinho, de que com a modernização efetiva (e a progressiva identificação entre o capitalismo nacional àqueles de molde europeu, ou seja, o processo de universalização do particular, a homegeneização do cálculo, do lucro e do fetiche da mercadoria) as ideias, antes deslocadas pela incompatibilidade entre feudalismo e colonialismo (que era, na verdade, a síntese negativa entre capitalismo e colonialismo) entrariam gradativamente no lugar. O que, por outro lado, dado o caráter desigual da modernização capitalista no país (que repõe o atraso e a pobreza de forma contínua), a dimensão de ruptura não deixa de se reproduzir, tornando igualmente válida, corrente, atual e, enfim, **verdadeira**, também a abordagem schwarziana, mesmo para o Brasil atual.

Como conclusão provisória, poder-se-ia afirmar: o Brasil contemporâneo estaria, então, em algum lugar entre essas duas teorias? Em vez de buscar encaixar a realidade em alguma dessas teorias, mais proveitoso seria se abordássemos a realidade social do país

munido dessas duas teorias (e de outras mais, possivelmente). É claro que essas teorias, individualmente consideradas, apresentam algumas vantagens pontuais.

A teoria social implícita na atuação crítica de Coutinho permite o entendimento da ascensão macroeconômica do país ao sexto lugar, no ano de 2011⁶⁴. Como poderia uma ex-colônia, fadada a uma posição de inferioridade no concerto mundial das nações, alçar tal posto? Claro que as benesses macroeconômicas não se convertem na mesma proporção em redistribuição de renda, mas essa é uma questão que se vincula àquela de forma não-determinística.

Do outro lado, a teoria em que se embasa Schwarz permite compreender as razões do fracasso da aliança entre setores da esquerda com a “burguesia progressista” (que somente posteriormente descobriu-se inexistente ou, na melhor das hipóteses, ineficaz, sob a égide do capitalismo periférico). E, ainda, em relação à crise política de 2013 no Brasil, a visão schwarziana oferece ótimas perspectivas analíticas, pois o movimento social parece esfriar toda e qualquer ilusão de progressismo, reforçando a dimensão patrimonialista de nosso Estado e seus agentes e a dimensão elitista e excludente de nossa economia e seus agentes (nem sempre voluntários ou consciente do papel que desempenham no movimento social mais amplo).

Poder-se-ia, porém, argumentar, não sem um certo fundamento, de que o real lastro da divergência entre as interpretações sobre a sociedade brasileira em Coutinho e Schwarz concentra-se nos diferentes projetos políticos que suas visões embasam e a partir de onde se sustentam. Naturalmente, como marxistas, ambos os autores pensam a realidade na perspectiva de transformá-las radicalmente e, nesse sentido, possuem concepções distintas sobre a longínqua discussão sobre a revolução brasileira. Enquanto Coutinho, amparado também em Gramsci, acredita na necessária unidade nacional-popular como via privilegiada para a transição socialista, Schwarz, adotando um tom mais pessimista (ou realista), tende a desconfiar desse tipo de estratégia política, também em função das experiências passadas frustradas, não oferecendo muitas soluções práticas – no que se aproxima muito de suas referências entre os pensadores da Escola de Frankfurt –, para além de indicar a necessária articulação da esquerda em nível mundial. Mas, para além das divergências entre os projetos políticos que derivam de suas interpretações sobre o processo social brasileiro, acreditamos

64 Segundo informação, originalmente publicada pelo *The Guardian* (INMAN, 2012) e posteriormente difundida por vários veículos de comunicação estrangeiros e nacionais. Em notícia publicada por *O Globo* (JUSTUS, 2012), acresce-se o valor exato dos PIBs dos países no ano de 2012: US\$ 2,48 trilhões, no caso do Brasil, tendo superando os US\$ 2,26 trilhões registrados pelo Reino Unido no mesmo período.

ser justamente no âmbito da reflexão teórica sobre a realidade local que ambas as teorias se beneficiariam de um diálogo mais convergente.

De qualquer forma, qualquer que seja a estratégia adotada pela classe trabalhadora organizada, no âmbito de seu processo de transformação da sociedade – se é que ela vá ocorrer –, ela dependerá de uma análise profunda da realidade social e, por isso, acreditamos que é somente a partir do diálogo ativamente convergente entre correntes distintas (inclusive, para além do campo do marxismo) que se pode avançar no sentido de criar a maturação necessária para o desenvolvimento de uma teoria sobre o Brasil cada vez mais sólida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho procurou-se identificar, na análise da textualidade das propostas teóricas de Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho. Ainda que tratem de objetos distintos – sobretudo Machado de Assis, no caso de Schwarz e Lima Barreto e Graciliano Ramos, centralmente, no caso de Coutinho – ambos remetem-se à realidade histórica brasileira. Por isso, julgamos ser proveitosa a análise em paralelo dos dois autores, que simbolizam diferentes vertentes do pensamento marxista, respectivamente: o marxismo acadêmico e o marxismo pecebista renovado, que ainda persistem, enraizados no âmbito da discussão do marxismo brasileiro, como dois momentos privilegiados do acúmulo teórico possibilidade por essa vertente teórica no país.

Acresce-se que, como poder-se-ia esperar no caso de interpretações distintas de uma mesma tradição intelectual, os dois autores chegam a resultados teóricos distintos. Porém, na contramão da interpretação usual, da irreconciliabilidade das vertentes derivadas a partir da matriz marxiana, identificamos não só como possível, mas antes como necessário, que se estabeleça um diálogo entre as duas vertentes.

É de Coutinho que parte a iniciativa no sentido da busca por um chão comum entre as duas vertentes, quando o filósofo baiano propõe que, com a virada do século XIX para o XX, o Brasil gradativamente estaria se alinhando às grandes economias industriais do mundo, de modo que mesmo as ideologias mais recentes, produzidas nesses países, agora poderiam ser rapidamente aclimatadas em solo nacional, não mais como ideias vistas com desconfiança pelo caráter postiço, mas correspondendo à realidade social cada vez mais normatizada em termos globais. Em suma, as ideias estariam, gradativamente, “entrando no lugar”.

Apesar de não endereçar diretamente a essa proposta de leitura, Schwarz não parece indicar concordância, pois reafirma em diversas oportunidades que o esquema das ideias fora do lugar ainda está em vigência no país. Não há processo de modernização possível aos países ex-colônias – mesmo que no modelo “prussiano”, “passivo” ou “conservador”. A modernidade periférica, com todas suas consequências deletérias, é a nossa difícil realidade.

Nossa proposta de leitura da questão – e do processo histórico brasileiro – diverge daquelas encampadas por ambos os autores. Em nosso entendimento, ao privilegiar-se um ou outro aspecto, quais sejam, da modernização conservadora ou da modernidade periférica, deixa escapar a complexidade da questão. Ambas teorias são sólidas no sentido que nos fornecem compreensões extremamente sólidas e complexas do processo histórico brasileiro, mas isso não inviabiliza que se busque a constituição de uma concepção mais ampla, que

abrigue dialeticamente ambas as perspectivas, em busca da compreensão da modernização conservadora-periférica brasileira.

A própria ideia de buscar uma síntese complementar em leituras paralelas de um mesmo processo mais amplo e complexo não é estranha à generosidade intelectual de Coutinho e Schwarz, de modo que afastamos a possibilidade de nossa proposta ser considerada uma espécie de despropósito. Do primeiro, basta pensarmos o subitem “De como as ideias entram no lugar”, onde busca, humildemente considerando o acerto da interpretação de Schwarz do romance machadiano em específico e do romance brasileiro do final do XIX em geral, “encaixar” no esquema schwarziano a sua interpretação a obra de Lima Barreto. Também Schwarz, em uma entrevista, expressa, para além dos revanchismos, infelizmente frequentes no campo do marxismo, a necessária complementaridade entre a obra de três importantes pensadores marxistas da arte e da literatura do século XX: Benjamin, Lukács e Adorno. Após reconhecer a grande influência de Lukács em sua obra, a quem considera o maior crítico do romance europeu até o advento da literatura moderna, Schwarz (BRANDÃO; LOUZADA FILHO, 1979) faz a seguinte observação:

Por outro lado, há aí uma questão. Claro que essas oposições entre Lukács, Benjamim e Adorno existem e têm fundamento político. Mas até onde eu vejo, o mais interessante é perceber a complementaridade entre eles. Porque na verdade, são três grandes assuntos do marxismo tratados pelos seus três críticos expoentes mais consideráveis. Na minha opinião, o Lukács faz uma análise literária centrada fundamentalmente na história da luta de classes no plano da ideologia. O Benjamim procura estudar a questão do desenvolvimento das forças produtivas em relação às categorias da estética. E o Adorno toma a arte como uma espécie de história da alienação. São os três grandes temas: luta de classes, desenvolvimento das forças produtivas e alienação. E cada um desses três teóricos procurou construir uma estética sobre um desses aspectos. Penso que, sem forçar demais a mão, eles poderiam ser integrados.

E, de volta à literatura, acresce-se que a constituição de uma teoria do Brasil que busque incorporar de forma dialética a complexidade de nosso processo social poderá, certamente, trazer resultados igualmente positivos para a discussão literária. Uma tal teoria poderia explicar e acomodar de forma uma autores tão diversos entre si como Machado de Assis e Lima Barreto, Guimarães Rosa e Graciliano Ramos, etc., sem forçar-nos a escolhermos entre uma corrente artística ou outra aquela que se adéqua melhor às nossas concepções ídeo-políticas.

Se, então, admitimos que as análises empreendidas por Coutinho e Schwarz estão corretas e, portanto, são verdadeiras (ajudando-nos a compreender o processo histórico

brasileiro em toda sua complexidade), faz-se necessária uma consideração sobre o chão que fundamenta suas análises: **a particularidade do desenvolvimento histórico do Brasil**. Essa análise integrativa, que ainda está por ser feita, que incorpore as contribuições de Schwarz, Coutinho e possivelmente muitos outros pensadores, seria não só produtiva, como imperativa, visando, com isso, o desenvolvimento progressivo de uma teoria em movimento, pois a realidade é ela mesma eterna mudança. Como resultado, enfim, ter-se-ia uma teoria em perseguição ativa às peculiaridades do processo social brasileiro.

Referências

- ADORNO, T. W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. Lukacs y el equívoco del realismo. In: Vv. Aa. **Realismo: ¿mito, doctrina o tendencia histórica?** Buenos Aires: Lunaria, 2002.
- _____. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2003.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Afrontamento, 1976.
- ARANTES, P. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Sobre a noção de ideologia (entrevista). Disponível em: [http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Arantes,%20Paulo/\(Adoramos.Ler\)%20Paulo%20Arantes%20-%20Sobre%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20ideologia%20\(Marx%20-%20Filosofia%20-%20Adorno\).pdf](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Arantes,%20Paulo/(Adoramos.Ler)%20Paulo%20Arantes%20-%20Sobre%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20ideologia%20(Marx%20-%20Filosofia%20-%20Adorno).pdf). Acesso em 01/07/2017.
- ASSIS, M. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm05.pdf>. Acesso em 01/07/2017.
- BOTELHO, A. SCHWARCZ. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e do processo social. **RBCS**, v. 23, n. 67, p. 147-160, jun, 2008.
- BRANDÃO, G. M. LOUZADA FILHO, O. C. Entrevista com Roberto Schwarz. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 15, set, 1979.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- _____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHACON, V. A descoberta de Lukács no Brasil. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 40, n. 168, p. 416-422, out./dez. 1992.
- CORREDOR, E. L. Entrevista com Roberto Schwarz. **Literatura e sociedade**, São Paulo, EDUSP, n. 6, p. 14- 37, 2001-2002.
- COUTINHO, C. N. et al. **Realismo & anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 1-56.
- _____. **Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Derrota e revanche da dialética. In: KONDER, L. **A derrota da dialética: a**

recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-16.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideais e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. KONDER, L. Correspondência com Lukács. In: PINASSI, M. O. LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo, Boitempo, 2002. p. 133-155.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FREDERICO, C. Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. (org.) **História do marxismo no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1995. v. 2: Os influxos teóricos. p. 187-227.

_____. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, J. Q. (org.) **História do marxismo no Brasil**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2007. v. 3.: Teorias. Interpretações. p. 337-370.

GIANNOTTI, J. A. Recepções de Marx. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, n. 50, p. 115-124, mar. 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GORENDER, J. Entrevista. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 9, p. 13-23, 2007.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INMAN, P. Brazil's economy overtakes UK to become world's sixth largest. **The Guardian**, 6 de março de 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2012/mar/06/brazil-economy-worlds-sixth-largest>>. Acesso em 01/07/2017.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

JUSTUS, P. Brasil é a sexta maior economia do mundo. **O Globo**, 6 de março de 2012. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>>. Acesso em 01/07/2017.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. Carlos Nelson Coutinho (Nascido em 1943). In: _____. **Intelectuais brasileiros & marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p. 117-124.

_____. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, K. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LENIN, V. I. U. **O programa agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. (Coleção História e Política).

LUKÁCS, G. **Solzhenitsyn**. London: Merlin Press, 1970.

_____. **Realismo crítico hoje**. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1991.

_____. **Pensamento vivido**: autobiografia em diálogo. São Paulo: Ad Hominem; Viçosa: UFV, 1999.

_____. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Pensamento Crítico).

_____. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, J. M. M. de. Pós-fácio. In: LUKÁCS, G. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 163-224.

MARX, K. ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011. p. 39-64.

_____. **O capital**: crítica de economia política. Livro I: o processo de produção do capital [E-book]. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSUIA, R. R. **Marxismo e literatura**: a recepção do pensamento de György Lukács em Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MERLEAU-PONTY, M. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MONTEIRO, A. C. A crítica sociológica da literatura. **Revista Brasiliense**, São Paulo, Brasiliense, n. 45, p. 38-51, 1963.

MORAES, D. de. Democratização da cultura depende do controle social sobre a mídia (Entrevista com Carlos Nelson Coutinho). **Ciberlegenda**. Rio de Janeiro, n. 4, p.1-10. 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista> . Acesso em: 30 de março de 2016.

NETTO, J. P. Um livro que resistiu à passagem do tempo. In: KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Pós-fácio. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 233-286.

_____. Breve nota sobre um marxismo convicto e confesso. In: BRAZ, M. (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OEHLER, D. **Quadros Parisienses: estética antiburguesa 1830-1848**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O velho mundo desce aos infernos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLDRINI, G. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 8, p.67-80, jun. 1999.

OTSUKA, E. T. Literatura e sociedade hoje. **Literatura e sociedade**. São Paulo: EDUSP, nº 12, p. 104-115, 2009.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAID, E. W. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 3, p. 150-161, jan. 1973.

_____. Machado de Assis: um debate – Conversa com Roberto Schwarz. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, mar, p. 59-84; 1991.

_____. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a. (Coleção Espírito Crítico)

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

_____. **Que horas são? Ensaios**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Entrevista. In: MONTERO, P. MOURA, F. (orgs.) **Retrato de grupo: 40 anos do CEBRAP**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 224-245.

_____. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Sobre a literatura de Marx no Brasil. In: _____. et all. **Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 17-26.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. A presença de Gramsci na política brasileira. In: AGGIO, A. (org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 177-184.

_____. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: MAZZEO, A. C. LAGO, M. I. (orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. LEONEL, M. C. **Ficção e ensaio: literatura e história no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

TERTULIAN, N. Lukács e o stalinismo. **Verinotio**: Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, n. 7, p. 1-40, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.65943372031621.pdf>>. Acesso em: 15 janeiro 2013.

TROTSKI, L. **A história da revolução russa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 1 (A queda do tzarismo).

WAIZBORT, L. **A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

WATT, I. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia dos Livros, 2010.